



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS I
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EVANDRO MATHEUS AUGUSTO BOMFIM DA COSTA

**NÃO TEVE NÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO
PROJETO NOVA ORLA SALVADOR – AMARALINA/PITUBA**

SALVADOR,

2025

EVANDRO MATHEUS AUGUSTO BOMFIM DA COSTA

**NÃO TEVE NÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO
PROJETO NOVA ORLA SALVADOR – AMARALINA/PITUBA**

Trabalho de conclusão de curso do bacharelado em Ciências Sociais no Campus I, do Departamento de Educação – DEDC, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Salvador.

Orientador: Prof. Me. Helder Freitas Bomfim

SALVADOR,

2025


EVANDRO MATHEUS AUGUSTO BOMFIM DA COSTA

NÃO TEVE NÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROJETO NOVA ORLA SALVADOR – AMARALINA/PITUBA


Trabalho de Conclusão de Curso do bacharelado em ciências sociais, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção da titulação de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Mestre Helder Freitas do Bomfim


APROVADO em 09 de janeiro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS BARRETO CATALAN**
Data: 31/01/2025 18:17:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Barreto Catalan

Documento assinado digitalmente
 **JOAO SOARES PENA**
Data: 27/01/2025 11:12:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Soares Pena

Documento assinado digitalmente
 **HELDER FREITAS DO BOMFIM**
Data: 27/01/2025 16:00:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Helder Freitas do Bomfim

(Orientador)

SALVADOR

2025

Quem ama esta cidade nunca que se esquece,
dos contos e axés que só o tempo fornece.
D'onde venho, querida, uma história se tece:
há de ser horas de choro quando o mar se escurece.
Seja por alma daninha que no aço padece,
não há força maior qual a vida fenece.
Louvado seja Deus! Só lhe rogo esta prece,
sempre que amar à Lina em meu peito amanhece.

(Autorial)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi erguido pedra sobre pedra, tijolo sobre tijolo, com mãos às vezes trêmulas, mas sempre firmes no propósito. Cada palavra escrita carrega não apenas conhecimento, mas também histórias, lágrimas contidas, noites de coração angustiado e suspiros de alívio ao amanhecer. Apesar das dificuldades materiais — a ausência de um computador, com um simples celular como ferramenta para dar vida às ideias — e das batalhas pessoais que marcaram esses últimos anos, aqui estou, diante do horizonte que anuncia não um fim, mas uma nova travessia.

Agradeço a YAUH, Deus Criador, por ser presença constante e guia (in)visível em cada linha deste trabalho, bem como em cada passo dessa estrada. Aos Santos, Orixás e demais forças que me regem e me conduzem. Ao Tempo, esse alquimista universal que nos ensina a transformar desafios em aprendizado e fraquezas em força. Obrigado por mostrar que cada etapa tem seu valor e que, apesar das curvas e descaminhos, o trajeto ainda é digno de ser percorrido. Tudo com tempo tem tempo.

Aos primeiros arquitetos da minha existência, Eduardo Ferreira da Costa (in memoriam) e Isa Augusta do Bomfim, expresso minha eterna gratidão. Meus pais me deram a régua e o compasso, cada qual à sua maneira, e deixaram em mim marcas que não se apagarão.

À Universidade do Estado da Bahia e ao Departamento de Educação do Campus I, meu reconhecimento pela acolhida e pelo ambiente que se tornou lar durante esses seis anos de graduação. À atual coordenadora de colegiado, Prof. Iêda Balogh, agradeço por seus resgates tão precisos nos momentos em que quase deixei de acreditar.

Ao meu orientador, Prof. Helder Bomfim, dedico um agradecimento que vai além das palavras. Sua paciência católica, confiança e olhar atento foram bússolas que me guiaram quando tudo parecia nebuloso. Obrigado por enxergar rotas onde eu só via becos sem saída. Muito obrigado por tudo.

Entre todos, agradeço aos docentes que marcaram minha trajetória acadêmica: Prof. Bonifácio Sobrinho, pela amizade que ultrapassou os muros da academia; Prof. Marcos

Luciano, por aguçar meu olhar investigativo; e Prof. Marco Antônio, pela simplicidade ao estender a mão e encontrar alternativas diante do caos. Vivemos para aprender que o que sustenta o processo é o propósito. De coração, muito obrigado.

À minha turma de 2018.2, especialmente ao amigo Thales Hércules, minha gratidão pela parceria e cumplicidade.

Às amigadas que resistiram ao tempo e à distância, aos vínculos tecidos com cuidado e afeto, meu mais sincero obrigado. Cito com carinho Richelly Beatriz (Bia), Mylena Gomes, Raquel Sena, Grazielle Oliveira, Bárbara França e outras pessoas queridas que trago no peito. Vocês são estrelas que iluminaram meu céu em noites escuras.

Ao meu bem-querer, minha abelhinha, obrigado por ser abrigo, incentivo e amor. Seu apoio foi o alicerce invisível que sustentou muitos dos dias difíceis.

Aos entrevistados desta pesquisa, vozes que deram vida às páginas deste trabalho, meu mais sincero agradecimento.

E, por fim, agradeço ao menino arteiro que ainda habita em mim. Ele, que muitas vezes sorriu chorando, que teimou em seguir caminhando mesmo quando o chão parecia ruir sob seus pés. Obrigado por acreditar que, mesmo nos tropeços, há beleza em cada recomeço. Que ele nunca deixe de existir, pois é nele que reside a pureza necessária para que eu siga em frente. Neste peito, carrego a certeza de que desistir jamais será a única opção. Que este trabalho não seja apenas um desfecho, mas um sopro para novos começos, novos sonhos e novas histórias a serem contadas.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a relação entre participação popular e grandes projetos urbanos, com foco no Projeto Nova Orla Salvador, especificamente no trecho Amaralina–Pituba. O estudo investiga como a participação popular influencia a execução de intervenções urbanas, identificando os impactos sociais, estratégias e instrumentos mobilizados. Adotou-se como metodologia o estudo de caso, utilizando cartografia sociopolítica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Fundamentada em autores como David Harvey, Emília Maricato e Henri Lefebvre, a pesquisa aborda conceitos de neoliberalismo, grandes projetos urbanos e direito à cidade. Os resultados revelam que, apesar dos mecanismos formais de participação, houve baixa mobilização comunitária, resistência institucional e predominância de interesses econômicos, resultando no preterimento das vozes locais, bem como no aprofundamento das desigualdades socioespaciais e na marginalização de comunidades vulneráveis.

Palavras-chave: Participação Popular; Grandes Projetos Urbanos; Requalificação Urbana; Vozes Locais; Projeto Nova Orla Salvador.

ABSTRACT

This research analyzes the relationship between public participation and large urban projects, focusing on the Nova Orla Salvador Project, specifically in the Amaralina–Pituba section. The study investigates how public participation influences the implementation of urban interventions, identifying social impacts, strategies, and mobilized tools. A case study methodology was adopted, using socio-political cartography, document analysis, and semi-structured interviews. Grounded in authors such as David Harvey, Emilia Maricato, and Henri Lefebvre, the research addresses concepts of neoliberalism, large urban projects, and the right to the city. The results reveal that, despite formal participation mechanisms, there was low community mobilization, institutional resistance, and the predominance of economic interests, resulting in the sidelining of local voices, as well as the deepening of socio-spatial inequalities and the marginalization of vulnerable communities.

Keywords: Public Participation; Large Urban Projects; Urban Redevelopment; Local Voices; Nova Orla Salvador Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A antiga Amaralina – por volta do final dos anos 1930	74
Figura 2 – Largo de Amaralina – por volta do final dos anos 1950	76
Figura 3 – Pesca de Xaréu – por volta dos anos 1930	78
Figura 4 – Nordeste de Amaralina	83
Figura 5 – Carnaval no Nordeste de Amaralina – Circuito Mestre Bimba	91
Figura 6 – Clube Português da Bahia, na Pituba – por volta dos anos 1980	95
Figura 7 – Avenida Paulo VI – por volta dos anos 1980	97
Figura 8 – Festa de Nossa Senhora da Luz – por volta dos anos 1960	100
Figura 9 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Avenida Amaralina	111
Figura 10 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Largo das Baianas	111
Figura 11 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Praça do Budião	112
Figura 12 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Av. Amaralina em sentido à Av. Octávio Mangabeira	114
Figura 13 – Baiana Azul de Amaralina	116
Figura 14 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Av. Amaralina em sentido à Av. Octávio Mangabeira	120

Figura 15 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Rampas de acesso na Av. Octávio Mangabeira nas proximidades da transversal com a Rua Pará, na Pituba	122
Figura 16 – Quiosques das Baianas de Acarajé – Largo de Amaralina	124
Figura 17 – Entrega das obras de requalificação no trecho Amaralina/Pituba – o prefeito ACM Neto (à direita da foto) e equipe técnica da prefeitura	126
Figura 18 – 1º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	135
Figura 19 – 1º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	135
Figura 20 – Lista de Presença na 1º Oficina de Participação Popular	137
Figura 21 – 2º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	139
Figura 22 – 2º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	140
Figura 23 – Tabuleiro das Baianas de Acarajé na Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	142
Figura 24 – 3º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	148
Figura 25 – 3º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo Analítico	59
Quadro 2: Modelo Analítico	63
Quadro 3: Modelo Analítico	68
Quadro 4: Fórmula de Cálculo	152
Quadro 05: Lista de associações engajadas no processo de participação popular	155
Quadro 06: Pontos de apoio na divulgação das oficinas de participação popular	156
Quadro 07: Pontos de resistência na divulgação das oficinas de participação popular	157

LISTA DE SIGLAS

ACM Neto – Antônio Carlos Magalhães

ACNA – Associação Cultural do Nordeste de Amaralina

ASBAC – Associação dos Servidores do Banco Central

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar

CSU – Centro Social Urbano

FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira

GPUs – Grandes Projetos Urbanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LPM – Linha de Preamar

PPPs – Parcerias Público-Privadas

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento de Atividades Turísticas

SBAU – Sociedade Brasileira de Arborização Urbana

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas

SEMOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública

SM – Sem Renda

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

UMANA – União de Moradores e Amigos do Nordeste de Amaralina

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DINÂMICAS URBANAS: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, GRANDES PROJETOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR	26
1.1. NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA URBANA: UM OLHAR SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	26
1.2. GRANDES PROJETOS URBANOS: MODERNIZAÇÃO, RUPTURA E EXCLUSÃO	34
1.3. DIREITO À CIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR	44
2. AS MARÉS DA PESQUISA: DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DE CASO	54
3. NO JOGO DE SOMBRAS E LUZES: UM PANORAMA HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO DA ORLA AMARALINA–PITUBA	72
3.1. DE FAZENDA A BAIRRO DE CONTRASTES: AS RAÍZES DE AMARALINA	73
3.2. NA LUTA CONTRA A ESTIGMATIZAÇÃO: A ALMA PLURAL E RESISTENTE DO NORDESTE DE AMARALINA	81
3.3. EXCLUSIVIDADE E PRESTÍGIO À BEIRA-MAR: DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE NA PITUBA	93
4. O PROJETO NOVA ORLA SALVADOR NO TRECHO AMARALINA–PITUBA	104
4.1. NOVA ORLA SALVADOR: UM MAR DE MUDANÇAS OU SÓ MAIS UMA MARÉ?	108

4.2 UM OCEANO INVISÍVEL: FISSURAS E TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO	115
5. O TAL ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS OFICINAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	130
5.1. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS	132
5.1.1. 1º Oficina de Participação Popular	133
5.1.2. 2º Oficina de Participação Popular	138
5.1.3. 3º Oficina de Participação Popular	147
5.1.4. Mapeamento do Vazio: O Descompasso do Discurso e da Participação	154
6. ENTRE PROMESSAS E REALIDADES: AS VOZES DA REQUALIFICAÇÃO	159
6.1 NARRATIVA DAS RUAS: A OBRA SOB OS OLHARES LOCAIS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
Referências	189

INTRODUÇÃO

Salvador, na virada da segunda década do século XXI, passou por intensas transformações urbanas que refletem as dinâmicas de desigualdade presentes em grandes metrópoles brasileiras e latino-americanas (Pereira, 2019). Desde sua fundação, a capital baiana carrega uma história marcada por desigualdade socioespacial, com bairros e regiões desenvolvendo-se de forma fragmentada, perpetuando uma segregação urbana (Freitas, 2009).

Ao longo do século XX, a cidade seguiu um padrão de urbanização que priorizou o capital e a especulação imobiliária, negligenciando as necessidades sociais, especialmente nas áreas periféricas. Segundo Milton Santos (1996), esse processo criou um abismo entre as regiões centrais e as áreas marginalizadas, onde a ausência de políticas públicas eficazes acentuou os problemas de infraestrutura e serviços básicos.

Com a ascensão das políticas neoliberais nas últimas décadas, Harvey (2005) observa que, em contextos neoliberais, as cidades se tornam arenas de disputa. Nessas disputas, os interesses do capital se sobrepõem às demandas locais, priorizando o crescimento econômico, muitas vezes direcionado à valorização do solo urbano. Esse foco desconsidera as necessidades das populações mais vulneráveis e reforça a fragmentação urbana.

O contexto histórico desempenha um papel importante para compreender as transformações urbanas contemporâneas, como as promovidas pelo Projeto Nova Orla Salvador. Nos últimos anos, a capital baiana tem buscado reposicionar-se no cenário nacional através de iniciativas de requalificação urbana que seguem a lógica do *city marketing*. Harvey (2003) e Smith (1996) destacam que, em contextos semelhantes, tais iniciativas frequentemente priorizam a valorização imobiliária e a atração de investimentos, levantando questões sobre os reais beneficiários dessas transformações.

A imagem da cidade, como discutido por Lynch (1984), influencia diretamente a forma como habitantes e visitantes interagem com o espaço urbano, moldando as estratégias de marketing urbano adotadas pelas administrações públicas.

Conforme proposto por Bomfim (2017), a maior vitrine dessa abordagem, durante a gestão do ex-prefeito ACM Neto, foi o Projeto Nova Orla Salvador, cujo foco era a

requalificação da orla marítima da cidade. Conforme enfatizado pelo ex-gestor da cidade, em uma declaração pública amplamente divulgada, era “um absurdo” que Salvador estivesse perdendo espaço para outras capitais nordestinas na atração de turistas, e a requalificação da orla tornou-se um pilar fundamental para “vender Salvador no Brasil e no exterior” (A tarde, 2019). Esse ponto de vista é amplamente discutido na pesquisa de Bomfim (2017, 2020, 2022), que explora a requalificação da orla na Barra, evidenciando como o *marketing* urbano e a valorização imobiliária são componentes fundamentais dessas transformações.

O Projeto Nova Orla Salvador, que abrange toda a extensão da orla da cidade, ilustra bem essa tendência de requalificação urbana. A iniciativa faz parte do Programa de Desenvolvimento de Atividades Turísticas (PRODETUR), conduzido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo informações acessíveis no site da Prefeitura de Salvador e no Portal do PRODETUR, esse projeto tem como objetivo requalificar a orla de Salvador, com a intenção de valorizar a paisagem urbana e promover um sentido de pertencimento entre os moradores.

As obras de requalificação, iniciadas em outubro de 2019, foram concluídas em agosto de 2020. As intervenções abrangeram 3,8 km, desde o Quartel de Amaralina até a Vila Jardim dos Namorados. De acordo com fontes oficiais da prefeitura, Salvador passou a ter a mais longa extensão ininterrupta de orla requalificada da história, incluindo as regiões da Barra, Ondina, Rio Vermelho, Jardim de Alah/Boca do Rio/Piatã, Itapuã, Stella Maris/Flamengo/Ipitanga, Boa Viagem, Ribeira, São Tomé de Paripe, Tubarão, e Prainha de Lobato (FMLF, 2024).

A requalificação da segunda etapa do trecho Amaralina–Pituba foi coordenada pela Casa Civil, com projeto urbanístico desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e execução supervisionada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), por meio da Superintendência de Obras Públicas (Sucop). Entre as intervenções está a repaginação de todo o calçadão, com a implantação de quiosques, equipamentos de ginástica, ciclovia e paraciclos (PRODETUR, 2020).

Os detalhes das intervenções, amplamente divulgados pela imprensa local, como o Jornal O CORREIO, destacam a instalação de um pergolado para atividades ao ar livre, ciclovia, vala técnica, pavimentação, drenagem, equipamentos urbanos, travessias, novos passeios e meios-fios, guarda-corpos em aço inoxidável com acessos à praia, muretas de

proteção para pedestres, semáforos inteligentes, e paisagismo. A modernização da infraestrutura, como apontado, inclui ainda a fiação subterrânea e a iluminação LED — elementos que reforçam a dimensão estética e funcional do projeto.

Contudo, ao mesmo tempo que esses esforços visam à valorização turística e à modernização da cidade, também levantam questões críticas sobre a participação popular e os impactos dessas intervenções nas comunidades locais. A participação da sociedade em projetos urbanos é um tema que ganhou relevância crescente nas discussões sobre planejamento urbano. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) são marcos legais que estabelecem a importância da participação da sociedade civil na gestão do espaço urbano, assegurando que as políticas urbanas reflitam os anseios sociais e promovam uma gestão democrática e inclusiva da cidade (Brasil, 1988; Brasil, 2001).

O Estatuto da Cidade, em particular, destaca a importância da gestão democrática das cidades e prevê uma série de instrumentos de participação popular, como as audiências públicas, os conselhos de gestão urbana, o plebiscito e o referendo popular. Esses mecanismos visam garantir que as vozes das comunidades locais sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam diretamente seu cotidiano (Brasil, 2001). Maricato (2011) salienta que esses instrumentos representam um avanço no sentido de democratizar as decisões sobre a cidade, mas sua implementação enfrenta desafios práticos, como a baixa mobilização popular e a resistência de alguns setores públicos e privados.

Além disso, conforme Furquim (2012), o planejamento urbano transcende a simples acomodação de interesses patrimoniais, representando uma tentativa de organizar a sociedade de forma mais responsável no território urbano. A autora observa que,

muito mais do que simplesmente uma acomodação de interesses patrimoniais, é uma tentativa de acomodar a fixação da sociedade sobre um território de maneira responsável, dando a cada um mais do que a oportunidade de explorar a sua riqueza dominial, mas sobretudo a de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da cidade (Furquim, 2012, p. 75).

Todavia, a efetividade da participação popular em grandes projetos urbanos muitas vezes esbarra nas estruturas de poder e nas desigualdades socioeconômicas que permeiam a sociedade. Harvey (2003) argumenta que “a urbanização no contexto neoliberal tende a reproduzir desigualdades socioespaciais”, uma afirmação que pode ressoar fortemente no

caso de Salvador. Para Souza (2011) e Vainer (2014), as dinâmicas de planejamento urbano frequentemente favorecem interesses econômicos, particularmente a valorização imobiliária, em detrimento das necessidades das comunidades locais. Em consonância com essa visão crítica, Lefebvre (1991) ressalta que o espaço urbano é um produto social, moldado por processos históricos e sociais que muitas vezes excluem as vozes menos privilegiadas.

A urbanização de Salvador nas últimas décadas reflete uma tendência global em que as cidades se transformam em produtos comercializáveis, priorizando a atração de investimentos e a revalorização imobiliária. Conforme analisado por Carvalho e Corso-Pereira (2011), o processo de mercantilização das cidades tem levado a um desmantelamento das funções tradicionais do Estado, transferindo a gestão e o planejamento urbano para o setor privado. Esse fenômeno é visível nas intervenções realizadas ao longo da orla, onde Amaralina e Pituba se tornaram áreas de disputas materiais e simbólicas, envolvendo interesses diversos, como o turismo, a especulação imobiliária e as demandas das comunidades locais (Carvalho; Pereira, 2011).

A escolha do Projeto Nova Orla Salvador, especialmente o trecho Amaralina–Pituba, como objeto de estudo, está fundamentada de maneira multifacetada, conectando-se ao processo de mercantilização urbana destacado anteriormente. Essa área sintetiza as disputas materiais e simbólicas inerentes às transformações urbanas de Salvador, envolvendo interesses diversos, como o turismo, a especulação imobiliária e as demandas das comunidades locais.

No âmbito pessoal, o interesse pelo projeto surgiu da própria experiência como morador da região. Nascido e criado na comunidade do Nordeste de Amaralina, envolvido pelos mares que banham a praia de Amaralina, acompanhei de perto as transformações urbanas da localidade. Ao longo da minha formação, explorei diferentes áreas de interesse, mas as pautas urbanas se destacaram como o meu principal horizonte de pesquisa. A rua, enquanto entidade viva, molda nossos pensamentos e experiências, e essa pesquisa nasce de uma inquietação pessoal e de um desejo de entender e analisar de maneira crítica as mudanças que acompanho de forma direta.

É relevante também considerar os potenciais impactos que as intervenções podem gerar em bairros adjacentes, como o Nordeste de Amaralina. Embora não esteja diretamente incluído no escopo do projeto de requalificação, essa área pode ser afetada de maneira

indireta, dado seu contexto socioespacial e proximidade com a região transformada. A pesquisa busca investigar em que medida essas mudanças repercutem nessas comunidades e como a participação popular foi integrada ao longo do processo.

E, na esfera científica, esta pesquisa busca enriquecer o debate acadêmico sobre a implementação de grandes projetos urbanos em Salvador, particularmente o Projeto Nova Orla Salvador nos bairros de Amaralina e Pituba. Embora já existam estudos relevantes, como o de Bomfim (2017), que aborda a requalificação da orla na região da Barra, há uma oportunidade para aprofundar a análise crítica sobre o papel da participação popular no desenvolvimento e execução do projeto, especialmente em áreas como Amaralina e Pituba. Este estudo contribui para o campo da Sociologia Urbana ao fornecer novas perspectivas sobre a incorporação da participação popular em grandes projetos urbanos. Além disso, dialoga com teorias da participação popular e o direito à cidade, oferecendo uma análise crítica das relações entre urbanização, poder público e sociedade, e explorando os desafios e oportunidades de inclusão popular nos processos decisórios que moldam as requalificações urbanas.

Diante desse cenário de intensas transformações urbanas e a crescente discussão sobre participação popular e sua importância, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre participação popular e grandes projetos urbanos. Através da execução do Projeto Nova Orla Salvador, na requalificação do eixo Amaralina–Pituba, pretende-se caracterizar os impactos sociais, as estratégias e os instrumentos de participação popular mobilizados ao longo desse processo. Estabelecemos, ainda, como objetivos específicos: a) realizar uma análise e descrição dos principais objetivos do Projeto Nova Orla de Salvador nos bairros de Amaralina e Pituba; b) mapear os principais agentes da Sociedade Civil Organizada impactados diretamente pelas obras do Projeto Nova Orla de Salvador, nos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina; c) identificar as estratégias, mecanismos e instrumentos utilizados no processo de implementação da participação popular na requalificação dos bairros.

O Projeto Nova Orla Salvador será analisado como um estudo de caso, permitindo compreender as dinâmicas de participação social e as suas consequências para o uso do espaço público. A pesquisa indaga: de que forma a participação popular influencia a execução de grandes projetos urbanos, como o Projeto Nova Orla Salvador, na requalificação dos bairros de Amaralina e Pituba? Quais os impactos sociais, estratégias e instrumentos

mobilizados nesse processo de intervenção? Para compreender melhor os impactos sociais e as dinâmicas urbanas envolvidas, é essencial contextualizar as regiões foco deste estudo.

Os bairros de Amaralina, Pituba e o Nordeste de Amaralina apresentam características socioeconômicas distintas, mas estão interligados pelas transformações urbanas que moldam a cidade de Salvador.

Amaralina, por exemplo, carrega uma história que remonta ao período colonial, quando a região fazia parte da vasta Fazenda Amaralina, pertencente à influente família Amaral. Durante o século XIX, suas terras foram destinadas à agricultura e à criação de gado, refletindo o caráter rural predominante da época. Com o tempo, o avanço da urbanização transformou essas paisagens rurais em espaços urbanos, moldando o bairro como um território marcado por intensas transformações sociais e econômicas (A Tarde, 1987). No entanto, os desafios enfrentados na localidade também são resultado de intervenções urbanas pontuais e desarticuladas. A ausência de políticas públicas consistentes de preservação e manutenção do patrimônio público agravou problemas estruturais ao longo das décadas, criando um “ciclo de abandono” em que melhorias são realizadas de forma esporádica, mas não sustentadas, resultando em novas fases de degradação (Tribuna da Bahia, 2007). Esse fenômeno é comum em diversas áreas litorâneas de Salvador, mas em Amaralina ele ganha contornos particularmente críticos.

Por outro lado, a Pituba seguiu uma trajetória distinta, consolidando-se, a partir da década de 1970, como um dos bairros mais destacados de Salvador. Inicialmente caracterizada por residências de veraneio, ruas tranquilas e um ritmo de vida mais lento, a área passou por uma transformação acelerada, tornando-se um importante polo comercial e econômico. A expansão planejada do bairro trouxe consigo grandes centros comerciais, shoppings e serviços de alto padrão, redefinindo não apenas sua paisagem urbana, mas também seu papel na economia local (Correio, 2005). Apesar de sua infraestrutura consolidada e perfil urbano dinâmico, a Pituba convive com os contrastes típicos de uma cidade em transformação. As requalificações urbanas realizadas no bairro frequentemente priorizam os interesses econômicos e a atração de investimentos, deixando pouco espaço para discussões sobre inclusão social e acessibilidade.

Mesmo estando próximo a áreas valorizadas, como a Pituba, o complexo¹ do Nordeste de Amaralina — composto por bairros como Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho — exemplifica as disparidades socioespaciais que caracterizam a urbanização em Salvador. Essa área, marcada pela forte densidade populacional e diversidade cultural, é frequentemente excluída das grandes intervenções urbanas que visam atrair investimentos e turistas. A população local lida com a precarização de seus espaços enquanto observa as mudanças ao seu redor, gerando tensões que reforçam as contradições do modelo de cidade voltado para o mercado (Carvalho; Pereira, 2011).

À luz da exclusão histórica enfrentada pela localidade, criou-se o título desta pesquisa. A expressão “*Não Teve Não*”, retirada de uma fala emblemática de um líder comunitário do bairro, sintetiza o sentimento de abandono e a ausência de diálogo entre os poderes públicos e a população da área. No caso do projeto Nova Orla Salvador, no trecho Amaralina–Pituba, foi possível perceber a falta de participação efetiva das comunidades impactadas no planejamento e na execução das intervenções. Essa exclusão reforça as contradições de um modelo de urbanização que privilegia interesses voltados ao mercado, ignorando as demandas e necessidades locais.

O título desta pesquisa busca, portanto, traduzir de forma direta e provocativa a centralidade dessa problemática. “*Não Teve Não*” não é apenas uma expressão de denúncia, mas também um ponto de partida para questionar o papel da participação social em processos de requalificação urbana. No decorrer da análise, pretende-se evidenciar como a ausência de mecanismos participativos não apenas acentua as desigualdades socioespaciais, mas também contribui para perpetuar um ciclo de exclusão que afeta comunidades como o Nordeste de Amaralina.

Para a execução deste trabalho, optou-se pelo estudo de caso, uma estratégia de pesquisa que, de acordo com Yin (2015), é especialmente eficaz quando se busca explorar

¹ O termo “complexo” é empregado aqui para destacar a composição do Nordeste de Amaralina como um conjunto de bairros com dinâmicas socioeconômicas interligadas. No entanto, a escolha da palavra não é isenta de críticas. Conforme discutido por Barbosa (2000s), a denominação dessas áreas muitas vezes vem acompanhada de estigmas associados à pobreza e à violência, reforçando uma imagem negativa que ignora as potências e complexidades presentes nesses territórios populares. Da mesma forma, Teresa Caldeira (2000) analisa como a linguagem utilizada para descrever espaços urbanos pode influenciar percepções e contribuir para políticas de exclusão. Assim, ao utilizar o termo “complexo”, busca-se problematizar essa escolha e promover uma reflexão crítica sobre as implicações sociais e simbólicas da linguagem na urbanização e na identidade desses bairros.

fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, permitindo uma análise detalhada e contextualizada. O estudo será conduzido por meio de três eixos metodológicos complementares.

O primeiro eixo, a cartografia sociopolítica, será utilizado para mapear as dinâmicas territoriais, relações de poder e transformações físicas nos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. Essa abordagem permite compreender as interações sociais e as disputas simbólicas que moldam o território, dando visibilidade às vozes das comunidades locais. Acselrad (2012) destaca que a cartografia social não se limita à descrição do espaço físico, mas busca captar os fluxos, conflitos e disputas políticas que atravessam o território. Estudos clássicos, como o de Gluckman (1958) na região da Zululândia, já utilizaram esse método para revelar interações de poder e hierarquias sociais em contextos específicos. Dessa forma, a cartografia aqui aplicada possibilitará identificar os centros de poder, associações comunitárias e as interações entre os moradores e o poder público no contexto do Projeto Nova Orla Salvador.

O segundo eixo é a análise de documentos, que envolve o exame de diretrizes do PRODETUR, planejamentos da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e relatórios da prefeitura. Em especial, os seguintes documentos:

- a. O Estatuto da Cidade;
- b. Salvador: Construindo um novo futuro - 2013-2016;
- c. Salvador: Uma nova cidade para um novo tempo - 2017-2020;

A análise de documentos permite verificar como a participação popular foi registrada oficialmente, se as diretrizes do Estatuto da Cidade foram cumpridas e identificar possíveis lacunas entre a política declarada e sua aplicação prática. Yin (2015) aponta que a análise de documentos é uma fonte crucial em estudos de caso, fornecendo evidências contextuais que complementam os dados coletados em campo. Como argumenta Rolnik (2011), documentos oficiais muitas vezes escondem as motivações econômicas por trás de grandes projetos urbanos, sendo essencial analisá-los criticamente para entender seu impacto nas populações locais.

O terceiro eixo envolve entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários e representantes dos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. As entrevistas têm

o objetivo de captar as percepções, experiências e interpretações dos atores sociais sobre a execução do Projeto Nova Orla Salvador e a participação (ou ausência dela) no desenvolvimento. Para conduzir essa abordagem, será adotado o modelo de entrevista qualitativa conforme descrito por Poupart (2008), que destaca a flexibilidade desse tipo de entrevista, permitindo “ajustes contínuos no decorrer da pesquisa”, à medida que novas questões e temas emergem a partir das interações com os entrevistados (Poupart, 2008, p. 215).

Ao analisar a dinâmica entre a requalificação urbana e a participação popular no Projeto Nova Orla Salvador, este estudo busca compreender como as vozes e ações das comunidades locais podem influenciar e transformar processos recentes de intervenção urbana. A reflexão sobre os instrumentos de participação popular mobilizados e os desafios enfrentados por bairros como Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina permitirá uma análise mais profunda das potencialidades e limitações dessas intervenções, especialmente em um contexto urbano historicamente marcado por desigualdades socioeconômicas.

Esse texto é composto por seis capítulos, afora a introdução e as considerações finais. O Capítulo I, intitulado “*Dinâmicas Urbanas: Parcerias Público-Privadas, Grandes Projetos e a Voz Popular*”, traz uma análise teórica sobre as transformações promovidas pelas políticas neoliberais no planejamento urbano, com foco nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) e nos Grandes Projetos Urbanos (GPUs). O capítulo examina como essas iniciativas, ancoradas na lógica neoliberal, impulsionam a mercantilização do espaço urbano e aprofundam a segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que prometem modernização e desenvolvimento. A análise crítica considera as implicações dessas práticas na exclusão de comunidades vulneráveis, destacando o papel do Estado como facilitador do capital privado e a reconfiguração das dinâmicas urbanas e sociais. Além disso, o capítulo introduz o conceito de participação popular, articulando a voz das comunidades e seus limites dentro desses projetos, contextualizando o debate em torno do direito à cidade e à transformação urbana.

O Capítulo II, intitulado “*As Marés da Pesquisa: Desafios Metodológicos Para o Estudo de Caso*”, propõe as abordagens metodológicas adotadas na pesquisa e os principais obstáculos que podem surgir durante a investigação sobre a participação popular no Projeto Nova Orla Salvador. Neste capítulo, são detalhados os métodos utilizados, como a análise documental, a cartografia sociopolítica e as entrevistas semiestruturadas, além das estratégias de triangulação de dados. A discussão enfatiza a necessidade de superar desafios como o

acesso limitado a documentos oficiais, a subjetividade na representação cartográfica e a resistência de alguns entrevistados, propondo soluções como a utilização de fontes alternativas e a construção de relações de confiança com os interlocutores do campo. O capítulo evidencia a importância da integração entre diferentes fontes de dados para garantir a robustez das análises e a validade dos resultados obtidos, oferecendo uma visão crítica e fundamentada das dinâmicas de participação popular na requalificação urbana.

O Capítulo III, intitulado “*No Jogo de Sombras e Luzes: Um Panorama Histórico de Degradação da Orla Amaralina–Pituba*”, visa apresentar um panorama das transformações urbanas e socioculturais ocorridas na orla que conecta os bairros de Amaralina e Pituba, em Salvador. A partir de recortes jornalísticos, o capítulo investiga a trajetória histórica da região, desde sua configuração inicial como espaço de veraneio até as dinâmicas contemporâneas de requalificação, destacando tanto as potencialidades quanto os impactos do processo de degradação urbana. Além de contextualizar as raízes históricas do bairro do Nordeste de Amaralina e suas conexões com a Pituba e Amaralina, a discussão aborda as tensões entre modernização e preservação da identidade cultural local, ressaltando a resistência das comunidades diante das transformações urbanas. Esse panorama crítico evidencia a necessidade de políticas públicas consistentes que valorizem o patrimônio cultural e promovam a revitalização adequada da região.

O Capítulo IV, intitulado “*O Projeto Nova Orla Salvador no Trecho Amaralina–Pituba*”, busca tecer uma crítica às intervenções promovidas pelo Projeto Nova Orla Salvador, com foco na requalificação urbana da região que conecta os bairros de Amaralina e Pituba. Partindo de uma contextualização histórica sobre o papel estratégico de Salvador ao longo dos séculos, o capítulo explora as transformações urbanas recentes e os impactos sociais resultantes. Por meio da análise de documentos oficiais, orçamentos e representações visuais, são discutidos os principais desafios enfrentados pelo projeto, incluindo a acessibilidade, a representatividade cultural e a participação comunitária. A abordagem destaca as contradições entre o discurso oficial e a realidade vivenciada pelas populações locais, ressaltando a discrepância entre a modernização estética e as condições práticas enfrentadas pelos moradores, trabalhadores informais e comunidades culturais da região.

O Capítulo V, intitulado “*O Tal Engajamento Comunitário: Uma Análise Crítica das Oficinas de Participação Popular de Participação Comunitária*”, pretende analisar

detalhadamente as dinâmicas sociopolíticas que envolvem os bairros abrangidos pelo Projeto Nova Orla Salvador. Focado no processo de participação popular, o capítulo examina relatórios das oficinas realizadas pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), evidenciando as interações entre associações comunitárias, lideranças locais e o poder público. A partir da cartografia sociopolítica e do conceito de mapeamento participativo, discute-se como essas oficinas revelaram tanto demandas legítimas quanto desafios enfrentados pela comunidade, incluindo dificuldades de mobilização e lacunas no diálogo com segmentos historicamente marginalizados. A análise ressalta, ainda, a importância de iniciativas de inclusão e transparência para legitimar o processo participativo e garantir representatividade nas decisões urbanísticas.

Capítulo VI, intitulado “*Entre Promessas e Realidades: As Vozes da Requalificação*”, tem como objetivo realizar uma análise crítica da percepção dos agentes locais sobre as obras do Projeto Nova Orla Salvador, especificamente no trecho Amaralina–Pituba. O capítulo busca compreender a proximidade estabelecida entre os poderes públicos e a população diretamente afetada pela requalificação. Utilizando a teoria da “*Escada da Participação Cidadã*” de Arnstein (1969), serão discutidos os níveis de envolvimento da população e as barreiras enfrentadas pelos moradores para influenciar os processos decisórios. Este capítulo será crucial para evidenciar como os mecanismos de participação impactaram as decisões do projeto e foram percebidos pelos agentes locais. Além disso, serão analisadas as tensões entre as comunidades e o poder público, destacando os desafios que dificultaram a inclusão das vozes da população nas etapas de desenvolvimento da requalificação urbana. Por fim, apresentaremos a conclusão e considerações finais.

CAPÍTULO I. DINÂMICAS URBANAS:

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, GRANDES PROJETOS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Este capítulo, intitulado “*Dinâmicas Urbanas: Parcerias Público-Privadas, Grandes Projetos e a Participação Popular*”, busca oferecer uma abordagem teórica sobre as transformações urbanas no contexto neoliberal, com ênfase nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) e nos Grandes Projetos Urbanos (GPUs). Discute-se como essas iniciativas, impulsionadas pela lógica de mercantilização do espaço urbano, promovem a reestruturação das cidades e intensificam a segregação socioespacial. A análise abrange ainda o conceito de “destruição criativa” e os impactos excludentes dessas intervenções, focando na relação entre Estado, capital privado e as comunidades afetadas. Por fim, o capítulo também explora o papel da participação popular nesses processos, questionando os limites e as potencialidades de se garantir o direito à cidade frente às práticas urbanas contemporâneas.

1.1 NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA URBANA: UM OLHAR SOBRE AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Conforme articulado por Harvey (2005) e Moraes (2001), o neoliberalismo surge como uma resposta ao esgotamento do modelo *keynesiano*², promovendo o retorno de ideais liberais clássicos, que exaltam a liberdade de mercado e a minimização da intervenção estatal. Diferentemente do liberalismo clássico, cujo foco era a organização econômica em uma sociedade pré-industrial, o neoliberalismo visa adequar essas ideias às demandas do capitalismo financeirizado e globalizado do final do século XX.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no

² O modelo *keynesiano*, desenvolvido pelo economista britânico John Maynard Keynes, defende a intervenção do Estado na economia para regular as flutuações do ciclo econômico. Por meio de políticas fiscais e monetárias, o Estado pode estimular a demanda agregada durante períodos de recessão, garantindo níveis adequados de emprego e estabilidade econômica. Esse modelo foi amplamente adotado após a Grande Depressão e influenciou políticas econômicas no pós-guerra, criando o que ficou conhecido como “consenso keynesiano”, especialmente em países europeus e nos Estados Unidos (Keynes, 1936).

âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2005, p. 12).

Harvey (2005) aponta que o neoliberalismo se consolidou como uma doutrina política e econômica em que “o Estado deve intervir o mínimo possível, limitando-se a garantir mercados e assegurar a propriedade privada” (Harvey, 2005, p. 12). Essa abordagem cria um cenário de desregulação e privatização, como visto na onda de reformas estruturais globais a partir da década de 1980, especialmente sob a liderança de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (Moraes, 2001).

Para entender melhor o neoliberalismo, é importante traçar sua relação com o liberalismo clássico, cujas bases foram estabelecidas por autores como Adam Smith. Segundo Moraes (2001), o liberalismo defendia que “a livre concorrência e o interesse próprio seriam os principais motores da economia, levando a uma sociedade mais justa e eficiente” (Moraes, 2001, p. 3). A famosa metáfora da “mão invisível” de Smith resume a crença de que, sem interferências externas, o mercado seria capaz de autorregular-se de maneira eficaz, favorecendo o bem-estar coletivo. O neoliberalismo, ao retomar esses ideais, promove a liberalização do mercado de trabalho, a eliminação de barreiras comerciais e a diminuição de políticas públicas redistributivas, ao mesmo tempo em que fortalece a financeirização da economia global (Moraes, 2001).

Harvey (2008) destaca que o neoliberalismo se desenvolve de formas diferenciadas no plano local, modulando-se conforme a interação entre os atores locais, interesses do capital e demandas populares. Isso gera um cenário de desenvolvimento urbano desigual e imprevisível. Esse conceito é fundamental para entender como as Parcerias Público-Privadas (PPPs) atuam na política urbana. Essas parcerias emergem como um dos principais instrumentos no cenário das políticas urbanas neoliberais, especialmente voltadas para a reestruturação e modernização de infraestruturas das cidades. Como aponta Salomão (2023), a introdução das PPPs no Brasil, institucionalizada pela Lei Federal nº 11.079/2004³, reflete a tentativa de contornar a incapacidade do Estado em responder adequadamente ao déficit de infraestrutura nas regiões metropolitanas. Nesse modelo, o Estado compromete-se com parte

³ A Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no âmbito da administração pública. Esta legislação estabelece as bases para a formalização de contratos de concessão patrocinada e administrativa, promovendo a colaboração entre o setor público e privado para a execução de serviços públicos e infraestrutura, com o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão (Brasil, 2004).

dos investimentos ou da remuneração, criando condições favoráveis para a entrada do capital privado em setores estratégicos (Salomão, 2023).

No entanto, a crítica central às PPPs está no fato de que, ao promoverem soluções para gargalos de infraestrutura, elas aprofundam a lógica neoliberal, que se baseia na mercantilização do espaço urbano. Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo transforma o papel do Estado, tornando-o um facilitador dos interesses do capital. Em vez de provedor de bens públicos, o Estado passa a focar na maximização do valor do solo e na atração de investimentos. Nesse contexto, as PPPs se configuram como um dos principais instrumentos de financeirização das cidades, transferindo o planejamento urbano para agentes privados. Essa transferência frequentemente resulta na exclusão de comunidades vulneráveis e na concentração de investimentos em áreas rentáveis (Harvey, 2005).

Um conceito fundamental dentro do neoliberalismo, segundo Harvey (2005), é o da “destruição criativa”, que se refere à reconfiguração contínua das estruturas de poder, relações de trabalho, tecnologia, modos de vida e formas de pensamento. Esse processo afeta profundamente as atividades produtivas, formas de ligação à terra e hábitos sociais (Harvey, 2005). Neste cenário, as PPPs, ao impulsionarem a valorização imobiliária e a reconfiguração de áreas centrais, contribuem para a remoção forçada de comunidades e o dismantelamento de infraestruturas públicas que anteriormente serviam às necessidades coletivas. Este processo não é apenas uma consequência, mas uma estratégia ativa de acumulação de capital (Harvey, 2005).

A destruição criativa é uma condição inerente ao avanço do capital sob o neoliberalismo. A urbanização se torna o espaço privilegiado para esse processo, onde o Estado facilita o desmonte de antigas formas de vida para abrir caminho para novos espaços mercantilizados (Harvey, 2005, p. 115).

Nas políticas urbanas do Brasil, a destruição criativa também pode ser vista nas PPPs, que concentram os investimentos em áreas específicas e lucrativas, ignorando as necessidades das regiões periféricas. Conforme Salomão (2023), o Estado brasileiro, ao promover a entrada do capital privado na gestão de infraestruturas urbanas, legítima e aprofunda a desigualdade socioespacial, facilitando a destruição de populações desfavorecidas em nome do desenvolvimento.

As PPPs, tecnicamente, contornam os entraves impostos pelas medidas de austeridade fiscal neoliberais. Elas reiteram o papel central do Estado na produção de infraestruturas urbanas por meio de mecanismos de redução de

risco, ao mesmo tempo em que desfavorecem o controle democrático sobre a reprodução dessas infraestruturas (Salomão, 2023, p. 07).

Essa divisão de responsabilidades entre público e privado gera questionamentos, sobretudo porque o Estado continua a assumir uma parte significativa dos riscos, especialmente em casos de falha ou dificuldades na implementação dos projetos. Outro ponto de crítica refere-se à concentração dos investimentos das PPPs em áreas economicamente rentáveis, como centros urbanos, enquanto regiões periféricas e mais vulneráveis são negligenciadas. Harvey (2005) observa que a lógica neoliberal prioriza o retorno econômico rápido, marginalizando setores que exigem investimentos de longo prazo, como saneamento básico em áreas periféricas. Para ele, essa tendência aprofunda a segregação socioespacial e a exclusão das comunidades em vulnerabilidade social.

A adoção das PPPs favorece o controle monopolista de ativos valiosos e a financeirização da infraestrutura urbana, criando dinâmicas que intensificam a segregação espacial e a exclusão das comunidades mais pobres (Harvey, 2005, p. 101).

Além de seu papel na mercantilização do espaço urbano, as PPPs envolvem uma complexa estrutura contratual que visa dividir os riscos entre o setor público e o privado. Salomão (2023) ressalta que essa estrutura contratual foi desenhada para otimizar o uso dos recursos públicos, permitindo que o Estado dilua sua responsabilidade financeira ao longo do tempo. No entanto, na prática, a divisão dos riscos nem sempre é equilibrada, com o Estado frequentemente arcando com a maior parte dos custos quando surgem falhas ou desafios na execução dos projetos.

A legislação responsável por autorizar o aporte de recursos públicos durante a fase de investimento [...] permitiu que recursos federais fossem direcionados para concessionários contratados por estados e municípios, impulsionando um grande fluxo de contratações de PPPs nos anos subsequentes (Salomão, 2023, p. 122).

Gordilho-Souza (2018) também destaca como a privatização seletiva promovida pelas PPPs prioriza a mercantilização do espaço urbano, resultando em um modelo excludente de urbanização. Conforme a autora, as PPPs favorecem os interesses privados em áreas centrais e de alto valor, marginalizando outras áreas da cidade. Essa lógica de exclusão agrava as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

A privatização seletiva promovida pelas PPPs agrava os processos de segregação socioespacial, deixando as periferias abandonadas à mercê de práticas excludentes de urbanização (Gordilho-Souza, 2018, p. 260).

Peck (2002) contribui para essa crítica ao reforçar que as PPPs estão inseridas na lógica de financeirização das cidades promovida pelo neoliberalismo. Essa financeirização transforma o espaço urbano em um produto de mercado, concentrando o poder de planejamento nas mãos do capital privado, com o Estado assumindo o papel de facilitador de grandes projetos voltados para a maximização do lucro.

A privatização da infraestrutura urbana, promovida pelas PPPs, não apenas marginaliza as comunidades mais pobres, como também consolida a exclusão das áreas periféricas em prol de projetos que favorecem o consumo das elites (Peck, 2002, p. 50).

No contexto neoliberal, é essencial abordar como a cidade se torna, cada vez mais, um negócio no cenário urbano contemporâneo. De acordo com Harvey (2005), o neoliberalismo urbano, ao moldar a cidade para o capital, desconsidera as necessidades sociais e comunitárias, deslocando o poder de decisão sobre o uso do solo para o setor privado, enquanto o Estado se restringe ao papel de facilitador da reprodução do capital. Conforme discutido por Carvalho e Corso-Pereira (2011), a lógica neoliberal transforma o espaço urbano em um ativo econômico voltado para a atração de capital. As cidades passam a ser moldadas para atrair investimentos, turistas e grandes eventos internacionais.

A cidade, sob o neoliberalismo, é convertida em uma mercadoria, e sua gestão é orientada para o aumento do valor de troca, em vez de garantir o valor de uso para seus habitantes (Carvalho; Corso-Pereira, 2011, p. 34).

Essa lógica de cidade como negócio está intimamente relacionada ao conceito de *city marketing*, discutido por Lynch (1984). O *city marketing*⁴ envolve a promoção da imagem da cidade para atrair investimentos e consolidar sua posição no mercado global. No entanto, essa promoção frequentemente desconsidera as realidades sociais da cidade, apresentando-a como um produto de consumo para turistas e investidores. As populações locais, especialmente as de baixa renda, acabam marginalizadas desse processo, já que a cidade é moldada para atender às necessidades do capital, em vez de priorizar o bem-estar dos seus habitantes.

O marketing urbano molda a cidade para torná-la atraente ao capital, mas frequentemente negligencia as necessidades das populações que vivem nas áreas “vendidas” para o mercado (Lynch, 1984, p. 87).

⁴ “City Marketing” refere-se às estratégias utilizadas pelas cidades para se posicionarem em um mercado competitivo, atraindo investimentos e eventos internacionais, muitas vezes negligenciando as necessidades das populações locais. Através do *city marketing*, o espaço urbano se torna um produto moldado para atender aos interesses do capital global, como discutido por autores como Lynch (1984), Ashworth e Voogd (1990), Sassen (1996), Carvalho e Corso Pereira (2011) e Vainer (2013).

Conforme analisado por Carvalho e Corso-Pereira (2011), em cidades como Salvador, onde grandes projetos de requalificação urbana são executados, podemos observar como a cidade é reconfigurada para maximizar sua atratividade econômica, alinhando-se aos interesses de investidores, enquanto as comunidades locais são muitas vezes excluídas desse processo. Para os autores, o marketing urbano reforça as dinâmicas de exclusão social e mercantilização, promovendo uma cidade que é, essencialmente, um produto global.

É válido destacar também que as PPPs levantam questões de governança, já que a gestão das infraestruturas essenciais passa para o setor privado, o que reduz a transparência e a participação democrática no planejamento urbano. Isso gera um planejamento urbano orientado por interesses econômicos, em detrimento das necessidades sociais, como destacam Harvey (2005) e Salomão (2023). Na leitura dos autores, podemos compreender que essa postura do Estado, como facilitador do capital privado, resulta em políticas que, embora economicamente viáveis, falham em incluir as comunidades mais vulneráveis no processo de decisão.

Essa exclusão das comunidades no processo de tomada de decisões urbanas, associada ao controle privado da infraestrutura, enfraquece o planejamento democrático e aprofunda as desigualdades socioespaciais (Salomão, 2023, p. 123).

No contexto internacional, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm sido amplamente adotadas como soluções para o desenvolvimento urbano em grandes metrópoles. Um dos exemplos mais marcantes pode ser visto em Londres, onde as PPPs foram implementadas no projeto de reurbanização de Canary Wharf⁵ nos anos 1980 e 1990. Segundo o The Guardian (2019), essa parceria transformou uma antiga zona industrial em um importante centro financeiro global. Embora tenha gerado grandes benefícios econômicos para o Reino Unido, o projeto também foi criticado por criar uma “ilha de riqueza”, separada das comunidades menos favorecidas que habitam as áreas adjacentes, sem que houvesse um retorno social significativo para essas populações (The Guardian, 2019).

⁵ Canary Wharf é um grande projeto de reurbanização situado no leste de Londres, realizado entre os anos 1980 e 1990. O projeto, financiado através de Parcerias Público-Privadas (PPPs), transformou uma antiga zona industrial em um dos principais centros financeiros do mundo. Apesar dos benefícios econômicos, Canary Wharf foi criticado por criar uma ‘ilha de riqueza’, separada das comunidades menos favorecidas das áreas adjacentes, sem proporcionar um retorno social significativo (The Guardian, 2019).

Outro exemplo notável é o de Nova York, onde as PPPs foram utilizadas para a revitalização da região de Hudson Yards⁶, o maior projeto imobiliário privado da história dos Estados Unidos. De acordo com um artigo publicado pelo The New York Times (2018), o projeto foi financiado em parte por meio de uma parceria entre o setor público e grandes incorporadoras privadas, com a promessa de revitalizar a economia local e criar empregos. No entanto, essa revitalização trouxe consigo o aumento dos custos de moradia e a gentrificação, o que forçou a saída de muitos moradores de baixa renda, gerando uma nova camada de exclusão social (The New York Times, 2018).

Esses exemplos internacionais mostram que, apesar dos aparentes benefícios econômicos das PPPs, os resultados frequentemente reforçam a exclusão social e a segregação espacial, problemas que também são observados no Brasil, conforme discutido por Gordilho-Souza (2015). No Brasil, as PPPs adotadas em grandes centros urbanos, como São Paulo, por exemplo, reproduzem as mesmas dinâmicas de concentração de investimentos nas áreas centrais e de exclusão das periferias (Gordilho-Souza, 2015). Essa tendência é especialmente visível na implementação de projetos voltados para a requalificação urbana e a valorização imobiliária.

A reestruturação urbana, promovida pelas PPPs, é uma manifestação concreta da destruição criativa, onde o capital privado redefine os usos do solo urbano e remove populações que não se enquadram na lógica de consumo (Harvey, 2005, p. 120).

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são frequentemente vistas como um mecanismo eficiente para promover a modernização das cidades em tempos de austeridade fiscal. No entanto, essas parcerias também levantam questões críticas sobre o papel do Estado e o impacto de suas ações na reconfiguração das relações de poder urbano. Nesse contexto, a análise de Peter Evans (1979) sobre a *tríplice aliança* contribui para entender as dinâmicas de cooperação e contradição entre o capital internacional, o Estado e as elites locais, especialmente em cenários de crescimento acelerado e dependência de investimento estrangeiro.

⁶ Hudson Yards é um projeto de desenvolvimento urbano em grande escala localizado em Manhattan, Nova York. Iniciado em 2012, é o maior empreendimento imobiliário privado da história dos Estados Unidos, financiado em parte por Parcerias Público-Privadas (PPPs). Embora tenha revitalizado a região e gerado empregos, Hudson Yards também gerou críticas devido ao aumento dos custos de moradia e à gentrificação, o que resultou no deslocamento de moradores de baixa renda (The New York Times, 2018).

No cenário de desenvolvimento brasileiro, essa estrutura reflete o conceito de *desenvolvimento associado dependente* proposto por Fernando Henrique Cardoso, onde o capital internacional não se opõe necessariamente à industrialização dos países da periferia. Pelo contrário, torna-se parte de uma estratégia de acumulação que favorece a industrialização, ao menos em setores estratégicos, como o de manufaturas e infraestrutura (Evans, 1979, p. 36). No entanto, Evans aponta que essa aliança está repleta de contradições, uma vez que os interesses das multinacionais nem sempre coincidem com as necessidades de desenvolvimento local. As multinacionais tendem a priorizar seus objetivos globais, o que pode resultar em uma marginalização de segmentos da burguesia local que não têm acesso direto ao poder estatal ou ao capital internacional (Evans, 1979, p. 37).

No caso do Brasil, essa aliança foi particularmente visível durante o período do “milagre econômico” (1968-1974), quando o país experimentou um crescimento acelerado com base em investimentos estrangeiros. De acordo com Evans (1979), enquanto o Brasil avançava em termos de industrialização, a dependência do capital estrangeiro também ampliava a vulnerabilidade do país em relação às flutuações econômicas globais.

Como Cardoso e outros já notaram, os ativos das maiores firmas brasileiras aumentaram durante o milagre tão ou mais rapidamente que os ativos dos grupos estrangeiros. Um problema político foi criado, todavia, e sua magnitude seria substancialmente ampliada se um aumento na democratização alargasse o segmento da burguesia local que tem acesso ao aparato estatal (Evans, 1979, p. 37).

Nesse sentido, o papel do Estado na tríplice aliança foi crucial para mediar os interesses conflitantes entre o capital internacional e a acumulação local. O Estado brasileiro, por meio de políticas fiscais e incentivos, buscava garantir que as multinacionais priorizassem o desenvolvimento local, o que Evans chama de “nacionalismo dos planejadores” (Evans, 1979, p. 39).

Contudo, Evans (1979) ressalta que essa relação colaborativa não está isenta de tensões. Por um lado, as multinacionais buscam maximizar seus lucros, muitas vezes sem comprometer-se com o desenvolvimento pleno da divisão do trabalho local. Por outro, o Estado e parte da burguesia local pressionam por maior controle sobre as operações das multinacionais, seja por meio de regulamentações que exigem maior transferência de tecnologia ou pela participação equitativa nas decisões empresariais (Evans, 1979).

Assim como na *tríplice aliança* descrita por Evans, as PPPs revelam uma dinâmica de cooperação e, ao mesmo tempo, de contradição entre os interesses do Estado, do capital privado e da sociedade. Essas parcerias, ao facilitarem a entrada do capital privado, muitas vezes perpetuam estruturas de poder que aprofundam a exclusão social e a desigualdade, conforme já discutido por diversos autores sobre o impacto das PPPs no espaço urbano (Harvey, 2005; Rolnik, 1997; Maricato, 2011).

O debate acerca das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e sua função na mercantilização do espaço urbano nos leva diretamente à discussão sobre os Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que são uma expressão concreta da lógica neoliberal nas cidades contemporâneas. Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo transforma o espaço urbano em um ativo mercantilizado, onde o direito à cidade passa a ser determinado pela capacidade de pagar pelo acesso aos recursos urbanos. Essa mercantilização do espaço molda as cidades para servir aos interesses do capital, restringindo o direito à cidade àqueles que podem consumir e participar do mercado imobiliário.

Os Grandes Projetos Urbanos, frequentemente viabilizados por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), tornam-se instrumentos essenciais para a transformação das cidades em mercadorias. Conforme aponta Harvey (2008), essas intervenções não apenas reconfiguram a infraestrutura urbana, mas também redesenham as relações de poder e pertencimento, promovendo uma cidade voltada para o consumo e a especulação imobiliária, em detrimento do direito das comunidades de permanecerem e moldarem seus próprios territórios. Com isso, a exclusão observada nas PPPs se reflete claramente nos GPUs, onde o direito à cidade é transformado em privilégio para aqueles que podem pagar, ao invés de um direito universal e coletivo de moldar o espaço urbano.

1.2 GRANDES PROJETOS URBANOS: MODERNIZAÇÃO, RUPTURA E EXCLUSÃO

À luz da discussão de teóricos como Santos (2006) e Vainer *et al.* (2012), é possível compreender que a cidade não se transforma sem rupturas. Quando Grandes Projetos Urbanos (GPUs) são anunciados, eles chegam com a promessa de modernização, mas escondem uma reestruturação profunda nas dinâmicas sociais e espaciais (Vainer *et al.*, 2012).

Apesar de ainda estar em fase de desenvolvimento como conceito, a literatura aponta diversas dimensões para caracterizar os Grandes Projetos Urbanos (GPUs). Para uns, trata-se de mais uma estratégia de dominação levada adiante no âmbito do planejamento e das intervenções sobre o território (Moulaert, Rodríguez *et al.*, 2003). Para outros, uma forma para enfrentar a alienação que acompanha os processos recentes da expansão capitalista (Borja e Castells, 1997, Ascher, 2001). Em geral, esses projetos envolvem grandes investimentos financeiros e promovem transformações significativas no ambiente urbano (Hardt *et al.*, 2008). De acordo com Ultramari e Rezende (2007), os GPUs são entendidos como instrumentos de política pública cujas intervenções, geralmente de grande escala, se destacam do contexto em que estão inseridos e provocam impactos que ultrapassam seus limites imediatos. Santos (2006) amplia essa discussão ao afirmar que:

As transformações no espaço urbano são fruto não só das relações intraurbanas, mas de relações regionais e globais, já que a cidade não é um lugar fechado em si, ela assume relações que ultrapassam a esfera local e regional, e isto exige que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-econômico mais abrangente (Santos, 2006, s.p.).

A implementação de um Grande Projeto Urbano (GPU) provoca transformações significativas no espaço urbano, com efeitos que se estendem além da área originalmente planejada. Nessa perspectiva, considerando que os riscos associados estão intimamente ligados ao fenômeno da globalização e ao estilo de vida das sociedades contemporâneas (Beck, 1992), os impactos gerados pela realização de GPUs ainda exigem maior atenção acadêmica, sobretudo no que diz respeito à análise dos riscos e das consequências de suas intervenções.

Conceitualmente, os GPUs são vistos como iniciativas de renovação urbana, focadas em áreas específicas da cidade e que envolvem tanto o setor público quanto o privado. Esses projetos são caracterizados por investimentos e intervenções que seguem um plano urbanístico estruturado no redesenho do espaço urbano, em mudanças nas normas legais ou na criação de novas articulações institucionais e formas de gestão (Someck e Campos Neto, 2005).

Um outro referencial vinculado ao conceito de Grandes Projetos Urbanos (GPUs) é apresentado por Altshuler e Luberoff (2003), que, ao analisar a experiência estadunidense, descrevem esses projetos como intervenções de grande investimento de recursos públicos, realizados em parceria com o setor privado, transformando o “tecido” urbano para responder

às novas demandas de transporte individual, marcadas pela era do automóvel. As discordâncias não estão tanto nas características dos GPUs em si, nem nos critérios que justificam seu uso, mas sim em suas implicações político-administrativas, urbanísticas e ideológicas.

A partir da literatura sobre o tema, emergem duas abordagens principais para discutir os GPUs. A primeira, de cunho positivista, destaca sua inserção em um processo mais amplo de planejamento estratégico, que supostamente envolve participação pública. Esta linha não foca nas críticas específicas aos interesses envolvidos em tais intervenções. A caracterização de Del Rio ilustra bem essa perspectiva positivista da seguinte maneira:

Através de um planejamento estratégico entre poder público (viabilizadores), poder privado (investidores) e comunidades (usuários), identificam-se planos e programas que maximizem e compatibilizem os esforços e investimentos, e norteia-se a implementação integrada de ações e projetos a curto, médio e longo prazos. Os resultados positivos, por sua vez, realimentam o processo atraindo novos investidores, novos moradores e novos consumidores, e gerando novos projetos (Del Rio, 2000, s.p.).

Em contrapartida, a segunda abordagem, com uma visão crítica sobre a implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPUs), questiona a possibilidade de um verdadeiro consenso democrático em torno desses projetos e alerta para os riscos associados à sua execução. Para Moulaert e colaboradores (2003), os GPUs são uma estratégia de dominação territorial, destacando que a formulação desses projetos revela uma distribuição desigual de poder. Nessa mesma perspectiva, Harvey (2000) observa que, para viabilizar os GPUs, o setor público assume os riscos, enquanto o setor privado se beneficia dos lucros gerados por essas intervenções.

Frequentemente, os GPUs são vistos como iniciativas de revitalização urbana, focadas em áreas específicas da cidade e que envolvem tanto o setor público quanto o privado. Esses projetos são caracterizados por investimentos e intervenções que seguem um plano urbanístico estruturado no redesenho do espaço urbano, em mudanças nas normas legais ou na criação de novas articulações institucionais e formas de gestão (Someck e Campos Neto, 2005).

Conforme destacam Vasconcellos e Mello (2015), termos como “revitalização” e “requalificação” são amplamente utilizados em projetos urbanos para sugerir uma renovação⁷

⁷ O conceito de renovação, dentro da esfera urbana, está associado ao planejamento modernista da década de 1950 e foi empregado nas intervenções realizadas nas áreas centrais das cidades europeias, após os bombardeios

do “tecido” urbano, mas muitas vezes funcionam como eufemismos para processos de valorização que priorizam interesses econômicos sobre as necessidades sociais. Esses projetos carregam a promessa de “nova vida” para áreas degradadas, mas escondem a exclusão e a desestruturação das comunidades locais (Vasconcellos e Mello, 2015).

A revitalização⁸, por exemplo, traz consigo a ideia de relançar a vida econômica e social em áreas que estão em decadência, promovendo, na visão de seus idealizadores, uma regeneração dos espaços urbanos. Como destacam Vasconcellos e Mello (2015), tanto a revitalização quanto a requalificação carregam essa noção de trazer "nova vida" a áreas em declínio, ainda que o foco esteja muitas vezes na valorização econômica do solo urbano em detrimento da preservação das comunidades locais.

A Carta de Lisboa apresenta o conceito de *reabilitação*⁹ como uma estratégia de gestão urbana, induzindo a compreensão de seu significado como sinônimo de *requalificação*. Em seguida, aproxima esse conceito da definição de *revitalização*. Tanto em um vocábulo como em outro, está explícita a importância de trazer novas atividades econômicas e, com elas, dar nova vida às áreas decadentes da cidade (Vasconcellos e Mello, 2015, p. 59-60).

Os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) são também símbolos de uma nova ordem urbana que valoriza a monumentalidade e a excepcionalidade em detrimento da integração social. A ideia de que um projeto de grande escala pode regenerar áreas urbanas degradadas está frequentemente atrelada a uma visão simplificada da cidade, que ignora as complexas dinâmicas de uso e ocupação do solo. A regeneração, conforme explicam Vasconcellos e

da Segunda Guerra Mundial. Esse conceito surgiu no contexto do Modernismo e da Carta de Atenas, sendo implementado nas substituições das infraestruturas físicas e adaptações das cidades às demandas da vida moderna. De acordo com Pasquotto (2010), uma das principais características das políticas de renovação urbana foi a adoção de um modelo de intervenção que desmantelava os vínculos dos habitantes com a área “renovada”, rompendo drasticamente o tecido urbano e levando ao esvaziamento das áreas centrais das cidades.

⁸ A discussão sobre “revitalização” surge na literatura na década de 1960, com o objetivo de conter a degradação das áreas antigas das cidades, vinculado ao surgimento de leis de preservação urbana do “terceiro movimento de preservação” e à Carta de Veneza. A revitalização, conforme Pasquotto (2010), está associada à expansão do conceito de monumento histórico, abrangendo ações de recuperação e preservação do patrimônio urbano. No entanto, politicamente, esse processo resultou na expulsão da população residente e na remoção de iniciativas de comércio local nas áreas de intervenção, geralmente nos centros “degradados”

⁹ Na década de 1970, surge o conceito de reabilitação, que traz uma nova dimensão às intervenções urbanas, com foco na restauração de direitos e na realização de operações mais complexas do que meras melhorias habitacionais. A Convenção da Unesco de 1972 marca um importante ponto de partida para essa abordagem, com diretrizes que visam reintegrar os locais ao ciclo econômico da cidade e promover o desenvolvimento urbano sustentável. Em consonância com esses princípios, a Carta de Lisboa de 1995, sobre Reabilitação Urbana Integrada, estabeleceu diretrizes fundamentais para intervenções urbanísticas, enfatizando a preservação do patrimônio cultural e social, assim como a manutenção das características históricas e identitárias das áreas afetadas pela reabilitação.

Mello (2015), é um conceito que remete à recuperação do “tecido” urbano sem rompê-lo. No entanto, na prática, a regeneração é frequentemente utilizada como uma estratégia de marketing para legitimar intervenções que ignoram as dinâmicas locais e promovem a valorização imobiliária, desconsiderando as populações mais vulneráveis.

No limiar da virada do século XX, começou-se a falar do termo regeneração, ligado a uma metáfora que compara a trama de um tecido da pele ao tecido urbano. A regeneração seria um processo de recuperação do tecido da pele, sem, no entanto, rompê-lo (Vasconcellos e Mello, 2015, p. 60).

A utilização de termos como revitalização, requalificação e regeneração, conforme analisado por Vasconcellos e Mello (2015), opera como parte de uma retórica que busca legitimar a transformação do espaço urbano em benefício do capital privado. Esses conceitos, ao sugerirem uma volta a um estado anterior de "saúde" urbana, muitas vezes ocultam os processos de despossessão e exclusão que marcam as grandes intervenções urbanas contemporâneas (Vasconcellos e Mello, 2015).

As várias nomenclaturas dadas aos planos implicam uma grande confusão de conceitos. Concomitantemente, o poder público parece colaborar com essa confusão, legitimando novos termos para manter o privilégio de definir quais áreas serão selecionadas e valorizadas, associando o tipo de intervenção ao marketing político” (Vasconcellos e Mello, 2015, p. 64).

Smolka (2004) ressalta que as grandes intervenções urbanas conseguem afetar os fatores que determinam o gradiente de rendas fundiárias, criando novos territórios de valorização que excluem as camadas mais pobres da população. Essa lógica de ruptura cria uma segmentação espacial dentro da cidade, onde o novo e o monumental contrastam com o ordinário e o popular. Ao invés de integrar, os GPUs tendem a intensificar as desigualdades. Vainer *et al.* (2012) contribui com a discussão apontando que os GPUs geram intervenções que vão além das alterações físicas, promovendo rupturas nas regras institucionais, dinâmicas fundiárias, e na própria lógica de governança urbana. Não se trata apenas de um novo edifício ou uma nova via, mas de um novo regime de urbanismo que transforma a cidade em uma arena de disputa entre diferentes interesses.

Os grandes projetos, ao promoverem descontinuidades, acabam por consolidar o desenvolvimento desigual nas escalas local e metropolitana (Vainer *et al.* 2012, p. 17).

Ao discutir a natureza disruptiva dos GPUs, Vainer *et al.* (2012) destaca que “os grandes projetos urbanos promovem rupturas institucionais, urbanísticas e simbólicas”, que

frequentemente resultam em mudanças drásticas no modo como a cidade é gerida e ocupada. Uma característica central dessas intervenções é a criação de “*urbanismos ad hoc*”, onde as regras urbanísticas tradicionais são flexibilizadas ou até ignoradas para viabilizar os projetos. Isso ocorre frequentemente em contextos de megaeventos ou grandes reestruturações urbanas, como as observadas no Brasil durante eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas (Vainer *et al.*, 2012).

Esses projetos *ad hoc* geralmente envolvem parcerias público-privadas (PPP), onde o Estado atua mais como facilitador do capital privado do que como regulador. Essa forma de urbanismo cria espaços legais sob medida para os interesses de grandes investidores, ignorando, muitas vezes, as legislações urbanas vigentes e o interesse público mais amplo. É uma característica marcante das cidades contemporâneas que buscam competir no cenário global, oferecendo incentivos, isenções e flexibilidades para atrair grandes capitais (Vainer *et al.*, 2012).

Conforme discutido na literatura sobre planejamento urbano contemporâneo, os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) têm se consolidado como uma forma de intervenção que visa reorganizar e modernizar as cidades diante das demandas de um mundo globalizado. De acordo com o pensamento de Harvey (2004), a acumulação por despossessão é um processo central ao desenvolvimento capitalista contemporâneo, e os GPUs se inserem exatamente nesse contexto. Esses projetos promovem a apropriação de áreas urbanas, muitas vezes populares, e transformam esses territórios em objetos de valorização econômica, favorecendo capitais privados em detrimento das comunidades locais.

Harvey (2004) destaca que a acumulação por despossessão envolve a transformação de formas comuns de propriedade e o deslocamento forçado de populações. Nos Grandes Projetos Urbanos, esse processo se manifesta claramente: as terras, antes de uso coletivo ou acessíveis às populações mais pobres, tornam-se mercantilizadas e privatizadas. Assim, o espaço urbano é reconfigurado para atender aos interesses de mercado, enquanto as populações mais vulneráveis são excluídas desse novo ordenamento territorial.

Essa lógica de despossessão explorada por Harvey (2004) está diretamente enraizada no conceito de “acumulação primitiva” desenvolvido por Karl Marx. Nos Grandes Projetos Urbanos, essa articulação entre as duas formas de acumulação revela a continuidade histórica

de um processo que, embora tenha assumido novas configurações, mantém os mesmos mecanismos de exclusão ancorados na mercantilização do espaço.

Na obra *O Capital* (1867), Marx desenvolve o conceito de “acumulação primitiva” para descrever o processo histórico que precede e viabiliza o surgimento do capitalismo. Esse conceito revela como, antes do estabelecimento do sistema capitalista, a separação forçada entre os produtores diretos e os meios de produção foi fundamental para a acumulação de capital. O processo envolveu a expropriação violenta dos camponeses de suas terras, a privatização dos bens comuns e a transformação da força de trabalho em mercadoria. A violência e a coerção foram instrumentos centrais nesse processo, com desapropriações que possibilitaram a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos capitalistas emergentes. Marx (2013) também destaca o papel do colonialismo na acumulação primitiva, onde a pilhagem de recursos, o tráfico de escravos e a exploração de terras nas colônias contribuíram de forma significativa para a centralização do capital nas metrópoles europeias. Esse processo não apenas garantiu a criação de um exército de trabalhadores despossuídos nas cidades, mas também reforçou o domínio econômico das potências coloniais sobre as colônias, consolidando as bases para o desenvolvimento capitalista global.

Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (Harvey, 2004, p. 109).

Sassen (1996) amplia a discussão trazida por Harvey (2004) ao trazer o conceito de cidades globais e o papel dos GPUs na reorganização dos espaços urbanos para se adequarem às demandas do capital internacional. Segundo a autora, as grandes metrópoles concentram funções de comando e abrigam empresas transnacionais e sedes de governos, possibilitando que esses atores se utilizem dos serviços especializados do mercado financeiro. Essa lógica de integração das cidades ao mercado global promove, por um lado, a valorização dos espaços urbanos, mas, por outro, amplifica as desigualdades socioespaciais (Sassen, 1996).

As cidades globais passam a ser caracterizadas pela criação de “ilhas de modernidade”, onde pequenas áreas concentram infraestrutura e capital, enquanto áreas periféricas enfrentam exclusão e negligência. Para Sassen, “essa combinação de dispersão geográfica e de integração mundial criou um novo papel estratégico para as grandes cidades” (Sassen, 1996, p. 32), que passaram a concentrar funções de comando, e a abrigar empresas e governos em espaços em que podem “se utilizar dos produtos e serviços do mercado financeiro e contratar serviços especializados” (Sassen, 1999, p. 08).

Tal dinâmica também é observada no contexto brasileiro, como destaca Maricato (2001), ao argumentar que a concentração dos investimentos urbanos em áreas centrais e elitizadas ilustra a segregação socioespacial que caracteriza a maior parte dos Grandes Projetos Urbanos.

A concentração dos investimentos no vetor sudoeste da cidade de São Paulo ilustra a desigualdade e a segregação urbana, onde pequenas áreas elitizadas recebem grandes volumes de recursos, enquanto a maior parte da cidade permanece carente de infraestruturas básicas, exacerbando a exclusão das populações periféricas (Maricato, 2001, p. 37).

Essas intervenções, amplamente adotadas a partir dos anos 1990, emergem como resposta às crises urbanas e são frequentemente apresentadas como soluções capazes de promover o desenvolvimento econômico e atrair investimentos para áreas urbanas estratégicas (Sánchez et al., 2007). A abordagem multidimensional dos GPUs permite uma análise abrangente de suas implicações, pois envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Ao considerarmos os GPUs sob diferentes perspectivas, como sugerem Sánchez *et al.* (2007), fica claro que eles operam em diversos níveis simultâneos. Esses projetos não se restringem apenas à reorganização espacial, mas integram componentes de articulação política, institucional, simbólica, arquitetônico-urbanístico, fundiária, socioambiental e econômico-financeira – cada uma dessas dimensões desempenhando um papel crucial no processo de intervenção sobre o território. Tal abordagem é essencial para compreender como as cidades são transformadas por essas grandes intervenções.

[...] os GPUs são formas complexas de articulação entre atores privados e públicos referidas ao território, acionadas a fim de superar os constrangimentos sobre a ação do Estado e garantir o envolvimento do setor privado (Sánchez *et al.*, 2007, n.p.).

A dimensão política dos GPUs é central, pois esses projetos frequentemente se tornam peças estratégicas nos jogos de poder de governos municipais ou estaduais. A vinculação dos GPUs a determinados grupos políticos ou gestões específicas reforça sua instrumentalização como meio de afirmação e perpetuação de poder. Esses projetos, em muitas situações, são usados como ferramenta de visibilidade política e símbolo de eficiência administrativa, especialmente quando articulados com grandes parcerias público-privadas (Sánchez *et al.*, 2007).

Todos os projetos analisados são tratados como peças do jogo político dos municípios e/ou estados onde se implementam e quase sempre estão associados à imagem de uma gestão (ou de um grupo político) específica (Sánchez *et al.*, 2007, n.p.).

Adicionalmente, a dimensão institucional revela a transformação das relações entre o Estado e os atores privados, com a implementação de novos instrumentos urbanísticos e arranjos institucionais. O Estado, ainda que se mantenha como principal motor dos GPUs, busca maior articulação com setores privados para financiar e gerir esses projetos, alterando a forma de controle e decisão no planejamento urbano (Sánchez *et al.*, 2007). No entanto, essas novas formas de articulação limitam, em muitos casos, a participação popular e o controle social, criando um espaço de decisão altamente centralizado e tecnocrático.

A dimensão simbólica dos GPUs também desempenha um papel significativo. Ainda de acordo com Sánchez *et al.* (2007), esses projetos são frequentemente justificados por narrativas que associam a cidade a uma crise iminente, sugerindo que a implementação dos GPUs seria uma solução para inseri-la de maneira competitiva no cenário global. Essas justificativas são construídas com base em discursos que envolvem a modernização e a capacidade de inovação urbana, sempre mirando a visibilidade e a atratividade econômica internacional.

As dimensões institucional e simbólica possivelmente concentram os maiores sinais de ruptura com práticas anteriores. Contudo, apesar das novidades e mudanças na relação entre o poder público e os poderes privados, dos novos instrumentos urbanísticos e dos novos arranjos institucionais, ainda é o Estado o principal motor e fiador de todos os processos, evidentemente em articulação com os setores da sociedade que lhe dão suporte. [...] a regra é a centralização da decisão no executivo (estadual ou municipal) e a ausência de participação popular ou de controle social (Sánchez *et al.*, 2007, n.p.).

No campo arquitetônico-urbanístico, os GPUs são frequentemente marcados pela busca por inovações estéticas e urbanísticas. A construção de uma imagem de modernidade, como aponta Sánchez *et al.* (2007), é um dos pilares dessas intervenções, onde referências a grandes cidades internacionais e arquitetos de renome são constantes. A estética dos GPUs, embora sofisticada, muitas vezes desconsidera as dinâmicas e práticas urbanas locais, impondo soluções desconectadas do tecido urbano original.

A referência à globalização e a ênfase na cultura e no turismo seria a principal justificativa para esses equipamentos de arquitetura sofisticada, muitas vezes descontextualizada das práticas edilícias e urbanas locais (Sánchez *et al.*, 2007, n.p.).

A dimensão fundiária dos GPUs coloca em evidência os efeitos diretos desses projetos na distribuição e valorização do solo urbano. Sánchez *et al.* (2007) argumenta que intervenções como a “Operação Urbana Faria Lima”, em São Paulo, por exemplo, geraram um aumento significativo dos valores fundiários, mas sem mecanismos eficazes de captura de mais-valia que redistribuíssem esses ganhos para a cidade. O impacto sobre a gentrificação e a reorganização do território é claro, promovendo a expulsão de moradores de baixa renda e a valorização de áreas estratégicas para o mercado imobiliário (Sánchez *et al.*, 2007).

À luz da discussão de Sánchez *et al.* (2007), quando se trata da dimensão socioambiental, observa-se uma fragilidade na incorporação de preocupações ambientais e sociais nos GPUs brasileiros. Segundo os autores, apesar da legislação que exige estudos de impacto ambiental, sua aplicação tem sido majoritariamente simbólica, sem influenciar de fato o desenho dos projetos. Como resultado, há pouca consideração sobre os efeitos ambientais e sociais a longo prazo, com destaque para casos de gentrificação extrema, como o ocorrido no Pelourinho, em Salvador (Sánchez *et al.*, 2007).

Ao contrário do que expõem Altshuller e Luberoff (2003) sobre a experiência americana, é pequena a importância dada às consequências socioambientais dos GPUs implantados no Brasil. Apesar das exigências da legislação brasileira — bastante completa no que se refere a estudos de impacto ambiental e ações de mitigação —, a incorporação da dimensão socioambiental parece ser meramente retórica, com pouca importância para o desenho do projeto mesmo nos casos de maior abrangência e interferência no território (Sánchez *et al.*, 2007, n.p.).

Por fim, a dimensão econômico-financeira destaca que, no Brasil, os GPUs são amplamente financiados com recursos públicos. Mesmo em casos onde a participação privada é significativa o risco financeiro é majoritariamente assumido pelo poder público.

Ao distribuir os custos dos investimentos públicos por toda a população, os benefícios acabam sendo canalizados principalmente para os proprietários e promotores imobiliários, que são favorecidos de maneira desproporcional em relação ao poder público e à população local (Sánchez *et al.*, 2007). Essa dinâmica escancara uma assimetria evidente: enquanto a sociedade como um todo suporta os custos, os ganhos ficam concentrados nas mãos de grupos privados, especialmente os do setor imobiliário. Nesse contexto, surge um dilema central nos Grandes Projetos Urbanos (GPUs): a participação popular. Apesar de ser amplamente defendida como um meio de promover uma urbanização mais justa e inclusiva, a participação das comunidades locais muitas vezes é limitada ou simbólica, criando uma contradição entre o discurso democrático e as práticas excludentes desses projetos.

1.3 DIREITO À CIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação popular nos processos de urbanização está intimamente ligada ao conceito de “direito à cidade”, formulado inicialmente por Lefebvre (1968) e revisitado por Harvey (2008). Ambos os autores articulam uma crítica ao capitalismo urbano, mas partem de perspectivas diferentes sobre como o direito à cidade se manifesta e suas implicações para a participação popular.

Lefebvre (2008) define o direito à cidade como “um direito de transformar a nós mesmos ao transformar a cidade”, rompendo com as práticas de urbanização voltadas para a mercantilização do espaço. Ele argumenta que a luta pelo espaço urbano não é apenas uma luta por recursos materiais, mas também por um espaço de apropriação social e coletiva. O direito à cidade, nesse contexto, envolve a capacidade de reconfigurar o espaço urbano de acordo com as necessidades das populações marginalizadas e não apenas as demandas do capital (Lefebvre, 2008).

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar.

O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008, p.134).

Segundo Lefebvre (2008), a construção de uma sociedade urbana requer uma organização voltada para atender as demandas sociais, o que implica na necessidade de uma ciência específica para a cidade (que abarque as interações e relações da vida urbana), além de uma força política e social que seja capaz de implementar esses meios. Embora a produção industrial seja o motor da transformação revolucionária da sociedade, o núcleo urbano de decisões não pode mais ser visto isoladamente dos meios de produção, de sua posse e gestão, no contexto do neocapitalismo (ou capitalismo monopolista aliado ao Estado). Assim, a transformação social só será profundamente alcançada com a classe trabalhadora assumindo a responsabilidade pela organização. A revolução urbana possui um caráter revolucionário abrangente, uma vez que estabelece uma estratégia contrária àquela defendida pela classe dominante (Lefebvre, 2008).

Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na sociedade urbana. Só ele pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o urbanismo do *homem urbano* para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material (Lefebvre, 2008, p.140).

Além do significado associado à produção de bens (com base no domínio científico e técnico sobre a natureza material), deve-se dar destaque e prioridade ao sentido da obra, da apropriação (do tempo, do espaço, do corpo e do desejo) pela e na sociedade urbana. O sentido da obra, de acordo com Lefebvre (1973), pode ser recuperado por meio da filosofia e da arte. Nesse contexto, além da revolução econômica (com planejamento focado nas necessidades sociais) e da revolução política (com controle democrático do Estado e a autogestão amplamente difundida), torna-se fundamental uma revolução cultural contínua. Dessa forma, o autor apresenta uma utopia que traça no horizonte um “possível-impossível”, um projeto abrangente que propõe novas práticas urbanas dentro de uma nova sociedade urbana:

um projeto global e concreto de uma sociedade nova, qualitativamente diferente. Este projeto transborda largamente quer as reivindicações relativas ao trabalho, as reivindicações que nascem no seio do espaço sobre os locais

de trabalho (unidades de produção) – quer o simples melhoramento da qualidade do vivido. Um tal projeto só pode ser elaborado apelando para todos os recursos do conhecimento e da imaginação. Essencialmente reversível, tem muitas possibilidades de fracassar, pois não dispõe tacticamente de nenhuma eficácia social e de nenhuma força política. Os valores novos não se impõem. Propõe-se (Lefebvre, 1973, p.104).

Harvey (2014), no entanto, busca ir além. O autor argumenta que o renascimento da noção de direito à cidade na última década não se deve ao legado intelectual de Lefebvre, mas sim ao impacto e à relevância dos movimentos sociais urbanos, que têm se organizado em torno das disputas sobre a configuração da vida urbana cotidiana. Segundo Harvey (2014), o conceito de direito à cidade nos dias de hoje

[...] emerge essencialmente das ruas e dos bairros, como um clamor por socorro e proteção por parte de pessoas oprimidas em tempos de crise (Harvey, 2014, p. 15).

Harvey ressalta a relevância e atualidade do legado de Lefebvre, enfatizando a tarefa política de conceber e construir um novo tipo de cidade, partindo da realidade capitalista global e urbanizadora. Ele também sublinha a urgência de desenvolver um movimento anticapitalista forte, com o propósito central de transformar a vida urbana cotidiana:

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido (Harvey, 2014, p.21).

Para esclarecer sua definição de direito à cidade, Harvey (2014) aponta que o tipo de cidade que desejamos está intrinsecamente ligado ao tipo de pessoas que almejamos ser, às relações sociais que buscamos, à maneira como nos relacionamos com a natureza, ao estilo de vida que queremos adotar e aos valores estéticos que prezamos. Para o autor, o direito à cidade representa “muito mais do que o direito individual ou coletivo de acesso aos recursos que a cidade oferece: é o direito de transformar e reinventar a cidade de acordo com nossos desejos mais profundos” (Harvey, 2014, p.28). Ele ressalta que esse direito está condicionado ao exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de

urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (Harvey, 2014, p.30).

Ainda de acordo com Harvey (2014), o direito à cidade pode se transformar em um lema central para impulsionar a luta anticapitalista. No entanto, ele ressalta que “tudo depende de quem atribuirá ao termo um significado revolucionário imanente, em contraste com um sentido reformista” (Harvey, 2014, p. 244). Nessa perspectiva, o autor afirma que “todos aqueles envolvidos na produção e reprodução da cidade têm um direito coletivo não apenas sobre o que produzem, mas também sobre as decisões a respeito de que tipo de urbanismo deve ser construído, onde e de que maneira” (Harvey, 2014, p. 245).

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana [...]. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inúmerável. [...] Por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por esse direito. [...] É por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (Harvey, 2014, p. 247).

À luz da teoria de Lefebvre (1968) e Harvey (2008), entende-se que a participação popular é uma ferramenta essencial para a transformação da cidade, rompendo com a lógica de mercantilização que predomina nas sociedades capitalistas. No entanto, para entender os níveis de participação que podem ocorrer em processos urbanos, a teoria da Escada da Participação de Arnstein (1969) oferece uma importante ferramenta de análise.

Arnstein (1969) propõe uma classificação em oito degraus, que variam desde a não-participação até o controle total da comunidade sobre os processos decisórios. Ela argumenta que, em muitos casos, o que se apresenta como participação é, na verdade, uma forma de manipulação ou terapia, onde as populações são envolvidas apenas de forma simbólica, sem poder real de decisão.

A participação cidadã é um termo bonito para aquilo que se refere a redistribuição do poder que permite que os cidadãos, excluídos dos processos políticos e econômicos, possam ser deliberadamente incluídos nos futuros benefícios da sociedade (Arnstein, 1969, p. 216).

Arnstein (1969) divide os níveis de participação em três grandes categorias: Não-participação (onde estão os dois primeiros degraus da escada); Tokenismo (que contém os três degraus intermediários); Poder Cidadão (onde situam-se os três mais altos da escada).

No degrau mais baixo da escada, a Manipulação ocorre quando os processos participativos são usados para fins de relações públicas, com o objetivo de “educar” os cidadãos, sem lhes conferir qualquer poder decisório. Esse nível representa uma distorção do conceito de participação, pois a presença das comunidades em comitês ou consultas é apenas simbólica, e não há uma verdadeira escuta ou incorporação das demandas locais (Arnstein, 1969).

Nas reuniões dos Comitês Consultivos Populares, eram os técnicos do setor público que educavam, persuadiam e aconselhavam os cidadãos, e não o contrário. As normas do programa de renovação urbana legitimaram o comportamento manipulador ao enfatizarem os conceitos de “coleta de informação”, “relações públicas” e “apoio” como sendo as funções explícitas dos comitês (Arnstein, 1969, n.p.).

O segundo degrau da escada, também se insere na categoria de não-participação. Segundo Arnstein (1969), aqui, a ideia é “curar” os cidadãos de suas “patologias sociais” através de programas que buscam ajustar suas atitudes e comportamentos, em vez de promover mudanças estruturais. Assim como na manipulação, não há intenção de conceder poder real às comunidades envolvidas (Arnstein, 1969).

Exemplos menos dramáticos, mas mais comuns, de terapia disfarçada de participação cidadã podem ser vistos em conjuntos de habitação popular, nos quais grupos de moradores são instrumentalizados para a realização de campanhas de controle da violência ou de limpeza do bairro. Os moradores são reunidos para que seja possível ajudá-los a “ajustar seus valores e atitudes aos da sociedade”. Seguindo estas regras básicas, os moradores acabam não se ocupando de temas mais importantes, tais como: a remoção ilegal de invasões; a segregação social no conjunto habitacional; ou as razões pelas quais durante o inverno o conserto de uma janela quebrada demora três meses (Arnstein, 1969, n.p.).

O degrau da Informação marca o início do Tokenismo. Embora a informação seja um componente essencial de qualquer processo participativo, Arnstein (1969) critica a comunicação unidirecional, em que as autoridades informam os cidadãos sobre decisões já tomadas, sem abrir espaço para o diálogo ou a influência popular. Nesse nível, os cidadãos são informados, mas não têm o poder de modificar os resultados.

Reuniões também podem ser transformadas em veículo de comunicação de mão única simplesmente pelo fato de se divulgar apenas informações superficiais, desencorajando perguntas ou dando respostas evasivas (Arnstein, 1969, n.p.).

A Consulta envolve a solicitação de opiniões dos cidadãos, mas, como Arnstein (1969) adverte, isso muitas vezes se limita a um ritual de fachada. As ideias e preocupações levantadas pelas comunidades raramente são incorporadas nas decisões finais. Assim, a consulta oferece aos cidadãos a sensação de terem sido ouvidos, sem garantir que suas contribuições influenciem os resultados.

Quando os tomadores de decisão restringem as contribuições dos cidadãos apenas a este nível, a participação permanece apenas um ritual de fachada. As pessoas são vistas basicamente como abstrações estatísticas e a participação é medida pelo número de pessoas presentes nas reuniões, quantos folhetos foram distribuídos ou quantas pessoas foram entrevistadas. O que os cidadãos conseguem em todas estas atividades é que elas “participaram da participação”. E o que os tomadores de decisão conseguem é a evidência de que eles cumpriram as normas de envolver “aquelas pessoas” (Arnstein, 1969, n.p.).

No degrau da Pacificação, há um avanço em relação à consulta, pois os cidadãos são convidados a aconselhar os tomadores de decisão. No entanto, o poder final ainda está nas mãos das autoridades. Esse nível concede uma participação limitada, permitindo que algumas vezes da comunidade influenciem os debates, mas sem um controle significativo sobre os resultados (Arnstein, 1969).

Um exemplo de uma estratégia de pacificação consiste em colocar algumas poucas pessoas pobres “confiáveis” no conselho da Agência Municipal de Ação Comunitária, ou em colegiados semelhantes, como o Conselho de Educação, o Conselho de Segurança ou o Conselho de Habitação. Se essas pessoas escolhidas a dedo não tiverem sido legitimadas pela comunidade, e se a tradicional elite de poder mantiver a maioria dos assentos, os sem-nada podem facilmente perder as votações e serem sobrepujados. Outro exemplo são os comitês de planejamento e consulta do Programa Cidades-Modelo. Estes comitês permitem aos cidadãos aconselhar e planejar indefinidamente, mas mantêm nas mãos dos tomadores de decisão o direito de decidir sobre a legitimidade e a viabilidade das sugestões apresentadas pelos cidadãos. O grau de pacificação dos cidadãos depende, é claro, basicamente de dois fatores: a qualidade da assessoria técnica independente que eles recebem para definir suas prioridades, e o grau de organização da comunidade (Arnstein, 1969, n.p.).

O Poder Cidadão inicia-se no degrau da Parceria, onde há um compartilhamento de poder entre as autoridades e os cidadãos. Neste nível, ambos colaboram para tomar decisões. Conforme Arnstein (1969), os cidadãos participam ativamente de comitês de políticas

públicas, com poder real para influenciar o planejamento e a execução dos programas. Esse nível representa uma forma mais autêntica de participação, onde o poder é distribuído de forma mais equitativa (Arnstein, 1969).

A parceria funciona melhor se existir uma efetiva organização popular na comunidade que mantém as lideranças responsáveis em prestar contas de seus atos; quando a organização comunitária dispõe dos recursos financeiros necessários para pagar às lideranças algum tipo de compensação pelo seu trabalho; e quando a organização tem os recursos para contratar (e demitir) seus próprios técnicos, advogados e agentes de desenvolvimento. Com estes ingredientes, os cidadãos têm uma capacidade real de influenciar os resultados do plano (pelo menos, enquanto ambas as partes acharem que vale a pena manter a parceria) (Arnstein, 1969, n.p.).

No degrau do Poder Delegado, os cidadãos obtêm maior controle sobre as decisões, com autoridade para conduzir determinados aspectos de um programa ou projeto. Aqui, a autora pontua que a participação vai além da colaboração, pois as comunidades têm um poder significativo para moldar os resultados, embora ainda dentro de limites pré-estabelecidos pelas autoridades (Arnstein, 1969).

Exemplos são conselhos deliberativos do Programa Cidades-Modelo, que delegaram poder decisório a instâncias nas quais os cidadãos têm maioria dos votos e atribuições claramente definidas. Neste nível da escada, estamos em um ponto no qual os cidadãos têm em mãos as principais cartas do jogo para garantir que o programa atenda aos interesses da comunidade. Divergências com os grupos poderosos podem ser resolvidas de forma negociada, sem a necessidade de se organizar pressão (Arnstein, 1969, n.p.).

Arnstein (1969) atribui como degrau mais alto da escada o Controle Cidadão, onde a comunidade tem o controle total sobre os processos decisórios. Nesse nível, os cidadãos podem planejar, implementar e gerenciar projetos diretamente, sem interferência das autoridades governamentais ou do setor privado.

Crescem as demandas pelo controle das escolas pela comunidade, o maior controle pelas comunidades negras e o controle popular sobre os bairros. Mesmo que ninguém no país tenha controle absoluto, é muito importante não confundir a retórica com as intenções. A população está simplesmente querendo um certo grau de poder (ou controle) que garanta que os moradores possam gerir um programa público ou uma organização, assumindo a responsabilidade pela definição das ações e os aspectos gerenciais, sendo capaz de negociar as condições sob as quais “externos” poderão introduzir mudanças. O modelo mais definido é o de uma corporação comunitária que tenha acesso direto à fonte de financiamento sem precisar de intermediários. Um pequeno número destas corporações já está produzindo bens ou serviços públicos. Diversas outras estão em fase inicial, e novos modelos de controle

irão certamente surgir na medida em que os sem-nada pressionarem por um maior grau de autonomia em suas vidas (Arnstein, 1969, n.p.).

Assim como Arnstein (1969) apresenta os desafios da participação cidadã em diferentes níveis, onde muitas vezes os processos participativos são meramente simbólicos, Raquel Rolnik (2015) oferece uma perspectiva crítica sobre os limites impostos à participação popular nos grandes projetos urbanos no contexto da financeirização da cidade. Em sua obra *Guerra dos Lugares* (2015), a autora oferece uma análise crítica sobre a financeirização da terra e da moradia e seu impacto sobre o direito à cidade e a participação popular.

Rolnik (2015) argumenta que, com a crescente financeirização, o espaço urbano e a moradia deixam de ser vistos como bens sociais e passam a ser tratados como mercadorias e ativos financeiros. Esse processo gera exclusão social, despossessão e aumento da insegurança habitacional, comprometendo o direito à cidade de diversas populações, especialmente as mais vulneráveis. Ainda conforme Rolnik (2015), o direito à cidade, entendido como a possibilidade de usufruir e transformar o espaço urbano, foi progressivamente corroído pela lógica neoliberal que coloca o mercado como principal regulador da distribuição da terra e da moradia.

A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público. As políticas habitacionais e urbanas deixaram de ser um meio de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação individual de riqueza (Rolnik, 2015, p. 06).

A discussão de Rolnik (2015) sobre a participação popular nesse contexto, busca evidenciar que, frequentemente, a participação é reduzida a uma formalidade, sem poder efetivo de decisão sobre os rumos dos grandes projetos urbanos e das políticas habitacionais. A financeirização da cidade e da moradia implica uma crescente concentração de poder nas mãos de agentes do mercado financeiro, enquanto as formas tradicionais de posse e uso do solo são desestabilizadas (Rolnik, 2015). Isso enfraquece as estruturas de resistência popular e torna mais difícil a organização comunitária em defesa de seus direitos.

Outros teóricos como, por exemplo, Boaventura de Sousa Santos, oferecem uma crítica mais profunda aos limites da democracia representativa e à participação simbólica promovida por governos liberais. A democracia participativa emancipatória, conforme Santos (2012), se contrapõe à democracia liberal ao propor uma forma de participação mais direta e inclusiva, que visa transformar a sociedade a partir da base. Ele destaca que essa democracia é fruto das lutas das classes populares e dos grupos oprimidos, que se apropriaram do ideal democrático e expandiram suas práticas para além das estruturas formais.

O que é novo hoje é o facto de as classes populares se terem apropriado do ideal democrático, entrando no jogo democrático, apesar das condições adversas e das muitas frustrações, dando ao conceito e prática da democracia entendimentos novos e mais ricos (democracia participativa), expandindo-os para campos sociais antes vedados ao jogo democrático (família, escola, comunidade, relações entre sexos e entre grupos étnicos, etc.) e conquistando através das lutas democráticas alguns direitos importantes (Santos, 2012, p. 85).

Santos (2018) critica o que ele chama de “sociologia das ausências”, apontando ser esta uma metodologia proposta para identificar aquilo que é produzido como inexistente ou irrelevante pelo conhecimento hegemônico. Tal metodologia visa denunciar as exclusões abissais, ou seja, as práticas e os saberes que são invisibilizados pela lógica dominante, especialmente aqueles que emergem nas lutas dos grupos subalternos contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Nas palavras de Santos (2018), “a linha abissal produz exclusões abissais. Assim, do outro lado da linha abissal não é possível a democracia porque todas as práticas e vivências democráticas são invisíveis ou consideradas irrelevantes, numa maciça produção de ausências” (Santos, 2018, p. 22). A sociologia das ausências, então, busca trazer à tona essas práticas, oferecendo novas possibilidades de imaginação e prática democrática.

Ao articular a sociologia das ausências com a democracia participativa, Santos (2018) propõe que a renovação democrática deve partir da visibilização das lutas e dos conhecimentos que emergem das resistências sociais, apontando para uma “democracia sem fim”, onde a participação popular não é apenas simbólica, mas transformadora.

A participação popular, como alertam autores como Santos (2002) e Jacobs (1961), deve ir além do simbolismo e da consulta formal para se tornar um instrumento efetivo de redistribuição de poder. Santos (2002) critica a participação meramente consultiva, associada ao tokenismo, que não altera as estruturas de exclusão, mas apenas as legitima. Para ele, a

verdadeira participação é aquela que desafia o controle simbólico do Estado liberal e abre caminho para uma democratização real das decisões urbanas, possibilitando que os mais vulneráveis influenciem diretamente as políticas que afetam suas vidas (Santos, 2002).

De forma complementar, Jane Jacobs (1961) enfatiza que a vitalidade das cidades está no poder de seus moradores de moldarem seus bairros a partir da vida cotidiana. Ela sugere que, ao invés de grandes intervenções planejadas de cima para baixo, é a “coreografia espontânea” das ruas que assegura a verdadeira participação cidadã, promovendo interação social e uma cidade mais inclusiva e segura. Nesse sentido, a participação popular se revela essencial não apenas como um direito, mas como um processo emancipatório que redefine as relações de poder e fortalece a construção coletiva dos espaços urbanos.

CAPÍTULO II. AS MARÉS DA PESQUISA: DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DE CASO

Este capítulo da pesquisa apresenta a metodologia do estudo de caso, fundamentada em uma abordagem qualitativa para tentar compreender as dinâmicas sociais, culturais e territoriais envolvidas na requalificação urbana dos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina, no contexto do Projeto Nova Orla Salvador. O capítulo explora como as transformações urbanas afetam as comunidades locais e investiga o papel da participação popular no processo. Este trabalho é estruturado em três eixos metodológicos principais: a análise de documentos, que examina diretrizes oficiais e relatórios institucionais; a cartografia sociopolítica, que mapeia as relações de poder e os conflitos territoriais; e as entrevistas semiestruturadas, realizadas com líderes comunitários e representantes de bairros, para captar percepções e experiências diretas sobre o projeto. Esses métodos são articulados de forma a permitir a tríade dos dados, garantindo a robustez e a credibilidade da análise. Por meio dessa abordagem multifacetada, o capítulo busca revelar as complexidades das relações de poder e as contradições entre as políticas públicas registradas e os impactos vivenciados pelas comunidades.

A construção deste trabalho começou a partir de uma inquietação pessoal, nascida da minha vivência como morador da região do Nordeste de Amaralina, bairro adjacente do eixo Amaralina–Pituba requalificado pelo Projeto Nova Orla Salvador. Mesmo com o isolamento social recomendado durante a pandemia de COVID-19, consegui acompanhar, ainda que à distância, a implementação das obras. Paradoxalmente, enquanto passava grande parte do tempo em casa, conforme orientações das autoridades de saúde, fui sendo cada vez mais envolvido pelas reflexões sobre as transformações urbanas e o papel da participação popular nessas intervenções. Se formava em mim, portanto, a pergunta: por quem, de fato, essa mudança estava sendo conduzida?

Vivenciar a requalificação da região em que nasci e fui criado não só me proporcionou um ponto de vista privilegiado, como também gerou questionamentos epistemológicos. A necessidade de equilibrar minha condição de morador e pesquisador exigiu um esforço

consciente de reposicionar o meu olhar. Movimento que me possibilitou ajustar a perspectiva cotidiana para uma abordagem mais crítica e investigativa da minha realidade. Essa dupla inserção, como pesquisador e habitante, reforça a escolha do estudo de caso como a metodologia central deste trabalho.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que se caracteriza pela busca de uma compreensão profunda e detalhada dos fenômenos estudados. A escolha por uma metodologia qualitativa reflete o interesse em captar as percepções, experiências e significados atribuídos pelos diferentes atores sociais envolvidos no Projeto Nova Orla Salvador, sobretudo no que se refere à participação popular no processo de requalificação urbana dos bairros de Amaralina e Pituba.

A pesquisa qualitativa permite uma exploração mais sensível e contextualizada dos aspectos sociais e culturais que permeiam a intervenção urbana. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem como foco a obtenção de dados descritivos, a partir do contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de estudo, buscando captar a perspectiva dos participantes e interpretar os fenômenos em seu contexto.

Ao adotar essa metodologia, a pesquisa qualitativa oferece uma flexibilidade essencial para investigar fenômenos sociais complexos, como a participação popular em grandes projetos urbanos. Como caminho metodológico, optou-se pelo estudo de caso. Esta é uma estratégia de pesquisa amplamente utilizada em ciências sociais, sendo especialmente relevante quando o objetivo é examinar fenômenos contemporâneos em profundidade e dentro de seus contextos de vida real. Segundo Yin (2015), esta técnica de investigação empírica visa explorar e compreender fenômenos complexos, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas. Isso torna o método ideal para investigar situações nas quais o contexto social e as dinâmicas locais desempenham um papel crucial, como é o caso da participação popular em projetos urbanos.

O autor reforça que o estudo de caso é especialmente eficaz quando a intenção é preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, como é o caso das intervenções urbanas. Esse enfoque permite captar a complexidade das transformações urbanas (Yin, 2015), e como elas afetam o cotidiano dos moradores, oferecendo uma visão abrangente das consequências sociais das obras de requalificação.

Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (Yin, 2015, p. 21).

O percurso escolhido para esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar as complexas dinâmicas entre a participação popular e os Grandes Projetos Urbanos (GPUs), em um contexto onde fenômeno e ambiente (participação popular e requalificação urbana) estão profundamente interligados. A investigação segue um estudo de caso estruturado a partir de diversas fontes de dados, conforme sugere Yin (2015), uma prática fundamental para aumentar a validade e a confiabilidade da pesquisa. Essa abordagem permite que diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno sejam comparadas e integradas, fortalecendo as conclusões e oferecendo uma visão mais abrangente da realidade estudada.

Com a triangulação, você também pode se dedicar ao problema em potencial da *validade do constructo*, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno. Não surpreendentemente, uma análise dos métodos utilizados pelo estudo de caso descobriu que aqueles estudos de caso que utilizam várias fontes de evidências foram mais bem-avaliados, em termos de sua qualidade total, do que aqueles que contaram apenas com uma única fonte de informações (Yin, 2015, p. 121).

Conforme destaca Yin (2015), essa abordagem vai além do simples uso de diferentes tipos de dados; ela busca a convergência dessas informações, o que ajuda a minimizar vieses e aumenta a robustez das análises.

A triangulação pode incluir fontes como entrevistas, documentos e observação direta, e sua principal função é verificar a consistência das informações obtidas (Yin, 2015, p. 120).

Essa convergência de dados ajuda a construir uma visão mais completa e detalhada do fenômeno estudado. No contexto da pesquisa, que analisa a participação popular no Projeto Nova Orla Salvador, a construção de dados se dá a partir da integração de três eixos metodológicos: análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e cartografia sociopolítica. Cada uma dessas abordagens oferece uma perspectiva distinta, mas complementar, das dinâmicas sociais e territoriais envolvidas, permitindo uma compreensão mais profunda e fundamentada das estratégias de participação popular mobilizadas. Em síntese, a triangulação permite que o estudo de caso capture a complexidade do fenômeno,

mitigando as limitações de cada tipo de dado individualmente e aumentando a credibilidade e a precisão das conclusões (Yin, 2015).

Para operacionalizar os procedimentos metodológicos, foram adotados métodos que permitiram não só a objetivação da pesquisa, mas também a construção de relações com os interlocutores do campo, como líderes comunitários e representantes de bairros diretamente envolvidos nas discussões sobre o Projeto Nova Orla Salvador. Esse processo analítico foi pautado pela necessidade de colocar a cidade em perspectiva, considerando as trajetórias coletivas e a representatividade desses interlocutores, o que incidiu diretamente na descrição dos impactos sociais e das dinâmicas de participação popular durante a execução do projeto.

No que se refere à descrição dos processos de requalificação urbana e das interações entre os agentes envolvidos, a pesquisa não visa uma abordagem exaustiva de todos os aspectos do projeto, mas busca destacar as dinâmicas mais relevantes entre os representantes de bairros e os órgãos responsáveis pela execução, compreendendo como as estratégias de participação popular influenciaram (ou não) as decisões tomadas no desenvolvimento do Projeto Nova Orla Salvador.

O primeiro eixo metodológico desta pesquisa é a análise de documentos, que visa compreender como a participação popular foi registrada oficialmente e como as políticas públicas voltadas à requalificação urbana foram implementadas no Projeto Nova Orla Salvador. Para isso, serão examinados documentos estratégicos como diretrizes do PRODETUR, planejamentos elaborados pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), relatórios produzidos pela prefeitura de Salvador e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Esses materiais contêm informações sobre as metas, os objetivos e as estratégias de execução do projeto, bem como as formas de envolvimento da população local. Dentre os principais documentos que serão analisados, estão:

- a. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001);
- b. Salvador: Construindo Um Novo Futuro – 2013-2016;
- c. Salvador: Uma Nova Cidade Para Um Novo Tempo – 2017-2020.

A análise dos documentos permitirá examinar como a participação popular é representada e registrada oficialmente, identificando de que maneira os instrumentos previstos, como os estabelecidos no Estatuto da Cidade, são mencionados e utilizados no

Projeto Nova Orla Salvador. O objetivo é compreender como as diretrizes relacionadas à participação popular foram articuladas nesses documentos e se refletem, de fato, nas ações implementadas.

À luz da discussão realizada por Yin (2015), a análise de documentos é uma ferramenta imprescindível em estudos de caso, pois permite corroborar e complementar dados oriundos de outras fontes, como entrevistas e observações. Essa convergência de informações aumenta a robustez das conclusões e fortalece a validade do estudo.

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de se verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Em segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental contradizer algum dado prévio, ao invés de corroborá-lo, o pesquisador do estudo de caso possui razões claras e específicas para pesquisar o tópico de estudo com mais profundidade. Terceiro, é possível se fazer inferências a partir de documentos. Por exemplo, ao observar a lista de distribuição de um documento específico, você pode encontrar novas questões sobre comunicações e redes de contato dentro de uma organização. [...] Devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel óbvio em qualquer coleta de dados, ao realizar estudos de caso. Buscas sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para a coleta (Yin, 2015, p. 109).

Além disso, conforme argumenta Rolnik (2011), documentos oficiais muitas vezes ocultam as motivações econômicas subjacentes aos grandes projetos urbanos. Por essa razão, a análise crítica desses documentos se faz essencial para revelar as intenções por trás das decisões de requalificação e seus impactos sobre as populações locais, especialmente no que tange à exclusão social e ao favorecimento de determinados grupos econômicos.

Dado o papel central que os documentos desempenham na formalização e registro das políticas públicas, é fundamental adotar um modelo de análise específico para essa fonte de dados. O quadro de análise a seguir foi desenvolvido para captar as principais dimensões da participação popular conforme registradas nos documentos oficiais relacionados ao Projeto Nova Orla Salvador.

Esses documentos, como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e os planejamentos elaborados pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), além dos planos diretores da prefeitura da cidade, são fontes indispensáveis para compreender como a participação popular é articulada e implementada oficialmente. No entanto, a análise crítica dessas fontes também

permite identificar omissões, contradições e possíveis desvios entre as diretrizes propostas e as práticas observadas.

Com base nisso, o quadro a seguir categoriza os principais aspectos encontrados na análise documental, divididos em três eixos principais: “Propositiva”, “Parcialmente Propositiva”, “Inconsistência”. Cada um desses eixos será explicado em detalhes, proporcionando uma visão crítica das diretrizes oficiais de participação popular.

Quadro 1: Modelo Analítico

Documentos	Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Índices	Categorias	Indicadores
Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) Salvador: construindo um novo futuro – 2013-2016 Salvador: uma nova oportunidade para um novo tempo – 2017-2020	As diretrizes de participação popular nos documentos oficiais estudados	Notícias veiculadas sobre o Estatuto e sobre as obras do Projeto Nova Orla Salvador, no eixo Amaralina-Pituba	Correlação entre objetivos e diretrizes de participação popular do Estatuto da Cidade nos planos estratégicos oficiais da Prefeitura de Salvador	Propositiva	Referência direta da participação popular nos planos estratégicos oficiais da Prefeitura
				Parcialmente propositivas	Referência indireta da participação popular nos planos estratégicos oficiais da Prefeitura
				Inconsistência	Ausência da participação popular nos planos estratégicos oficiais da Prefeitura

(Fonte: elaboração do autor)

O quadro de análise foi elaborado para estruturar a investigação sobre como a participação popular é tratada nos documentos oficiais relacionados ao Projeto Nova Orla Salvador. Cada documento foi avaliado com base em critérios específicos, conforme detalhado nas colunas.

- Documento: Indica a fonte oficial a ser analisada, como o Estatuto da Cidade ou planos estratégicos da Prefeitura de Salvador;
- Unidades de Registro: Refere-se ao objeto de análise, sendo, respectivamente, as diretrizes de participação popular;
- Unidades de Contexto: Esta coluna abrange as informações contextuais que permitem aprofundar o conhecimento sobre o objeto, como notícias vinculadas aos efeitos do Projeto Nova Orla Salvador, no recorte específico da região Amaralina-Pituba;
- Índices: Faz parte da relação que se estabelece a partir da análise, ou seja, a condensação do objeto de análise;
- Categorias: As categorias de análise são divididas em “Propositiva”, “Parcialmente Propositiva” e “Inconsistência”, indicando o grau de efetividade ou a ausência de participação popular, conforme documentado;
- Indicadores: Cada categoria é acompanhada por indicadores que ajudam a avaliar a presença ou ausência da participação popular, como “referência direta”, “referência indireta” ou “ausência de participação popular”.

Ademais, em complemento, na tentativa de compreender a relevância das obras de requalificação no trecho Amaralina-Pituba, entende-se como necessária uma análise aprofundada das transformações urbanas, culturais e sociais que moldaram a identidade desses bairros ao longo do tempo. Esse esforço de contextualização busca não apenas registrar a evolução espacial e econômica das áreas, mas também revelar os processos de degradação física e esvaziamento cultural que marcaram a trajetória dessas regiões.

Neste sentido, foram utilizados principalmente materiais jornalísticos disponíveis no acervo da Biblioteca Central da Cidade, que permitiram explorar a história e as narrativas sobre os bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. Esses documentos evidenciam não apenas o “pulsar urbano” dessas localidades, mas também os impactos do

abandono de políticas públicas, da especulação imobiliária e das narrativas midiáticas que frequentemente ocultam ou minimizam vulnerabilidades locais.

Além disso, foram consultadas fontes acadêmicas e documentos técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), relacionados ao eixo Amaralina–Pituba e às intervenções urbanas realizadas, enriquecendo a compreensão do contexto histórico e urbanístico. A análise dessas fontes fundamenta-se em uma leitura crítica, orientada por teóricos que discutem o papel da mídia na construção de narrativas sociais. Walter Benjamin, em seu ensaio *O autor como produtor* (1934), ressalta o impacto da imprensa na formação de memórias coletivas e na construção de estruturas sociais. Ele aponta que, embora democratize informações, o jornalismo frequentemente sacrifica a profundidade em favor da amplitude de alcance (Benjamin, 2008, p. 359). Complementarmente, o modelo de propaganda descrito por Herman e Chomsky (1988) sugere que a imprensa de massa opera sob filtros que priorizam interesses econômicos e políticos, moldando narrativas públicas de acordo com as agendas de grandes anunciantes e conglomerados midiáticos.

Essa interseção entre imprensa e urbanização reflete-se na forma como os bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina são retratados. As narrativas frequentemente oscilam entre a exaltação de seu potencial econômico e a marginalização de suas demandas sociais, alinhando-se aos interesses que promovem intervenções urbanísticas. Assim, a análise da cobertura jornalística permitirá revelar não apenas as representações dominantes, mas também como esses processos de esvaziamento cultural e degradação física foram sendo naturalizados ao longo do tempo, em detrimento das histórias locais e das demandas por infraestrutura e inclusão social.

O segundo eixo metodológico adotado nesta pesquisa é a cartografia sociopolítica, que se revela como uma ferramenta indispensável para o mapeamento das dinâmicas territoriais, das relações de poder e das transformações infra estruturais nos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. Essa abordagem, de acordo com Acselrad (2013), não se limita à representação espacial dos territórios, mas foca, sobretudo, nas interações sociais, disputas simbólicas e nos conflitos que atravessam os diferentes grupos sociais. A cartografia sociopolítica permite trazer à tona os agentes, e as vozes frequentemente marginalizadas nas discussões sobre requalificação urbana, compreendendo o impacto direto dessas intervenções sobre as comunidades locais (Acselrad, 2013).

As cartografias sociais possuem sempre múltiplos sentidos e propósitos, mas, de alguma forma, cada experiência dará ênfase a alguns sentidos ou propósitos dentre os demais, muito em função de seu caráter situacional e por estar sempre atrelada ao contexto social, político e econômico específico no qual está inserida, o que influenciará a natureza da experiência que será produzida (Acselrad, 2013, p. 32-33).

No contexto do Projeto Nova Orla Salvador, a cartografia social será utilizada na tentativa de identificar se as transformações territoriais afetam diferentes grupos de maneira desigual, intensificando conflitos entre aqueles que se beneficiam das mudanças e aqueles que são marginalizados por elas. O método, portanto, permite visualizar como os interesses do poder público, empresas e agências financiadoras entram em conflito com as demandas das comunidades locais, que frequentemente estão alijados da participação nas tomadas de decisões que afetam diretamente seus territórios. Acselrad (2013) argumenta que, ao realizar suas próprias cartografias, “os grupos ganham um nível de exposição muito grande e os conflitos se intensificam, pois o mapa serve tanto para representar conflitos quanto ele próprio participa da construção de novos conflitos” (Acselrad, 2013, p. 38).

Essa metodologia possibilitará que a pesquisa não apenas identifique os centros de poder e as relações de dominação que atravessam o processo de requalificação urbana, mas também que problematize essas relações, expondo como determinadas decisões são tomadas para favorecer grupos específicos. Acselrad (2013) define o mapa social como um “mapa problema”, cuja função principal é “problematizar as relações de dominação presentes em cada situação social” (Acselrad, 2013, p. 38). No caso do Projeto Nova Orla, essa cartografia será essencial para compreender as disputas que emergem em torno da valorização do território e da reordenação dos espaços públicos.

Além disso, Acselrad (2013) aponta que as cartografias sociais têm o potencial de promover reordenamentos sociais, políticos e culturais, desde que os grupos envolvidos tenham ampla participação no processo de produção e uso dessas cartografias.

Feito isso, as cartografias sociais podem efetivamente promover reordenamentos sociais, políticos, econômicos e culturais mediante o estabelecimento de novas formas de se pensar, criar, definir, representar e ordenar o território e todos os elementos a ele atrelados (Acselrad, 2013, p. 39).

Essa perspectiva será central para esta pesquisa, na medida em que busca analisar como as comunidades locais têm ou não autonomia para participar das decisões que reconfiguram seus espaços de vida.

Em estudos clássicos, como o de Gluckman (1958) na Zululândia, a cartografia foi utilizada como ferramenta para revelar interações de poder e hierarquias sociais em contextos específicos. A partir do estudo realizado, é possível obter um maior entendimento sobre as “situações sociais” observadas em campo – como as interações entre diferentes grupos sociais, por exemplo, permitem abstrair a estrutura e as relações de poder presentes no território (Gluckman, 1958).

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas interações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc, daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações (Gluckman, 1958, p. 228).

No caso do Projeto Nova Orla Salvador, essa abordagem permite observar como as interações entre os líderes comunitários, representantes dos bairros e os órgãos públicos se dão em situações concretas, destacando os conflitos e acordos que emergem na prática, bem como a influência da participação popular no desenvolvimento do projeto. Assim, a metodologia deste trabalho também se beneficiará da análise das “situações sociais” para entender como os atores sociais reagem, negociam e influenciam os processos decisórios em um cenário de transformação urbana.

Para operacionalizar essa análise, foi elaborado um quadro que organiza as principais dimensões a serem observadas na cartografia sociopolítica, com foco nas transformações territoriais, nas interações sociais e nos impactos das intervenções urbanas. Esse quadro orienta a análise a partir de cinco dimensões principais:

Quadro 2: Modelo Analítico

Documentos	Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Índices	Categorias	Indicadores
Relatórios oficiais da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) sobre as oficinas de participação popular	Organizações sociais identificadas nos relatórios oficiais disponíveis	Movimentos sociais e demais instituições mobilizadas ao longo das oficinas do Projeto Nova Orla Salvador, no eixo Amaralina-Pituba	A aproximação das organizações sociais com as diretrizes do Projeto Nova Orla Salvador, conforme registrado nos relatórios da FMLF	Não-participação	1) Manipulação 2) Terapia

				Tokenismo	3) Informação 4) Consulta 5) Pacificação
				Poder Cidadão	6) Parceria 7) Poder Delegado 8) Controle Cidadão

(Fonte: elaboração do autor)

- **Documentos:** Refere-se aos relatórios oficiais da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) sobre as oficinas de participação popular. Esses documentos são a base da análise e oferecem um registro oficial das atividades, discussões e articulações promovidas ao longo do Projeto Nova Orla Salvador.
- **Unidades de Registro:** Inclui as organizações sociais identificadas nos relatórios oficiais disponíveis. Essas organizações representam os atores locais diretamente envolvidos nas oficinas e constituem um elemento central para compreender a interação social e política no contexto do projeto.
- **Unidades de Contexto:** Abrange os movimentos sociais e demais instituições mobilizadas ao longo das oficinas do Projeto Nova Orla Salvador, seja para divulgação e/ou participação, no eixo Amaralina–Pituba. Esse contexto permite analisar a diversidade de atores e instituições que participaram das atividades de participação popular e a influência deles no processo de decisão e execução do projeto.
- **Índices:** Refletem a aproximação das organizações sociais com as diretrizes do Projeto Nova Orla Salvador, conforme registrado nos relatórios da FMLF. Essa coluna permite avaliar o nível de engajamento e o papel das organizações locais na implementação das diretrizes do projeto, evidenciando o grau de inclusão da comunidade no processo.
- **Categorias:** Baseadas na “Escada da Participação Popular” de Arnstein (1969), as categorias classificam o nível de participação popular, dividindo-se em:

1. Não-participação: Inclui “Manipulação” e “Terapia”, onde as ações das organizações ou movimentos podem ser meramente simbólicas, sem permitir uma participação real no processo decisório.
 2. Tokenismo: Representa níveis intermediários de participação, como “Informação”, “Consulta” e “Pacificação”, onde a população é envolvida, mas com influência limitada nas decisões.
 3. Poder Cidadão: Englobando “Parceria”, “Poder Delegado” e “Controle Cidadão”, onde o poder é efetivamente compartilhado com a população, garantindo influência direta nas decisões.
- Indicadores: Fornecem exemplos práticos de cada categoria, ajudando a identificar como as diferentes etapas da Escada da Participação são expressas na prática. Cada indicador corresponde a uma prática observável que permite situar o nível de participação de acordo com a teoria de Arnstein (1969).

Ao estruturar a análise a partir dessas cinco dimensões, a cartografia sociopolítica proporcionará uma visão abrangente das dinâmicas territoriais e das interações sociais que moldam o processo de requalificação urbana. A partir desse eixo, será possível identificar não apenas as transformações físicas no território, mas também os conflitos e desigualdades que emergem das relações de poder em torno do Projeto Nova Orla Salvador, em vista dos bairros estudados.

O terceiro eixo metodológico desta pesquisa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários e representantes dos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. O objetivo central desta etapa será mapear as visões múltiplas e, muitas vezes, conflitantes sobre o projeto, bem como identificar as demandas, preocupações e resistências que emergem das realidades locais. As entrevistas proporcionarão uma compreensão mais profunda das interações entre as comunidades locais e os órgãos responsáveis pela requalificação urbana, permitindo que se identifiquem as estratégias de inclusão (ou exclusão) no processo decisório.

Serão consultados e ouvidos representantes de diferentes setores sociais diretamente impactados pelas obras¹⁰: pescadores das localidades de Amaralina e Pituba, o representante da Associação dos Pescadores de Amaralina, Néviton, o representante da Associação dos

¹⁰ Os nomes dos interlocutores de campo foram modificados para preservar a identidade das fontes.

Pescadores da Pituba, Durval (mais conhecido como Xabau), a presidente da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos da Bahia (ABAM), Rita Maria Ventura dos Santos, e um dos líderes comunitários do Nordeste de Amaralina, Anderson Mamede. O objetivo central desta etapa foi mapear as visões múltiplas e, muitas vezes, conflitantes sobre o projeto, bem como identificar as demandas, preocupações e resistências que emergem das realidades locais.

Para preservar a privacidade e garantir o anonimato dos entrevistados, todos os nomes mencionados neste estudo serão substituídos por pseudônimos. Essa medida visa proteger as identidades e assegurar a confidencialidade das informações fornecidas.

Visando ampliar a análise acerca dos impactos das obras causados e percebidos pela população nas localidades em questão, intentamos entrevistar, em complemento, mais três pessoas que usufruem do espaço requalificado. Tais entrevistados serão fundamentais para um maior entendimento sobre o uso convencional da orla e se as obras, de fato, trouxeram mudanças significativas para a comunidade.

Os critérios de seleção para os entrevistados foram pensados a partir do engajamento prévio com o processo de requalificação urbana; a representatividade geográfica, assegurando a presença de representantes de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina; e a diversidade de perspectivas, garantindo a inclusão de diferentes visões sobre o impacto do projeto.

Para guiar essa abordagem, será utilizado o modelo de entrevista qualitativa, conforme descrito por Poupart (2008), que destaca a importância da flexibilidade desse tipo de entrevista. Segundo o autor (Poupart, 2008, p. 218), “a entrevista de tipo qualitativo permite ao pesquisador explorar mais a fundo as complexidades das interações sociais e os contextos em que elas ocorrem, uma vez que ele pode adaptar as perguntas e reformular temas ao longo do diálogo”. No contexto da presente pesquisa, essa flexibilidade permitirá que novas questões e perspectivas emergentes sejam investigadas conforme surgirem ao longo da coleta de dados, o que é essencial para captar nuances da participação (ou falta dela) das comunidades no projeto.

A abordagem qualitativa também é valiosa porque “não busca respostas fechadas e definitivas, mas visa entender a construção social das opiniões e experiências dos entrevistados” (Poupart, 2008, p. 221). Nesse sentido, as entrevistas realizadas irão além da

construção de dados sobre o envolvimento das comunidades na execução do Projeto Nova Orla Salvador. Elas buscarão revelar como os entrevistados compreendem o impacto da requalificação em seus bairros e como percebem as transformações no espaço urbano e as dinâmicas sociais que as acompanham.

Outro ponto importante abordado por Poupart (2008) é o papel ativo do entrevistador na condução do processo. Segundo o autor, “o entrevistador deve ser capaz de manter uma postura de escuta ativa, utilizando estratégias de sondagem para aprofundar a exploração dos temas relevantes, sem perder de vista os objetivos principais da pesquisa” (Poupart, 2008, p. 223). No caso deste estudo, isso significa que o pesquisador deve estar atento para captar tanto as manifestações explícitas quanto as percepções subentendidas nas respostas dos líderes comunitários e representantes de bairro, uma vez que a participação popular pode ser um tema sensível e sujeito a interpretações diversas.

As entrevistas, de caráter semiestruturado, seguirão o modelo proposto por Poupart (2008), com flexibilidade para ajustar o roteiro conforme os temas emergirem durante a conversa. O processo de entrevistas será dividido em duas fases: inicialmente, serão realizadas entrevistas exploratórias a fim de fornecer subsídios para a elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas, aplicado posteriormente para aprofundar as análises nas entrevistas formais – segunda fase das entrevistas.

As entrevistas exploratórias desempenham um papel fundamental no processo de pesquisa, permitindo ao pesquisador criar uma primeira aproximação com os participantes e ajustar os instrumentos de pesquisa à realidade estudada. Piovesan e Temporini (1995) argumentam que esse tipo de entrevista é essencial para captar as percepções dos entrevistados de forma mais autêntica e contextualizada, proporcionando uma base sólida para a etapa posterior de coleta de dados. Através de entrevistas exploratórias, é possível verificar a adequação do roteiro e realizar ajustes antes da aplicação das entrevistas formais, assegurando maior precisão e relevância nas respostas obtidas (Piovesan e Temporini, 1995).

Na elaboração do roteiro, primeiramente, busca-se captar as percepções gerais dos participantes sobre o impacto do projeto. As questões, “*Como você descreveria o impacto do Projeto Nova Orla no trecho requalificado?*” e “*Quais são as principais mudanças que você percebeu desde o início das obras de requalificação?*”, foram estrategicamente pensadas para estimular respostas amplas e exploratórias. Com isso, intencionamos que será possível

identificar as impressões gerais dos entrevistados sobre o processo de requalificação, bem como as transformações mais perceptíveis no cotidiano das comunidades diretamente envolvidas.

Cada entrevista terá uma duração média de 40 a 60 minutos e será conduzida em local adequado, definido em comum acordo com o entrevistado, para garantir conforto e privacidade, atendendo aos princípios éticos de pesquisas, a saber: autonomia, justiça, equidade, não maleficência e beneficência.

As entrevistas serão registradas de três formas:

- Gravação de áudio: com consentimento prévio dos entrevistados, a fim de garantir precisão na transcrição;
- Anotações de campo: feitas pelo pesquisador durante e após as entrevistas, com o objetivo de registrar observações complementares sobre o ambiente e o comportamento dos entrevistados;
- Transcrição integral: as gravações serão transcritas na íntegra para posterior análise qualitativa.

O planejamento logístico inclui o agendamento prévio das entrevistas, que serão realizadas em horários e locais convenientes para os participantes, como sedes de associações comunitárias ou outros espaços comunitários. Também será garantido o respeito às normas éticas, com o uso de termos de consentimento livre e esclarecido.

A seguir, o quadro de análise organiza as principais dimensões que guiarão a interpretação dos dados coletados.

Quadro 3: Modelo Analítico

Objeto	Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Índices	Categorias	Indicadores
Entrevistas semiestruturadas	Percepção sobre a participação popular	Notícias veiculadas sobre a	Correlação entre os moradores dos	Não-participação	1) Manipulação

com o grupo selecionado	na execução do Projeto Nova Orla Salvador, no eixo Amaralina-Pituba	participação popular ao longo das obras do projeto na localidade estudada	bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina e o Projeto Nova Orla Salvador		2) Terapia
				Tokenismo	3) Informação 4) Consulta 5) Pacificação
				Poder Cidadão	6) Parceria 7) Poder Delegado 8) Controle Cidadão

(Fonte: elaboração do autor)

Este quadro montado busca ilustrar como a análise permite captar de forma organizada as percepções, interações e experiências dos líderes comunitários em relação ao Projeto Nova Orla Salvador, no trecho Amaralina–Pituba. A flexibilidade das entrevistas semiestruturadas será fundamental para adaptar as perguntas a novas questões que possam surgir, garantindo que as vozes e experiências locais sejam capturadas com profundidade. As entrevistas proporcionarão uma visão detalhada das estratégias de inclusão ou exclusão no processo decisório, revelando a complexidade das interações entre os órgãos públicos e as comunidades afetadas. A organização foi pensada da seguinte forma:

- Objeto: Representa o foco central da análise, que é a realização de entrevistas semiestruturadas com um grupo específico para compreender a percepção sobre a participação popular no desenvolvimento do Projeto Nova Orla Salvador, especificamente no eixo Amaralina–Pituba. Esse objeto permite explorar as opiniões e experiências dos moradores e atores envolvidos.
- Unidades de Registro: Refere-se à percepção sobre a participação popular, capturada por meio das respostas dos entrevistados. Essas percepções fornecem uma visão subjetiva das pessoas diretamente afetadas pelo projeto, permitindo entender como elas enxergam a interação entre a comunidade e as autoridades responsáveis pela execução do projeto.

- Unidades de Contexto: Abrange as notícias veiculadas sobre a participação popular ao longo das obras do Projeto Nova Orla Salvador na localidade estudada. Essa unidade contextualiza as percepções dos entrevistados dentro do panorama midiático e social, auxiliando na análise de como a cobertura da imprensa e a narrativa pública podem influenciar a opinião da comunidade.
- Índices: Refere-se à correlação entre os moradores dos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina e o Projeto Nova Orla Salvador. Esse índice permite avaliar o nível de interação e engajamento entre a população local e o projeto, identificando a intensidade e a qualidade da participação popular observada.
- Categorias: Baseadas na Escada da Participação Popular de Arnstein (1969), as categorias dividem o nível de envolvimento popular em três grandes grupos:
 1. Não-participação: Composta pelas categorias “Manipulação” e “Terapia”, que representam situações onde a participação popular é inexistente ou simbólica, sem que haja um envolvimento efetivo da comunidade.
 2. Tokenismo: Inclui as categorias “Informação”, “Consulta” e “Pacificação”, que indicam níveis intermediários de participação. Aqui, a população pode ser informada ou consultada, mas seu poder de decisão permanece limitado.
 3. Poder Cidadão: Envolve as categorias “Parceria”, “Poder Delegado” e “Controle Cidadão”, indicando níveis em que há um verdadeiro compartilhamento de poder, permitindo à comunidade uma participação efetiva nas decisões relacionadas ao projeto.
 4. Indicadores: São práticas específicas que ilustram cada nível de participação, conforme a teoria de Arnstein (1969). Estes indicadores servem para identificar como as respostas dos entrevistados se alinham com as diferentes etapas da Escada da Participação, facilitando a análise do grau de envolvimento e poder real concedido à população na execução do projeto.

No contexto do Projeto Nova Orla Salvador, o modelo analítico adotado busca identificar em quais degraus da escada de Arnstein as práticas de participação se situaram, a partir da percepção dos entrevistados. As unidades de registro consideram as percepções dos participantes sobre a participação popular, enquanto as unidades de contexto incluem notícias veiculadas sobre o tema e os impactos das intervenções nas comunidades estudadas. Ao

articular a “Escada da Participação Popular” com as experiências relatadas, é possível não apenas mensurar a presença ou ausência de participação, mas também avaliar sua profundidade e qualidade. Essa abordagem permite evidenciar se as práticas adotadas pelo poder público promoveram um verdadeiro empoderamento das comunidades locais ou se se limitaram a mecanismos superficiais de consulta que não transformaram as demandas em ações concretas.

Sendo assim, a partir da integração de abordagens como a análise de documentos, a cartografia sociopolítica e as entrevistas semiestruturadas, será possível captar não apenas as diretrizes oficiais e os registros institucionais do Projeto Nova Orla Salvador, mas também revelar as percepções, interações e conflitos que permeiam os processos de decisão. Essa abordagem multifacetada permite observar as dinâmicas territoriais e as relações de poder em diferentes níveis, oferecendo uma compreensão mais abrangente sobre os impactos das intervenções urbanas e o papel das comunidades locais nesse contexto.

Além disso, o caminho metodológico não apenas valida os dados obtidos de fontes diversas, mas também possibilita uma análise crítica das divergências entre o que é formalmente registrado e o que é experienciado pelas comunidades. As entrevistas semiestruturadas, ao capturar a voz dos líderes comunitários e representantes locais, trazem à tona as narrativas que frequentemente são marginalizadas nos processos de requalificação urbana. Da mesma forma, a cartografia sociopolítica oferece uma visualização dos conflitos e das exclusões territoriais geradas pelas intervenções urbanas. Em conjunto, essas metodologias revelam a complexidade das relações de poder e os desafios para uma participação popular efetiva, contribuindo para uma análise mais profunda e crítica do Projeto Nova Orla Salvador.

CAPÍTULO III.

NO JOGO DE SOMBRAS E LUZES: UM PANORAMA HISTÓRICO DE DEGRADAÇÃO DA ORLA AMARALINA–PITUBA

A história de uma cidade é contada não apenas por suas conquistas, mas também pelas marcas que a ocupação e o desenvolvimento imprimem em seus territórios. A orla que conecta Amaralina e Pituba, parte importante do tecido urbano de Salvador, carrega um rico simbolismo, mesclando memórias coletivas, experiências afetivas, práticas culturais e a força transformadora da cidade. Contudo, entre a beleza natural que emoldura o cenário e os desafios impostos pelo crescimento urbano, encontra-se na orla dos bairros um processo histórico de degradação que marcou profundamente a relação entre a população local e o litoral.

Neste capítulo, intitulado “*No Jogo de Sombras e Luzes: Um Panorama Histórico de Degradação da Orla Amaralina–Pituba*”, buscamos apresentar uma análise aprofundada das transformações urbanas e socioculturais ocorridas na orla que conecta os bairros de Amaralina e Pituba, em Salvador. O texto tenta refletir sobre as dinâmicas de urbanização e as políticas públicas que, ao longo do tempo, reconfiguraram a área, ora destacando suas potencialidades, ora evidenciando os impactos da degradação urbana e ambiental. A abordagem é sustentada por fontes documentais e recortes jornalísticos, permitindo assim uma leitura crítica das narrativas que moldaram a percepção coletiva sobre a área, desde seu uso inicial como espaço de veraneio até as dinâmicas contemporâneas de requalificação.

Além disso, em perspectiva relacional, o capítulo pretende contextualizar as raízes históricas do bairro do Nordeste de Amaralina, explorando suas conexões culturais, sociais e econômicas, com o bairro de Amaralina e a Pituba. Por fim, destaca-se a resistência e a resiliência das comunidades locais diante do contraste entre modernização e preservação da identidade cultural e histórica.

3.1 DE FAZENDA A BAIRRO DE CONTRASTES: AS RAÍZES DE AMARALINA

Há quem considere Amaralina apenas um ponto intermediário entre o Rio Vermelho e a Pituba. O ônibus passa pela 14ª Bateria Antiaérea do Exército, a visão do mar é interrompida por alguns segundos e a imagem do quiosque das baianas anuncia a saída do bairro. No entanto, a região sempre foi mais do que apenas um bairro litorâneo; ela é um ponto de convergência cultural, social e econômico que também reflete a alma de Salvador.

O bairro, como hoje é conhecido, tem suas origens profundamente entrelaçadas com a história da modernização da cidade. Com uma matéria intitulada *A Fazenda Que Virou Bairro*, do Jornal A Tarde, ainda no final da década de 80, é possível conhecer que, no século XIX, a região era parte da vasta Fazenda Amaralina, que pertencia à influente família Amaral, cujas terras se estendiam por grande parte do litoral norte da capital baiana. Conforme o A Tarde (1987), inicialmente, a área era destinada ao cultivo de alimentos e à criação de gado, como era comum nas grandes propriedades de Salvador naquela época.

A origem do nome, no entanto, mistura fatos e mitos: conta-se que o filho do proprietário, apaixonado por Lina, filha de um pescador que vivia nas terras, enfrentava a reprovação da família ao afirmar que ia “Amar à Lina” sempre que perguntado sobre seu destino. Essa expressão, marcada pela força do amor, batizou não apenas a fazenda, mas também a praia e, mais tarde, o bairro, imortalizando um romance que une o mar, a terra e o imaginário cultural baiano (A tarde, 1987).

Contudo, o início da transformação de uma propriedade agrícola para um bairro urbano, como também aponta o Jornal A Tarde em 1991, em matéria intitulada *Praia de Amaralina, o refúgio da elite*, teve início no final do século XIX e início do XX, quando a elite soteropolitana começou a enxergar o potencial das praias da cidade como locais de veraneio. As primeiras casas de veraneio começaram a surgir ao longo da costa, e Amaralina, com suas águas calmas e belas paisagens, logo atraiu as famílias mais abastadas da cidade (A Tarde, 1991).

Figura 1 – A antiga Amaralina – por volta do final dos anos 1930



(Fonte: site Guia Geográfico de Salvador. Amaralina¹¹)

O verdadeiro *boom* de urbanização ocorreu nas décadas seguintes, especialmente a partir da década de 1940¹², conforme articula o Jornal Correio (1992). No recorte da matéria, *Do Exército às casas de veraneio: a nova Amaralina*, o evento que marcou essa fase de transição foi a desapropriação de parte das terras de Amaralina pelo Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. A construção da 14ª Bateria Antiaérea na área trouxe infraestrutura militar, e com isso, novas estradas e serviços começaram a ser instalados no bairro. Esse movimento, à luz da notícia, embora polêmico, acelerou a urbanização, com novas residências sendo construídas em torno das instalações militares (Correio, 1992).

A região, conforme os dados da prefeitura (2018), apresenta características demográficas e sociais distintas. Com densidade demográfica de 86,02 habitantes por hectare, a população de Amaralina, de acordo com o documento oficial da organização, é composta por 43,05% de homens e 56,95% de mulheres (FMLF, 2018). Ainda como apontado pela FMLF (2018), em relação à cor e raça, observa-se que a maioria da população se identifica como parda (51,95%), seguida de pessoas brancas (38,35%) e pretas (8,61%).

¹¹ Disponível em: <https://www.salvador-turismo.com/amaralina/antigas.htm>

¹² Como discutido por Milton Santos (1993), o processo de urbanização brasileira intensificou-se a partir da década de 1940, marcado por transformações estruturais e territoriais no país

A análise etária revela uma predominância de indivíduos na faixa de 20 a 49 anos (52,34%), sendo que a proporção de crianças (0-4 anos) é de 3,22%, e a de idosos (65 anos ou mais) é de 12,22%. Quanto ao nível de instrução, Amaralina apresenta uma taxa de analfabetismo de 0,78% para pessoas acima de 15 anos, com uma leve diferença entre homens (0,71%) e mulheres (0,84%). Na localidade, 6,8% dos responsáveis têm renda de 0 a 1 SM, 22,3% entre 1 a 3 SM, 23,4% entre 3 a 5 SM, 28,8% entre 5 a 10 SM, 7,1% entre 10 a 20 SM, e 1,5% com renda superior a 20 SM, enquanto 10,1% não possuem rendimento (FMLF, 2018).

Seu processo de urbanização ganhou impulso na década de 1950, consolidando o bairro como um ponto estratégico de transição entre o centro de Salvador e as áreas periféricas ao norte. Como reportado pelo jornal *A Tarde* em 1958, na matéria *O novo eixo de Salvador: Amaralina*, a instalação de uma linha de bonde conectando o bairro ao centro da cidade foi um marco fundamental nesse período, facilitando o acesso e atraindo novos moradores. Com o aumento populacional, surgiram os primeiros investimentos públicos, que incluíram a construção de escolas, praças e áreas comerciais, transformando Amaralina em um bairro urbano consolidado. Nas décadas seguintes, de 1960 e 1970, o bairro continuou a crescer rapidamente, recebendo moradores atraídos pela proximidade com o litoral. Amaralina, antes conhecida como área de veraneio para as elites, tornou-se um espaço de convivência entre diferentes classes sociais, impulsionado pela expansão do transporte público e pelo desenvolvimento comercial. Em 1978, o jornal *A Tarde* destacou essa transformação na manchete *A nova Amaralina cresce sem perder suas raízes*, sublinhando como o bairro, agora movimentado por feiras, praças e uma vibrante vida cultural, conseguia integrar modernização e tradição (*A Tarde*, 1958; 1978).

Figura 2 – Largo de Amaralina – por volta do final dos anos 1950



(Fonte: site Guia Geográfico de Salvador. Amaralina¹³)

Segundo a reportagem do jornal A Tarde de 2004, intitulada *Isto é Amaralina*, o bairro preservou suas características originais por muitos anos, mesmo com as transformações urbanas, mantendo a pesca artesanal como uma atividade econômica tradicional para pequenos grupos da comunidade local. À luz da matéria, Amaralina tornou-se um importante núcleo de resistência cultural e popular em Salvador, com uma forte ligação com a cultura afro-brasileira, especialmente por meio das celebrações religiosas e da culinária de origem africana. Esse vínculo com o passado é reforçado pelo relato de Lopes (1984), que retrata Amaralina como um cenário onde o cotidiano se entrelaça com a história, carregando tradições que evocam o pulsar de um bairro essencialmente baiano.

A narrativa da pesca do xaréu, descrita com riqueza de detalhes, transcende uma mera prática econômica, tornando-se um retrato vivo da interação entre comunidade e natureza. Como articulado por Lopes (1984), sob a liderança de figuras como o Sr. Juca Amaral, não apenas as redes eram lançadas ao mar, mas também as raízes culturais da comunidade, que transformavam o peixe barato – frequentemente associado ao consumo dos mais pobres – em um símbolo de luta e sobrevivência. Essa dinâmica refletia uma dualidade recorrente: enquanto o peixe era acessível a poucos cruzados, o trabalho árduo e a precariedade financeira seguiam moldando as condições de vida dos trabalhadores da pesca tradicional.

¹³ Disponível em: <https://www.salvador-turismo.com/amaralina/antigas.htm>

Assim, Amaralina consolida sua identidade como um espaço de resistência, onde tradição e cultura se mesclam para sustentar a memória e a sobrevivência de seu povo.

Figura 3 – Pesca de Xaréu – por volta dos anos 1930



(Fonte: site Guia Geográfico de Salvador. Amaralina¹⁴)

Historicamente, o bairro é marcado pela forte conexão com o mar e pelas ricas tradições de matriz africana, representadas por práticas culturais que, ao longo do tempo, moldaram a identidade da região. Elementos como as baianas de acarajé e a tradicional Festa de Iemanjá, que teve início em 1923¹⁵ por pescadores locais, consolidaram Amaralina como um símbolo da diversidade e da riqueza das tradições populares de Salvador (A Tarde, 2004). Contudo, essa herança cultural enfrenta, hoje, desafios que refletem o processo de degradação do bairro.

O Largo das Baianas, um marco central na cultura e nas atividades turísticas, é um exemplo eloquente dessa trajetória. Surgido espontaneamente a partir de um ponto de ônibus, o largo tornou-se um espaço simbólico para a valorização da identidade afro-brasileira e da prática tradicional do acarajé, fortalecida pelo reconhecimento como patrimônio imaterial pelo IPHAN em 2005 (FMLF, 2018). Na época de seu auge, o local abrigava até 32 baianas, reunindo turistas e moradores em torno dessa expressão cultural. No entanto, a decadência do

¹⁴ Disponível em: <https://www.salvador-turismo.com/amaralina/antigas.htm>

¹⁵ Segundo Ordep Serra, em *Rumores de Festa: o sagrado e o profano nas “festas de largo” da Bahia* (2000), a Festa de Iemanjá teria se originado em 1923, quando pescadores, em um momento de desespero, decidiram fazer oferendas à Mãe d’Água pedindo fartura e tranquilidade no mar, após a recusa de um padre em realizar uma missa solene em homenagem à padroeira local, Nossa Senhora Sant’Anna. A tradição se expandiu ao ponto de ofuscar a festa da padroeira, que acabou transferida para o dia 26 de julho, enquanto Iemanjá assumiu o protagonismo das celebrações no bairro do Rio Vermelho. Protetora dos pescadores e conhecida por outros nomes, como Janaína, Rainha do Mar e Odô Ìyá, Iemanjá foi oficialmente registrada como Patrimônio Cultural de Salvador em 2020, conforme o Decreto nº 32.122, de 1º de fevereiro (Serra, 2000).

largo, atribuída à falta de continuidade geracional e à desvalorização do ofício, transformou o que era um marco turístico e cultural em um espaço em declínio.

Segundo o relatório da Fundação Mário Leal Ferreira (2018), Maria Emília, baiana de acarajé e moradora do Nordeste de Amaralina, destaca o simbolismo do acarajé. Contratada pela Bahiatursa para representar Salvador em viagens internacionais, ela ressalta que, no passado, o quitute era um símbolo de força feminina e liberdade, com raízes nas práticas de mulheres alforriadas ligadas à divindade Iansã. Ao relato de Maria Emília, “A gente tinha prazer em fazer acarajé bem feito (...). Mas as que foram substituídas, a coisa tercerizou, acabou a Amaralina” (Maria Emília, *ibidem*, p.99). A perda de prestígio cultural e a falta de requalificação adequada refletem diretamente no esvaziamento do largo como espaço de referência cultural.

Contudo, os impactos da degradação não se limitam ao Largo das Baianas. Ambulantes e pescadores locais enfrentam condições precárias de trabalho devido à falta de infraestrutura adequada. A demolição das barracas de praia em 2010 pelo PGR gerou um conflito pelo uso do solo, obrigando os ambulantes a improvisarem suas vendas nas calçadas, dificultando a circulação de pedestres e ciclistas (FMLF, 2018). A Colônia de Pescadores, por sua vez, foi igualmente afetada pela ausência de espaços apropriados para a comercialização de seus produtos, levando à venda direta nas embarcações e comprometendo tanto a qualidade do serviço quanto o ordenamento do espaço público.

Como apontado pela Associação Nacional das Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM), ações como a requalificação do Largo de Amaralina e a valorização do patrimônio cultural poderiam resgatar o protagonismo do bairro como um marco histórico e turístico de Salvador (FMLF, 2018). No entanto, é importante destacar que a localidade enfrenta dificuldades de infraestrutura a longo prazo. As matérias veiculadas sobre a região desde a década de 1970 oferecem um panorama interessante sobre o tópico.

Segundo o Correio em 1986, na matéria *Amaralina à espera de uma nova orla*, a falta de planejamento urbano e de investimentos consistentes já afetava a qualidade de vida dos moradores desde os anos 1970, com a deterioração do calçadão — outrora uma das principais atrações turísticas do bairro. Embora ao longo de sua história a região tenha sido alvo de diversas tentativas de requalificação e revitalização, as promessas de modernização da orla frequentemente enfrentaram obstáculos que limitaram sua execução plena, resultando em

projetos de revitalização que, apesar de bem-intencionados, não conseguiram reverter o cenário de abandono (Correio, 1986).

Como relatado também pelo jornal Correio em 1974, na manchete *Promessas para a orla de Amaralina caem por terra*, no início dos anos 1970, a Prefeitura de Salvador, sob a gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM), uma das primeiras tentativas significativas de revitalização da região foi lançada com o intuito de modernizar a orla de Amaralina e transformá-la em um atrativo turístico de destaque. Apresentado como parte de um esforço mais amplo para requalificar as áreas litorâneas de Salvador, conforme o jornal, o projeto logo enfrentou problemas de financiamento e execução, sendo prejudicado pela falta de continuidade nas gestões municipais e pelos cortes orçamentários. Como resultado, o bairro ficou marcado por calçadões mal conservados, iluminação precária e infraestrutura deficiente (Correio, 1974). Após a saída de ACM da prefeitura, Clériston Andrade assumiu o cargo e deu continuidade à administração de seu antecessor. Entretanto, os desafios financeiros e a falta de continuidade nas gestões subsequentes dificultaram a implementação completa do projeto de revitalização da orla de Amaralina.

Na divulgação do jornal A Tarde em 1987, na manchete *Calçadão de Amaralina: símbolo de um fracasso anunciado*, durante os anos 1980, na gestão do então prefeito Mário Kertész, a prefeitura lançou um novo projeto de revitalização para a orla de Amaralina, prometendo melhorias no calçadão, instalação de quiosques e reparos no sistema de drenagem. Contudo, à luz da matéria, esse projeto também ficou aquém das expectativas. Embora algumas obras tenham sido iniciadas, como a pavimentação de certas áreas, o bairro continuou sofrendo com a deterioração de sua infraestrutura. As reportagens da época destacam a frustração dos moradores, que, embora esperassem uma requalificação mais robusta, se depararam com obras inacabadas e falta de manutenção adequada (A Tarde, 1987).

Durante os anos 1990, segundo os recortes jornalísticos, Amaralina atravessou um período de maior estagnação em relação aos projetos de revitalização. Embora alguns investimentos esporádicos tenham sido feitos, como a ampliação de praças e a instalação de novos postes de iluminação pública, a orla do bairro permanecia em condições precárias. A contínua degradação do calçadão, que já havia sido amplamente relatada nas décadas anteriores, tornou-se um símbolo do abandono. Segundo uma reportagem de 1998 do jornal A Tarde, intitulada *Revitalização da orla: uma promessa eterna*, diversos prefeitos

anunciaram novos projetos para a área, mas poucos avançaram além das etapas iniciais (A Tarde, 1998).

Na manchete *Revitalização para turistas, não para moradores*, do Correio, de 2004, é relatado que outro grande projeto foi anunciado pela prefeitura, com a proposta de revitalizar não só Amaralina, mas também outros bairros da orla de Salvador. Sob a gestão de Antônio Imbassahy, conforme apontado, o plano incluía a modernização da área de lazer, a criação de espaços destinados a esportes e a melhoria da acessibilidade para deficientes. No entanto, esse projeto enfrentou desafios logísticos e orçamentários, além de ter sido criticado por falta de diálogo com a comunidade local. Segundo líderes comunitários entrevistados à época, as obras não atendiam às necessidades reais dos moradores, priorizando áreas turísticas em detrimento dos espaços de convivência usados cotidianamente (Correio, 2004).

Em uma reportagem de 2007 intitulada *Um ciclo de promessas e abandono na orla de Amaralina*, o jornal Tribuna da Bahia destaca que os desafios persistentes em Amaralina estão profundamente ligados à falta de uma política pública consistente para a manutenção e preservação do patrimônio público. Conforme o veículo de informação, as constantes mudanças nas gestões municipais, aliadas à ausência de um plano de longo prazo, resultaram em intervenções pontuais e desarticuladas, incapazes de solucionar os problemas estruturais do bairro. Assim como outras áreas litorâneas de Salvador, a localidade é vítima de um “ciclo de abandono”, no qual melhorias são implementadas de forma esporádica, mas, sem continuidade, cedendo a uma nova fase de degradação após poucos anos (Tribuna da Bahia, 2007).

Apesar dessa trajetória de negligência, Amaralina preserva sua essência democrática e sua força cultural. Como ressaltado por Lopes (1984), o bairro transcende as adversidades econômicas e políticas, mantendo viva uma identidade coletiva marcada pela interação entre classes e culturas. A praia, espaço democrático por excelência, funciona como local de encontro e inspiração, reafirmando o caráter inclusivo do bairro. Segundo Lopes (1984), a paisagem sensorial de Amaralina – da areia quente à cerveja refrescante – não apenas oferece uma experiência estética, mas também gera um senso de pertencimento e renovação pessoal.

A celebração das tradições populares, como o São João, historicamente destacou a resiliência cultural dos moradores de Amaralina, que, mesmo diante das dificuldades, se reinventavam e reafirmavam suas raízes. Lopes (1984) posiciona Amaralina como um

microcosmo da Bahia, onde a pluralidade de cores, sons e cheiros sintetizava a identidade cultural do Brasil. Contudo, os festejos populares, que antes permeavam a vida cotidiana do bairro, hoje são quase ou completamente inexistentes, refletindo o impacto da degradação urbana e da desarticulação social. Essa ausência reforça a necessidade de preservar e restaurar as expressões culturais que conectam o bairro à herança maior da Bahia, marcada pelas tradições africanas e pela produção cultural de nomes como Jorge Amado e Dorival Caymmi, que eternizaram a riqueza cultural do estado.

A Amaralina resistente hoje passou por significativas transformações que cederam espaço a um ambiente urbano focado em uma tímida modernização – sem necessariamente preservar a força de suas tradições. O bairro continua a se destacar por sua localização estratégica e, conforme o iBahia (2024), na matéria *O futuro com endereço: Amaralina*, também pelas opções de lazer e serviços, atraindo moradores em busca de uma moradia tranquila e conveniente.

Sua história é marcada pelo contraste entre promessas frustradas de requalificação e a vitalidade de sua cultura. Contudo, tais detalhes consolidam o bairro como um espaço único, que simboliza tanto os desafios do planejamento urbano em Salvador quanto a riqueza das tradições que moldam a identidade da cidade e do país.

3.2 NA LUTA CONTRA A ESTIGMATIZAÇÃO: A ALMA PLURAL E RESISTENTE DO NORDESTE DE AMARALINA

É impossível abordar as transformações da região de Amaralina ao longo dos anos sem trazer à tona a voz do Nordeste de Amaralina, um território cuja história está profundamente marcada pela luta de seus moradores para existir e resistir dentro da cidade. Enquanto Amaralina e seus entornos vivenciam mudanças urbanas ao longo do tempo, o Nordeste de Amaralina permanece como um símbolo das contradições do desenvolvimento urbano: um espaço de riqueza cultural e de redes sociais resilientes, mas frequentemente negligenciado pelos órgãos governamentais.

Os bairros populares, como o Nordeste de Amaralina, são áreas de constante crescimento dentro das cidades e metrópoles ao redor do mundo, sobretudo nos países

subdesenvolvidos. Esses espaços urbanos, apesar do crescimento exponencial ao longo dos anos, continuam marginalizados e “esquecidos” pelo Estado, que negligencia as suas vozes e demandas. Muitas vezes, essas comunidades têm suas expressões abafadas e até mesmo silenciadas, sendo relegadas a assumir responsabilidades que deveriam ser de competência governamental.

Ainda assim, observa-se que o Nordeste de Amaralina não apenas desafia o esquecimento histórico e institucional, mas também se reafirma como um espaço de resistência ativa dentro da metrópole.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma função própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organizações e espontaneidade (Santos, 2009, p. 322).

De acordo com dados da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, 2018) e registros históricos, a ocupação da região do Nordeste de Amaralina teve início na segunda metade do século XIX, quando pescadores da colônia do Rio Vermelho foram pressionados pela burguesia local a se deslocarem para os arredores, estabelecendo-se no Largo de Amaralina. As terras pertenciam a grandes proprietários, como a Família Amaral, que iniciou a venda de pequenos lotes, impulsionando a expansão urbana naquela direção.

Figura 4 – Nordeste de Amaralina



(Fonte: Acervo pessoal, 2022)

Ainda no século XIX, os herdeiros do Visconde do Rio Vermelho, frente à dificuldade de administrar vastas áreas, lançaram o projeto “Cidade Luz” para urbanizar a região, dividindo a antiga Gleba do Rio Vermelho em seis fazendas: Paciência, Alagoas, Santa Cruz, Ubaranas, Pituba e Armação do Saraiva. Em 1932, surgiram os loteamentos de Ubaranas, Cidade Luz e Jardim Balneária de Amaralina, com este último dando origem ao bairro

Nordeste de Amaralina. Na época, o acesso à orla de Salvador era precário, sendo facilitado apenas em 1949 com a pavimentação da Avenida Octávio Mangabeira; antes disso, o deslocamento se dava pelo interior ou pela linha de bonde que chegava ao Largo de Amaralina (FMLF, 2018).

Entretanto, como aponta Santos (2018), a criação oficial do bairro Nordeste de Amaralina data de 1960, pela Lei Municipal nº 1038, de 15 de junho de 1960, que estabelece a delimitação urbana por distrito e subdistrito do município de Salvador, dividindo a cidade em bairros. Ainda conforme Santos (2018),

[...] a região está caracterizada por morros e vales, ruas estreitas, com casas autoconstruídas que, na maioria das vezes, ocupa todo o terreno, desobedecendo a alguns padrões de construção que possam favorecer mobilidade, ventilação e até uma maior privacidade, as casas são em sua maioria de um ou dois pavimentos. Em um mesmo terreno, várias casas podem atender a necessidade de moradia de uma família, com a possibilidade de se encontrar várias gerações de um mesmo grupo familiar que com a laje e os puxadinhos vai garantindo o seu direito à habitação e seu bem-estar de maneira idiossincrática (Santos, 2018, p. 121-122).

Quando falamos do Nordeste de Amaralina, estamos nos referindo a uma região que inclui também os bairros de Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho. Juntos, esses territórios formam um enclave entre bairros de Salvador que apresentam significativo desenvolvimento urbano e econômico, destacando-se pela coexistência de realidades profundamente contrastantes (Santos, 2018). O conceito de Aglomerado de Bairros, proposto pelo pesquisador Clímaco Dias (2017), descreve áreas populares onde as interações cotidianas entre os moradores são tão estreitas que formam redes de convivência e trocas que transcendem limites físicos e administrativos. Essa abordagem destaca as relações sociais e os vínculos diários como aspectos centrais para compreender a dinâmica desses territórios.

A ideia de Aglomerado é inspirada na Geologia quando esta o define aglomerado como uma rocha que é composta de minerais variados. É também inspirada na Astronomia ao falar no ajuntamento de estrelas diferentes como um aglomerado. É o princípio da união na diferença, seja nas diferenças internas dos bairros ou nas diferenças entre eles. Aglomerado de Bairros Populares é um conceito proposto nessa pesquisa, fundado na concepção de unidade na diferença do bairro popular. Estes bairros podem formar um Aglomerado, baseado em história comum, contiguidade física, centros comerciais, de lazer, rotas de mobilidade comuns, que forjam comunicações menos intensas que o bairro e mais intensas do que a Cidade. (Dias, 2017, p. 120).

Historicamente, o IBGE utilizou a denominação “Aglomerados Subnormais” desde 1991 para referir-se a assentamentos informais, termo que, embora técnico, carregava conotações pejorativas e não capturava plenamente a dinâmica social dessas comunidades. Reconhecendo a necessidade de uma terminologia mais representativa e menos estigmatizante, o IBGE (2022) adotou a nomenclatura “Favelas e Comunidades Urbanas”. Essa mudança busca valorizar a identidade e a organização próprias desses espaços, alinhando-se a uma perspectiva que busca reconhecer a função social da propriedade e o direito à moradia digna, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Assim, tanto o conceito de Dias quanto a nova terminologia do IBGE convergem para uma compreensão mais inclusiva e respeitosa das áreas urbanas populares, destacando suas especificidades e contribuindo para a formulação de políticas públicas mais adequadas às realidades locais.

Nesse sentido, ao entender o Nordeste de Amaralina como um aglomerado de bairros, é possível reconhecer não apenas as particularidades espaciais e estruturais da região, mas também a realidade de uma convivência marcada por batalhas individuais. Em um contexto de desigualdade urbana, cada morador parece enfrentar, por conta própria, os desafios impostos pelo território e pela vida cotidiana.

A imagem da localidade, frequentemente veiculada pela mídia, tem sido marcada por estigmas e narrativas que destacam a violência e a falta de infraestrutura. Conforme o jornal *A Tarde*, em matéria intitulada *A difícil rotina do Nordeste de Amaralina*, do início dos anos 1990, desde a década de 1980, o bairro passou a ser retratado como um território de insegurança e marginalidade¹⁶, frequentemente associado ao tráfico de drogas e à criminalidade. No entanto, essa imagem estigmatizada contrasta com a realidade de uma comunidade que, apesar de enfrentar enormes desafios, continua a lutar por cidadania, direitos e dignidade (*A Tarde*, 1992).

É comum, por exemplo, que veículos de notícias retratem o bairro como um “presépio de problemas”, conforme descrito pelo jornal *A Tarde* em 2004, na matéria intitulada *Nordeste de Amaralina pede socorro*. Tal conceito emerge devido à localização do bairro

¹⁶ Em 1992, o jornal *Tribuna da Bahia* estampou a manchete “Vizinho do Cão”, destacando a violência que afetava o bairro de Amaralina e sua relação com o Nordeste de Amaralina. Segundo a matéria, o Nordeste era considerado um dos bairros mais violentos de Salvador, com a atuação da chamada “gangue dos ninjas” — jovens que cobriam o rosto e atacavam suas vítimas com socos, pontapés e assaltos rápidos, gerando medo tanto entre moradores quanto entre turistas que frequentavam a região.

entre a Pituba e o Rio Vermelho, o que reforça a dicotomia entre o Nordeste e seus vizinhos, onde os padrões de vida são notavelmente mais altos. O estigma de violência associado ao Nordeste de Amaralina, consolidado nas décadas de 1970 e 1980, segue moldando a percepção pública sobre o bairro. Relatos de chacinas, homicídios e conflitos entre grupos rivais foram frequentes nas páginas dos jornais, reforçando a ideia de um território dominado pelo crime organizado, como ilustra o jornal *A Tarde* em 2005, na reportagem *Nordeste de Amaralina resgata a cidadania*.

A questão da segurança pública na localidade tem sido historicamente marcada por uma narrativa de violência e repressão. Como relatado pelo jornal *A Tarde* em 2010, na manchete *Operações policiais e os direitos dos moradores do Nordeste*, o bairro é frequentemente retratado pela mídia como um “território perigoso”, o que contribui para a criminalização de sua população e a constante presença de forças policiais na região (*A Tarde*, 2010).

Desde sua formação, o Nordeste de Amaralina enfrentou desafios decorrentes da ausência de planejamento urbano adequado e autoconstruções. De acordo com o jornal *A Tarde*, na manchete de 1996, *Infraestrutura precária no Nordeste desafia moradores*, o bairro sofre com a carência de serviços essenciais, como saneamento, transporte, saúde e educação, em um reflexo do processo histórico de abandono por parte do poder público (*A Tarde*, 1996).

Conforme apontado por dados oficiais disponibilizados pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), em 2018, a região possui uma população marcada por uma expressiva diversidade racial e uma predominância de afrodescendentes, com 49,13% de pardos e 34,35% de pretos, enquanto a população branca representa apenas 14,62%. Essa composição reforça o caráter afro-brasileiro do bairro, que mantém uma forte identidade cultural ligada às raízes negras. À luz dos dados apresentados pela FMLF (2018) quanto ao rendimento do responsável pelo domicílio particular, 36,6% têm renda de 0 a 1 SM, 35,8% entre 1 a 3 SM, 8,5% entre 3 a 5 SM, 5,6% entre 5 a 10 SM, 1,3% entre 10 a 20 SM, e apenas 0,5% com renda superior a 20 SM, enquanto 11,8% não possuem rendimento.

A faixa etária mais numerosa está entre 20 e 49 anos, abrangendo 52,25% da população, o que indica uma comunidade predominantemente jovem e economicamente ativa

(FMLF, 2018). A Fundação traz ainda que o índice de área verde por habitante é inferior a 0,50 m²/hab, totalizando 0,42 m²/hab e 0,29 m²/hab, respectivamente. Esses bairros estão localizados em uma região carente de infraestrutura e serviços públicos, com uma densidade demográfica de 378,31 hab/ha e uma população estimada próxima dos 80 mil habitantes. A ocupação intensa do bairro, caracterizada por vastas áreas edificadas sem cobertura vegetal significativa, contrasta com o índice de referência mínimo de 15 m² de áreas verdes por habitante recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU (FMLF, 2018).

Além das deficiências na infraestrutura básica citadas, a questão habitacional é um problema recorrente. Grande parte das moradias na região, conforme apontado pela mídia, foi construída de maneira irregular, sem alvarás e licenças, o que dificulta o acesso a melhorias urbanísticas e à regularização fundiária. Como discutido pelo jornal A Tarde, na matéria de 2001 intitulada *Ocupações irregulares aumentam a vulnerabilidade no Nordeste*, especialistas apontam que a falta de políticas habitacionais eficazes em Salvador, especialmente nas áreas periféricas, contribuiu para o surgimento de favelas e ocupações irregulares, aprofundando a exclusão social e a vulnerabilidade dos moradores (A Tarde, 2001).

Conforme os veículos de informação, o transporte público é outra questão crítica enfrentada pelos moradores do bairro. Embora o Nordeste de Amaralina esteja localizado próximo a áreas com melhor infraestrutura, como a Pituba e o Rio Vermelho, o acesso ao transporte público de qualidade permanece limitado. Em 2007, o jornal Correio destacou na manchete "*Transporte precário afeta o Nordeste de Amaralina*" que as linhas de ônibus que atendem o bairro frequentemente estão lotadas, com tempos de espera longos, dificultando o deslocamento dos residentes que trabalham em outras áreas da cidade (Correio, 2007).

Contudo, essa ênfase exclusiva na violência e nos pontos frágeis de infraestrutura obscurece a luta cotidiana dos moradores por melhorias nas condições de vida e a riqueza cultural do bairro. Em uma entrevista ao jornal A Tarde em 2007, na matéria *Moradores combatem a violência com solidariedade*, o então coordenador do Centro Social Urbano do Nordeste de Amaralina (CSU), Luís Roberto Ferreira, declarou: "O bairro ainda carrega o estigma da violência, que temos que quebrar e mostrar que somos pessoas do bem" (A Tarde, 2007).

Ainda de acordo com o veículo de informação, o Nordeste de Amaralina também se destaca por sua rica cultura afrodescendente, sendo berço de importantes mestres da capoeira, como Mestre Bimba, e abrigando diversos terreiros de candomblé (A Tarde, 2007). Conforme articula os dados oficiais da FMLF (2018), segundo estudos da Universidade da Bahia, a região já abrigou uma expressiva concentração de casas de candomblé, com um levantamento realizado em 2008 indicando a presença de 12 terreiros, evidenciando a importância e a resistência das práticas culturais afrodescendentes em meio a desafios sociais e urbanos (FMLF, 2018).

Quanto à educação, como aponta Santos (2018), existe uma oferta de escolas que, segundo dados disponíveis, em tese, atende à demanda, ao menos na perspectiva do quantitativo. Conforme a autora,

A região conta com quatro estabelecimentos de ensino públicos, que estão localizados no Beco da Cultura, uma rua que está localizada logo após a rua Pará, na Pituba, fundada em 1996, com um complexo educacional para atender a demanda local. Lá estão: Escola Municipal Zulmira Torres, que atende ao Ensino Fundamental I; a Escola Polivalente de Amaralina, com Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e aula de artes no turno vespertino e o Colégio Estadual Carlos Santana, que foi transformado no CEEP, centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Tecnologia da Informação, que corresponde a uma nova investida da educação pública estadual, que tem incentivado a formação técnica para o mundo do trabalho (Santos, 2018, p. 122).

Ainda assim, como apontado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) em 2018, a taxa de analfabetismo ainda é significativa: 3,64% das pessoas acima de 15 anos não são alfabetizadas, sendo que essa taxa é ligeiramente maior entre as mulheres (4,42%) do que entre os homens (2,87%). Esses dados ressaltam tanto a riqueza cultural quanto os desafios sociais enfrentados pela população do Nordeste de Amaralina, que, apesar de sua força demográfica e diversidade, ainda lida com questões estruturais relacionadas à educação e inclusão social (FMLF, 2018).

Ainda conforme a FMLF (2018), o bairro Nordeste de Amaralina conta com o apoio do Centro Social Urbano (CSU), uma entidade governamental vinculada à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES). O CSU promove uma série de atividades voltadas para crianças, jovens, adultos e idosos, com um foco em ações educativas e culturais que visam a inclusão, valorização e inserção social da comunidade. Essas iniciativas incluem

ações esportivas e cursos profissionalizantes, buscando oferecer oportunidades e fortalecer o engajamento social da população local (FMLF, 2018).

Ao longo das décadas, as lideranças comunitárias do Nordeste de Amaralina, como a União de Moradores e Amigos do Nordeste de Amaralina (UMANA) e o próprio CSU, destacaram-se como agentes centrais nas lutas por dignidade e cidadania. De acordo com o jornal A Tarde, na manchete de 2006 *Associações de Moradores mobilizam o Nordeste*, essas associações desempenharam papéis fundamentais ao organizar protestos, audiências públicas e diálogos com o poder público, buscando assegurar que as demandas e necessidades da comunidade fossem consideradas nos processos decisórios (A Tarde, 2006).

Em parceria com o CSU, como expõe os dados trazidos em relatório pela FMLF (2018), a Base Comunitária de Segurança da 40ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) também desenvolve diversas ações na área da saúde, educação, cultura e lazer, priorizando o atendimento aos jovens e crianças, especialmente devido ao contexto de risco elevado na região. Sendo assim, o documento trata que, em resposta a essa situação, foi implementado o Programa Viva o Nordeste, que entre 2004 e 2005 buscou integrar os bairros da Região Nordeste de Amaralina com outras áreas da cidade, por meio de ações articuladas entre os governos estadual, municipal e federal, além de ONGs (FMLF, 2018). Ainda de acordo com o documento disponibilizado pela Fundação,

Infelizmente, esse programa não teve continuidade e as ações hoje implementadas são insuficientes para alcançar bons resultados. Segundo a Base Comunitária o problema ainda permanece, sendo necessário investir mais em políticas públicas para sanar tais problemas que afetam não só o Nordeste de Amaralina, mas alcançam os bairros vizinhos e toda a cidade (FMLF, 2018, p. 12).

O Movimento Popular do Nordeste é um exemplo emblemático de como a cultura local se entrelaça com a mobilização social. Desde a década de 1990, o movimento organiza manifestações culturais que incluem rodas de capoeira, oficinas de artesanato e festivais de música, criando um espaço de resistência cultural e social. Como relatado pelo jornal A Tarde em 2009, na manchete *Capoeira e cultura popular fortalecem o Nordeste de Amaralina*, a capoeira emerge como símbolo dessa resistência, com muitas rodas tradicionais do bairro remontando aos tempos de Mestre Bimba e outras figuras de destaque no cenário cultural afro-brasileiro. Por meio dessas manifestações, o movimento busca reverter a imagem

estigmatizada do bairro e reafirmar sua importância no cenário cultural de Salvador (A Tarde, 2009).

Além das mobilizações locais, o Nordeste de Amaralina conecta-se a redes mais amplas de movimentos sociais. Conforme noticiado pelo jornal Correio em 2010, na manchete *Periferias conectadas em Salvador*, o bairro integra a Rede de Movimentos Sociais de Salvador, que articula ações e pautas em toda a cidade, buscando fortalecer a voz das periferias em nível municipal e estadual (Correio, 2010). Essa articulação demonstra a capacidade dos moradores de transcenderem as fronteiras geográficas de seus bairros, ampliando suas lutas para além de suas comunidades imediatas.

No contexto do aglomerado de bairros em questão, os sites também desempenham um papel crucial na promoção das práticas culturais locais, produzindo conteúdos que refletem a realidade cotidiana e buscam valorizar aspectos positivos frequentemente ignorados pela grande mídia. Entre os principais veículos de comunicação local, destaca-se o site NordesteuSou, com grande alcance nas redes sociais, incluindo uma página no Facebook com mais de 30 mil seguidores. A descrição do site, disponível em sua página oficial, apresenta sua proposta:

“Com o intuito de desmistificar esse paradigma, o portal NordesteuSou, criado no dia 6 de agosto de 2011, consiste em unir ações de esporte, lazer, entretenimento e notícias culturais, com um modelo de Web Site diferenciado, priorizando o RESPEITO e o que tem de melhor na nossa comunidade” (NordesteuSou, 2011).

Por meio do NordesteuSou, diversas manifestações e eventos culturais da região ganham visibilidade, como o carnaval do bairro Nordeste de Amaralina, que já integra a programação oficial do carnaval de Salvador sob o nome Circuito Mestre Bimba. O site e suas redes sociais oferecem uma ampla cobertura do evento, incluindo divulgação de horários, atrações e notícias relevantes sobre o circuito. Também orienta os moradores e visitantes sobre como aproveitar o carnaval local, indo na contramão da cobertura midiática tradicional, que prioriza os grandes circuitos e raramente destaca os espaços culturais populares.

Figura 5 – Carnaval no Nordeste de Amaralina – Circuito Mestre Bimba



(Fonte: NORDESTeuSOU, Instagram. 12 fev. 2024¹⁷)

Vale lembrar que o carnaval não é novidade para o Nordeste de Amaralina. Já na década de 1960, o bairro foi palco do nascimento da escola de samba Diplomatas de Amaralina, um marco importante na história do carnaval de Salvador. Durante os anos de 1963 a 1972, conforme pontua o jornal A Tarde (2012), as escolas de samba tiveram um papel de destaque nos carnavais locais, muitas vezes superando os trios elétricos em visibilidade e atração do público, com disputas tão acirradas quanto as de um campeonato de futebol.

A partir da análise dos recortes jornalísticos, percebe-se que o Nordeste de Amaralina é muito mais do que grande parte das manchetes sugerem. Com uma história rica e complexa, a região permanece como um espaço de resistência e luta, onde os moradores se mobilizam

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3QOBBxOZgw/?igsh=MTQ5ajlmZHGyMmVwdw==>

para desafiar os estigmas e reivindicar seu direito à cidade. Como ressaltado pelo jornal A Tarde em 1992, na manchete *A difícil rotina do Nordeste de Amaralina*, o então presidente da União e Defesa dos Moradores do Nordeste de Amaralina, Sérgio Nery Alvim, declarou: “não somos apenas estatísticas de violência; somos uma comunidade forte e lutadora”, enfatizando o orgulho e a resiliência dos habitantes do bairro em meio a desafios recorrentes. Esse esforço contínuo da comunidade para se organizar e resistir ao descaso do poder público é um exemplo vivo de como a mobilização popular pode influenciar e transformar o cenário urbano, ainda que os avanços sejam lentos (A Tarde, 1992).

Ao longo dos anos, pequenas vitórias foram conquistadas no Nordeste de Amaralina, como a pavimentação de ruas e a construção de postos de saúde, frutos do esforço coletivo e da resistência comunitária. Em 2012, o jornal A Tarde destacou, na manchete *Resistência comunitária e pequenas conquistas no Nordeste*, que, apesar dessas melhorias, o caminho para a inclusão urbana permanece longo, com a luta por infraestrutura adequada sendo um dos maiores desafios enfrentados pelos moradores. Essas conquistas, embora significativas, também revelam uma realidade inquietante: o papel secundário do Estado na transformação da região. As melhorias alcançadas não resultam de uma política pública ampla e consistente, mas sim de “respostas pontuais à pressão organizada dos moradores” (A Tarde, 2012). A pavimentação de algumas ruas e a ampliação de unidades de saúde, apesar de relevantes, não refletem um compromisso governamental contínuo com o desenvolvimento da região. Ao contrário, reforçam a ideia de que as demandas da comunidade são atendidas de forma reativa, perpetuando um ciclo de preterimento histórico que obriga a população a assumir responsabilidades que deveriam ser prioritárias para o poder público.

O impacto dessas iniciativas tomadas pela população é evidente na qualidade de vida do bairro. De acordo com outra reportagem de A Tarde em 2015, com a manchete *Moradores comemoram conquistas no Nordeste*, os esforços da comunidade resultaram em melhorias como a construção de praças, a ampliação de unidades de saúde e a implementação de programas culturais para jovens. Ainda conforme a matéria, essas conquistas são frutos diretos da mobilização popular e da capacidade da comunidade de se unir em torno de pautas comuns, demonstrando que a participação ativa da população é essencial para a construção de uma cidade mais inclusiva e democrática (A Tarde, 2015).

Para muitos especialistas e movimentos de direitos humanos, conforme relatado pelo jornal *Correio* em 2018, na matéria *Arte e cidadania: a fórmula do Nordeste para a paz*, a solução para a segurança pública no Nordeste de Amaralina vai muito além da repressão ao crime, exigindo uma abordagem mais abrangente, com investimentos em educação, cultura e infraestrutura. Projetos como Arte e Cidadania no Nordeste exemplificam esse caminho, ao utilizar a arte e a cultura como ferramentas de inclusão social e redução da violência. Segundo o jornal, essas iniciativas mostram que a paz e a segurança no bairro estão diretamente relacionadas ao fortalecimento comunitário e ao respeito pelos direitos dos moradores (Correio, 2018).

No entanto, embora tais projetos demonstrem o potencial transformador da valorização da cultura local e do empoderamento social, eles também evidenciam a ausência de ações governamentais estruturadas. A responsabilidade pela transformação da região recai frequentemente sobre a própria comunidade, que, por meio de sua organização, precisa preencher lacunas deixadas pelo Estado. Esse cenário perpetua um ciclo de exclusão e negligência institucional, limitando o alcance das iniciativas e colocando um peso desproporcional sobre os moradores para superar desafios que deveriam ser prioritariamente enfrentados pelo poder público.

3.3 EXCLUSIVIDADE E PRESTÍGIO À BEIRA-MAR: DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE NA PITUBA

A história da Pituba, assim como dos bairros anteriormente abordados, confunde-se com o próprio processo de expansão urbana de Salvador, transformando-se, ao longo dos anos, de um bairro de veraneio a um centro residencial e comercial de grande relevância para a cidade. Conforme destaca o jornal *A Tarde* em sua matéria de 1987 intitulada *A História da Fazenda que virou bairro*, as origens da Pituba remontam ao século XVIII, período em que a região fazia parte da Fazenda Pituba, propriedade de Manoel da Cunha Menezes. Originalmente, essa área era destinada à criação de gado e cultivo de cana-de-açúcar, permanecendo relativamente isolada até os primeiros projetos de urbanização no início do século XX (A Tarde, 1987).

Ainda segundo a reportagem, o nome Pituba, que significa “Sopro Forte” em tupi, faz referência ao “pequeno ribeiro que ali deságua”. A partir dessa época, a área começou a sofrer transformações urbanas significativas, acompanhando o ritmo de expansão da cidade e se consolidando, ao longo dos anos, como um bairro planejado, dotado de infraestrutura urbana e inserido no contexto metropolitano (A Tarde, 1987).

Conforme aponta o jornal Correio na reportagem de 1974 intitulada *Pituba: o novo polo de Salvador*, a partir de 1917, com o trabalho do engenheiro Teodoro Sampaio, a Pituba começou a ser delineada como um bairro planejado. O projeto inicial, denominado *Cidade Luz*, tinha como objetivo transformar a região em uma área residencial planejada, com ruas largas e infraestrutura adequada para atrair uma população de classe média.

Posteriormente à aprovação do projeto, Andrade (2005) aborda que houve uma tentativa de viabilização e integração urbana da Pituba, com foco na construção ou reforma de grandes equipamentos, como a Igreja Nossa Senhora da Luz, em 1954, o Colégio Militar de Salvador, em 1961, e o Clube Português, em 1964. A pavimentação da via Itapoã/Amaralina, em 1950, e da Avenida Paulo VI ajudou a minimizar os obstáculos de circulação, possibilitando a desejada integração da área ao espaço urbano de Salvador (Andrade, 2005).

Figura 6 – Clube Português da Bahia, na Pituba – por volta dos anos 1980



(Fonte: site Gurgel Clube. 21 abr. 2011¹⁸)

Segundo relatório da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) de 2018, o trecho delimitado pela Fazenda Pituba foi adquirido por Joventino Pereira da Silva e seu cunhado Manoel Dias da Silva em 1914, iniciando o parcelamento da área em 1919. Com a criação dos loteamentos Cidade Balneário Amaralina, Cidade da Luz e Ubaranas em 1932, a região começou a atrair a elite baiana, que passou a utilizá-la como área de residência de veraneio. A partir desse período, a colônia de pescadores e a população mais pobre iniciaram a ocupação dos terrenos marginais, especialmente nas colinas e encostas, dando origem a núcleos residenciais informais que se multiplicaram sem o controle ou fiscalização dos entes públicos (Correio, 1974; FMLF, 2018).

¹⁸ Disponível em: https://www.gurgelclube.com.br/GurgelAVista/?attachment_id=2589

Foi nas décadas de 1960 e 1970 que a Pituba passou por um processo concreto de urbanização, consolidando-se como uma alternativa para a elite soteropolitana, que buscava uma área moderna e estruturada, distante do centro histórico de Salvador, então em processo de degradação, conforme apontado pelo jornal Correio na reportagem de 1974 (Correio, 1974). Segundo o documento elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) em 2018, na década de 1960, diversos melhoramentos foram promovidos nas principais vias de acesso à Pituba, viabilizando a efetiva ocupação do bairro. Outro fator relevante neste processo foi a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), que impulsionou a indústria da construção civil e, em particular, o segmento imobiliário, permitindo a construção de edificações residenciais horizontais e, posteriormente, de conjuntos verticais e edificações isoladas na região.

Andrade (2005) reforça sobre a urbanização do bairro ao articular que

[...] se no início do século XX, a Pituba se constituía numa área periférica ao núcleo urbano de Salvador, a partir do final da década de 1960, diante de uma apregoada modernização, houve estímulo à dinamização urbana para inserir a capital baiana na nova realidade industrial, ainda que periférica no contexto nacional e mundial, que passava a acontecer. Assim, dando vazão às novas necessidades comerciais, bem como aos anseios do mercado imobiliário, a cidade passou por um momento de intensificação nos processos de descentralização do antigo núcleo terciário – Comércio e bairros históricos da cidade alta – e centralização na nova *core area* do Vale do Camaragibe, em verdade nos eixos que contornam o recorte espacial aqui proposto (Andrade, 2005, p. 18).

Com base com os documentos oficiais e recortes de notícias veiculadas à localidade, é possível perceber que a urbanização da Pituba ocorreu em um contexto de crescente desigualdade socioespacial, com uma infraestrutura urbana de qualidade que atraiu um perfil de moradores contrastante em relação à população dos bairros periféricos ao redor, como, por exemplo, o Nordeste de Amaralina (A Tarde, 2009).

Segundo o jornal A Tarde em sua matéria de 2009 intitulada *Pituba: um bairro que cresce ao lado da desigualdade*, esse processo de transformação intensificou-se nas décadas de 1970 e 1980, quando o bairro passou a se consolidar como uma área de classe média e alta, caracterizada por condomínios de luxo, centros comerciais, escolas particulares e clínicas de saúde. Na matéria de 2004 do A Tarde intitulada *A Nova Cara da Pituba*, essa disparidade foi impulsionada pela comercialização acelerada da região. Durante esse período, equipamentos urbanos de grande porte, como o Shopping Iguatemi (atualmente Shopping da

Bahia), inaugurado em 1975, rapidamente se estabeleceram como importantes centros de consumo em Salvador. Pouco tempo depois, em 1977, o Shopping Itaigara foi inaugurado, consolidando-se também como um polo comercial relevante. A proximidade entre esses centros atraiu um fluxo constante de consumidores e investidores, fomentando o crescimento de restaurantes, lojas de varejo e clínicas médicas no bairro.

Figura 7 – Avenida Paulo VI – por volta dos anos 1980



(Fonte: Blog A Bahia e seus Encantos¹⁹)

Este processo na Pituba também é reforçado por Andrade (2005) ao argumentar

que o seu planejamento, ainda como Cidade Luz (SAMPAIO, 1919) vislumbrava uma ocupação de alta renda que não encontrava naquele momento inicial (declínio da agricultura, excedente de ex-escravos e débil

¹⁹ Disponível em: <https://abahiaeseusencantos.blogspot.com/p/fotos-antigas-de-salvador-ba.html>

industrialização) uma demanda solvável. Esta ocupação viria a se concretizar com os petroleiros e industriários que, com alto poder aquisitivo para o padrão local, buscavam, não obstante a distância do local de trabalho, um bairro aprazível e com estrutura interna que disponibilizasse equipamentos de lazer, instrução, compras, etc. (Andrade, 2005, p. 51).

Conforme apontado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), em 2018, a Pituba destaca-se por ser bem estruturada com uma população de 65.160,00 habitantes onde 43,68% são pessoas do sexo masculino e 56,32% do sexo feminino, com densidade demográfica de 147,17hab./ha, enquanto Amaralina possui 4.125 habitantes sendo 43,05% do sexo masculino e 56,95% do sexo feminino. A sua densidade demográfica é de 86,02hab./ha.

Ainda de acordo com o levantamento apresentado pela FMLF (2018), a distribuição da população por cor/raça mostra que 55,50% são brancos, 36,75% são pardos, 6,38% são pretos, 1,09% são amarelos e 0,26% são indígenas. Em relação à faixa etária, a população está distribuída da seguinte forma: 4,00% têm entre 0 e 4 anos, 3,81% têm entre 5 e 9 anos, 4,49% têm entre 10 e 14 anos, 6,55% têm entre 15 e 19 anos, 51,21% estão na faixa de 20 a 49 anos, 18,11% têm entre 50 e 64 anos, e 11,40% têm 65 anos ou mais. Quanto ao nível de instrução, observa-se que 0,66% da população acima de 15 anos não é alfabetizada. Dentre os homens acima de 15 anos, 0,46% são não alfabetizados, enquanto entre as mulheres essa taxa é de 0,81% (FMLF, 2018).

Quanto ao rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente na Pituba, ainda como apontado pela FMLF (2018), 4,1% possuem renda de 0 a 1 salário mínimo (SM), 11,1% entre 1 a 3 SM, 12,8% entre 3 a 5 SM, 29,0% entre 5 a 10 SM, 23,6% entre 10 a 20 SM, e 10,7% possuem renda superior a 20 SM, enquanto 8,7% não têm rendimento.

No destaque do jornal Correio, na matéria de 2004 intitulada *Manoel Dias é uma avenida modelo*, a Pituba foi escolhida para sediar importantes centros empresariais e financeiros, atraindo uma ampla gama de prestadores de serviços. Neste segmento, a Avenida Manoel Dias da Silva, um dos principais eixos viários do bairro, tornou-se um corredor comercial essencial, abrigando desde pequenas lojas até grandes redes varejistas. A avenida passou por várias reformas e requalificações ao longo dos anos, transformando-se em um modelo de desenvolvimento urbano que combina acessibilidade e diversidade comercial (Correio, 2004).

A construção do Salvador Shopping, inaugurado em 2007, marcou uma nova fase na transformação na região. Como aponta o A Tarde na matéria de 2009 intitulada *Salvador Shopping: um marco comercial*, com mais de 300 lojas e uma infraestrutura moderna, o shopping rapidamente se tornou um ponto de referência não só para o bairro, mas para toda a cidade, atraindo visitantes de diversos bairros e até de cidades vizinhas.

Esse tipo de equipamento urbano, como articulado na matéria, exerce um impacto significativo no cotidiano local, trazendo uma nova centralidade comercial e um fluxo contínuo de consumidores que movimentam a economia da região. Além disso, o Salvador Shopping impulsionou a criação de novos condomínios de alto padrão nas proximidades, ampliando o processo de valorização imobiliária na Pituba (A Tarde, 2009). A matéria publicada também pelo A Tarde, de título *Emergente é o público do alto luxo*, do ano de 2003, corrobora esta constatação quando afirma que “impulsionado pelo segmento que “pode” hoje na Bahia, setor imobiliário constroi prédios bonitos, sofisticados e caros”, ainda que “os prédios de alto luxo ocupam os lugares mais privilegiados – nos bairros da Vitória, Campo Grande, Horto Florestal, Itaigara e Pituba. Construções com, no máximo, dois apartamentos por andar e opções de planta” (A Tarde, 2003).

Um impacto notável dos grandes equipamentos urbanos na Pituba é a reconfiguração do espaço público e o fluxo de pessoas. Como noticiado na matéria de 2010 intitulada *Trânsito congestionado e falta de vagas: os desafios da Pituba*, pelo jornal A Tarde, embora o desenvolvimento comercial tenha trazido benefícios econômicos evidentes, ele também resultou em uma sobrecarga na infraestrutura urbana, incluindo o aumento do tráfego e a escassez de vagas de estacionamento, especialmente ao longo das principais avenidas do bairro, como a Avenida Paulo VI e a própria Manoel Dias da Silva. Além disso, a expansão comercial contribuiu para a redução de áreas de convivência e lazer ao ar livre, uma queixa frequente entre os moradores que observam a crescente “verticalização” do bairro (A Tarde, 2010).

Como apontado pelo jornal A Tarde, em 2024, na matéria *Festas na orla atlântica encerram ciclo de verão*, foi exatamente este processo que contribuiu para o enfraquecimento de laços comunitários e o apagamento de práticas culturais locais. Um exemplo emblemático dessa perda cultural é o esvaziamento e posterior extinção da Lavagem da Pituba, uma tradicional festa popular que ocorria no bairro. Na edição do jornal, ao articular as notícias

datadas da década de 1980, é exposto que essa celebração fazia parte do calendário festivo de Salvador, encerrando o ciclo do verão e reunindo moradores e visitantes em uma manifestação de fé, cultura e convivência comunitária. Contudo, a festa não resistiu às transformações urbanas e às mudanças no perfil demográfico da região, marcadas pela diminuição de espaços destinados ao convívio público (A Tarde, 1987; A Tarde, 2024).

Figura 8 – Festa de Nossa Senhora da Luz – por volta dos anos 1960



(Fonte: site A Tarde, 03 fev. 2024²⁰)

Segundo reportagem publicada, com origem em 1918, a Lavagem da Pituba acontecia em decorrência da festa de Nossa Senhora da Luz, celebrada no 2 de fevereiro, e resistia apesar de ofuscada pela celebração de Iemanjá no Rio Vermelho. Houveram tentativas de transferir o evento para o Jardim dos Namorados e a mudança das barracas contribuíram para o esvaziamento da festa, culminando na sua extinção definitiva. Conforme o A Tarde relata, a

²⁰ Disponível em:

<https://atarde.com.br/colunistas/atardememoria/festas-na-orla-atlantica-encerram-ciclo-de-verao-1257580>

tentativa de retomada em 1996 não obteve sucesso, deixando as celebrações restritas aos rituais religiosos (A Tarde, 1996; A Tarde, 2024). Essa perda traz em vista os desafios de preservação da memória cultural em bairros como a Pituba, que têm sua história marcada pela tensão entre modernização urbana e a valorização de seu patrimônio imaterial (A Tarde, 2024).

Ainda assim, é possível dizer que o cartão de exposição à cultura no bairro é bem articulado, inclusive, nos documentos oficiais da FMLF (2018), ao evidenciar que a Pituba conta com dois teatros, um localizado na Avenida Manoel Dias da Silva, o Teatro Jorge Amado, e outro na Avenida Professor Magalhães Neto, o Teatro Módulo. De acordo com o relatório, pequenas praças também compõem a paisagem local e são utilizadas pelos moradores, embora careçam de áreas sombreadas, o que prejudica uma acolhida mais confortável para o lazer. O exposto vai além ao mencionar que

O comércio destes bairros principalmente o da Pituba conta com lojas de confecções, material de construção, farmácias, mercadinhos, padarias, supermercados, pequenos shoppings, bares, restaurantes, lanchonetes e uma extensa rede bancária. O bairro possui uma rede hoteleira, com hotéis de porte médio e algumas pousadas ao longo do trecho da poligonal. Quanto à área da saúde, encontramos clínicas particulares; um hospital geral - Hospital da Bahia, com emergência, clínicas particulares, ambulatório e hospitalização (FMLF, 2018, p. 16).

Em meio a um cenário de intensa valorização imobiliária e expansão urbana, a história pesqueira da Pituba parece ter sido relegada a um segundo plano. Pouco se encontra registrado sobre a importância da colônia de pescadores na região, um espaço que, segundo dados da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, 2018), sempre foi considerado provisório. Essa condição temporária gerou uma expectativa de construção de um equipamento definitivo, algo que nunca se concretizou. Em 2017, as fortes chuvas agravaram ainda mais a situação, danificando parte da estrutura já precária e contribuindo para a degradação do espaço físico (FMLF, 2018).

A falta de infraestrutura adequada, como apontado, dificulta a geração de renda para uma classe de trabalhadores que está na raiz da ocupação do bairro e da cultura local. Esses profissionais, que atuam na base econômica de bairros como a Pituba e Amaralina, enfrentam dificuldades cotidianas devido às condições inadequadas de seus espaços de trabalho. Embora a colônia de pescadores no Jardim dos Namorados tenha uma condição ligeiramente melhor, as instalações também mostram sinais de desgaste pelo tempo, refletindo a negligência em

relação a esses espaços tradicionais que carregam parte da identidade histórica e cultural da região (FMLF, 2018).

A Praça Nossa Senhora da Luz, por exemplo, apesar de ser apontada pelo Correio (2014) como um importante espaço de convivência e cultura, em *A Praça como espaço de cultura e convivência na Pituba*, abrigando eventos comunitários e feiras de artesanato, sofre com a precariedade na sua manutenção, como destacado pela própria prefeitura da cidade (FMLF, 2018). Embora a Capela da Nossa Senhora da Luz seja reconhecida como símbolo de resistência histórica, conforme o A Tarde (2012), na matéria *Capela da Luz: resistência e preservação no coração da Pituba*, e a praça ainda seja utilizada como referência cultural, a narrativa oficial evidencia que o planejamento urbano negligenciou a preservação e valorização efetiva desses espaços (FMLF, 2018).

Neste cenário de contradições, é notável que, embora a Pituba tenha se tornado uma localidade comercial e residencial de prestígio, certos espaços, que outrora foram símbolos vibrantes de cultura e convivência, tornaram-se quase invisíveis no cotidiano do bairro. Hoje, eles sobrevivem mais como registros na memória dos que viveram tempos passados do que como referências ativas de identidade coletiva. Tal panorama reflete uma perda gradual de relevância histórico-cultural, agravada pela verticalização e pelo planejamento urbano que priorizou o crescimento econômico em detrimento das raízes locais. Embora a Pituba seja frequentemente reconhecida como uma área nobre da cidade, essa formação planejada resultou em um esvaziamento cultural significativo. O processo de elitização apagou vestígios do “popular”, consolidando a imagem do bairro como um enclave exclusivo, onde as tradições e expressões locais foram substituídas por um ambiente homogêneo que valoriza a sofisticação em detrimento da diversidade cultural.

A partir do estudo realizado neste capítulo, percebe-se que a degradação das áreas urbanas parece ser um *modus operandi* recorrente dos poderes públicos, que frequentemente negligenciam a preservação do patrimônio cultural e a valorização das comunidades locais. A situação da Pituba se assemelha às tradições de Amaralina, que também sucumbiram ao tempo. Amaralina, a propósito, região que um dia inspirou canções de grandes artistas como Raul Seixas, Caetano Veloso e Carlinhos Brown, agora é marcada por casarões abandonados e pela ausência de seu brilho cultural, tornando-se um fantasma de sua própria história.

Esse abandono se revela não apenas no aspecto material, mas também no simbólico, evidenciando a falta de atenção à valorização do patrimônio imaterial. Em contraste, o Nordeste de Amaralina se destaca como um exemplo de resistência. Apesar do descaso e da falta de prioridades do poder público, a organização comunitária permite que o bairro mantenha suas tradições e enfrente desafios de maneira um pouco mais articulada. Contudo, percebe-se ainda não ser o suficiente. A história dessas localidades expõe a fragilidade de um planejamento urbano que, ao buscar modernização, parece esquecer as raízes que sustentam a verdadeira alma das comunidades.

CAPÍTULO IV.

O PROJETO NOVA ORLA SALVADOR NO TRECHO AMARALINA-PITUBA

Este capítulo intitulado “*O Projeto Nova Orla Salvador no Trecho Amaralina–Pituba*”, busca apresentar uma análise sobre as transformações urbanas promovidas na capital baiana, com foco no trecho que conecta os bairros de Amaralina e Pituba. Ao longo do texto, são discutidas as origens históricas e as dinâmicas econômicas e sociais que moldaram Salvador, destacando o papel estratégico da cidade desde a época colonial até a modernidade. A partir dessa contextualização, o capítulo visa explorar as intervenções propostas pelo Projeto Nova Orla Salvador, uma iniciativa voltada à revitalização urbana que é divulgado como uma proposta de democratização do acesso aos espaços costeiros. Analisando dados técnicos, orçamentários e demandas locais, o texto se propõe a discutir os desafios e impactos do projeto, incluindo a reconfiguração estética e funcional da região e os debates sobre participação social. Assim, a discussão transcende a infraestrutura, refletindo criticamente sobre as desigualdades socioespaciais e as possibilidades de integração comunitária.

Fundada em 1549, Salvador desempenhou um papel estratégico no Brasil, inicialmente como capital do período colonial. Estrategicamente posicionada, conforme aponta Guida Marques (2016), a cidade não tardou a ser chamada de “cabeça do Estado do Brasil”, um título que lhe conferia um papel político fundamental no sistema colonial português. Frei Vicente do Salvador, religioso franciscano nascido em Matuim, umas seis léguas ao norte da cidade da Bahia, ainda no início do século XVII, recorria à metáfora do “coração no meio do corpo” para descrever a cidade. Para ele, Salvador detinha posição privilegiada, e servia de suporte para as demais capitânicas, tornando-se o elo que centralizava a administração, a defesa e a governança sobre o vasto território colonial, conectando as demais capitânicas.

Diz-se, e tem-se escrito muitas vezes, que Salvador nasceu capital, lembrando que Tomé de Sousa tinha por missão de erguer “uma cidade que fosse como coração no meio do corpo, donde todas [as capitânicas] se socorressem e fossem governadas”. Na verdade, o regimento do primeiro governador determinava que fossem construídas “uma fortaleza e uma povoação grande e

forte, em local conveniente, para a partir dali ajudar os outros povoamentos e administrar justiça”. A metáfora do “coração”, usada por Frei Vicente do Salvador, já no princípio do século XVII, vinha assim realçar a especificidade jurídica e administrativa da cidade de Salvador, enquanto sede das instituições régias. E a sua criação, conjuntamente com o governo-geral, conferia-lhe, de facto, um papel diferenciado. No entanto, é sobretudo como “cabeça” que aparece referida ao longo do século XVII, tornando-se então claramente a “cabeça do Estado do Brasil”. Tais imagens são usuais, e a linguagem política desse período testemunha amplamente a influência da metáfora corporal. Entretanto, se as imagens de “coração” e de “cabeça” remetem uma e outra para funções essenciais do corpo político, a primeira sugere mais a ideia de circulação, enquanto a segunda reenvia precisamente para a de hierarquia (Marques, 2016, p. 17-18).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, como aponta Sousa (2016), Salvador consolidou sua importância não apenas como sede de poder, mas também como um empório comercial atlântico. A cidade tornou-se um dos principais pontos de articulação entre a Europa, a África e as Américas, abrigando uma complexa rede de circulação de mercadorias e pessoas (Sousa, 2016). De acordo com a autora,

[...] o comércio entre Salvador e as Ilhas dos Açores e Madeira era bem expressivo e consistia na “importação de vinho, aguardente, louça inglesa de pó de pedra, algum pano de linho curado, linhas e pouca carne de porco” e na “exportação de açúcar e aguardente de cana”. Ao tempo em que, de Salvador, se exportavam mercadorias como o açúcar, o tabaco, couro, a aguardente, o melado, o algodão, o arroz, o cacau, o café, a madeira e o azeite de baleia, de Portugal, importavam-se gêneros manufaturados, como tecidos, louças, ferragens, pólvora, chumbo, alcatrão, farinha de trigo, vinho, vinagre e azeite de oliva; da Índia, tecidos e especiarias e, da África, escravos e cera (Sousa, 2016, p. 103).

Marques (2016) articula que, em sua configuração urbana, Salvador expressava sua hierarquia e suas dinâmicas sociais de forma quase física. A Cidade Alta, ocupada pelas instituições régias e religiosas, sobrepujava simbolicamente a Cidade Baixa, onde se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais. Essa disposição espacial, à luz do proposto pela autora, reforçava o poder das instituições, controlando e administrando os fluxos comerciais que ocorriam no porto, e, ao mesmo tempo, organizava os símbolos de poder, subjugando o comércio aos olhos da hierarquia civil e religiosa. Tal divisão espacial e simbólica fez de Salvador uma cidade única em sua representação política e econômica, articulando os valores de um império que se expandia ao longo do Atlântico e que utilizava o mar como via de circulação de riquezas e culturas (Marques, 2016).

Essa relação intrínseca entre a cidade e seu trecho marítimo revela a importância da orla para as dinâmicas urbanas de Salvador. Sousa (2016) aborda que a Baía de Todos os

Santos, de águas profundas e tranquilas, formava um dos mais seguros portos naturais da América, facilitando a ancoragem de frotas que por ali transitavam constantemente. Com o tempo, de acordo com Sousa (2016) o espaço costeiro da cidade não apenas permitiu a expansão do comércio e da circulação de pessoas, mas tornou-se essencial para a identidade soteropolitana, sendo descrito por viajantes e estudiosos como um labirinto natural e encantador, moldado para atender a necessidades tanto defensivas quanto mercantis.

Em linhas gerais, eram essas as características e dinâmica da política econômico-fiscal da cidade de Salvador, no século XVIII, que lhe conferiam primazia frente a outras vilas e cidades, colocando-a em posição central no interior do império. Esta posição estava pautada em uma hierarquia urbana assimétrica, marcada pelas diferenças que naturalmente definem o centro e suas periferias. Salvador era o principal nó de uma rede urbana que ia além da outra margem da Baía de Todos os Santos. Era o centro de lugares dispersos, de múltiplas territorialidades, de um sistema fluvial e marítimo que articulava zonas produtivas e de consumo, hinterlândias mercantis totalmente dependentes da sua condição de capitalidade (Sousa, 2016, p. 123).

Ao longo do tempo, a cidade consolidou-se como uma metrópole regional, servindo como elo entre o Brasil colonial e as influências externas. Esse papel de Salvador como “uma criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial antiga” (Santos, 1959, p. 192) persiste ao longo de sua história, refletindo-se em sua paisagem urbana que mescla traços tradicionais e modernos. Contudo, nas décadas de 1950 e 1960, a cidade iniciou um processo de transformação impulsionado pela chegada da industrialização e pelo fortalecimento de sua região metropolitana.

Conforme Pereira (2014), os planos de desenvolvimento urbano em Salvador, assim como em outras cidades brasileiras, sucederam-se promovendo discursos técnicos que justificaram a intervenção estatal para expandir o território urbano, resultando, contudo, em uma modernização excludente. Entre 1942 e 1947, o EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador) foi responsável por um dos primeiros planos, seguido, anos depois, pela fase do “desenvolvimento industrial”. Nesse contexto, o plano CIA/COPEC foi elaborado com o objetivo de preparar a expansão urbano-industrial da Região Metropolitana de Salvador. Nos anos 1970, em um momento de aceleração dos processos de urbanização e metropolização no Brasil, Salvador experimentou um novo ciclo de planejamento com o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB) e o Estudo do Uso do Solo e Transportes da Região Metropolitana de Salvador (EUST). Esse plano propunha áreas de proteção ambiental, “vetores de expansão” e

um sistema viário metropolitano, mas teve curta vigência, encerrando-se em 1979 (Pereira, 2014).

A cidade apresenta três vetores principais que moldam seu desenvolvimento urbano e contribuem para a segregação social: a orla marítima, o centro geográfico (posteriormente denominado como miolo) e o subúrbio, cada qual com dinâmicas específicas de ocupação e oferta de serviços. A orla, como observam Carvalho e Pereira (2014), é o vetor que atrai a maior parte dos investimentos públicos e privados, promovendo o desenvolvimento de áreas nobres com infraestrutura de qualidade. Essa região é descrita pelos autores como “local privilegiado quanto à moradia, serviços e lazer” (Carvalho e Pereira, 2014, p. 146), consolidando-se como área de alta valorização, predominantemente ocupada pelas classes socioeconômicas mais altas. Esse fenômeno atrai ainda mais investimentos em acessibilidade, favorecendo a centralidade e reforçando a exclusão das classes mais baixas para áreas periféricas.

O centro geográfico (miolo), é descrito por Dias Gomes e Couto Mello (2024) como uma área de ocupação mista, localizada entre regiões mais acessíveis e menos privilegiadas. Esse centro abriga conjuntos habitacionais e áreas de classe média baixa, ainda com carência de serviços. Embora a centralidade geográfica possibilite alguma integração, o investimento nessa região é reduzido, o que contribui para a permanência da segregação, pois essa área não atrai grandes projetos de infraestrutura (Dias Gomes e Couto Mello, 2024). Carvalho e Pereira (2014) complementam a compreensão social do eixo, apontando que o “miolo” começou a ser ocupado nos anos 1970, com a implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação para setores de rendimento médio. Essa ocupação, como apontado por Pereira (2014), foi “fortemente induzida pelo Estado” com a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), a partir de 1980, e a abertura da Avenida Paralela, que estimularam o surgimento de conjuntos habitacionais para a classe média. Essa expansão, embora tenha ampliado o acesso à moradia para alguns setores, manteve a lógica de segregação espacial e a exclusão de camadas mais vulneráveis (Pereira, 2014).

O terceiro vetor, de acordo com Carvalho e Pereira (2014), é o subúrbio – vetor impulsionado historicamente pela construção da linha férrea, em 1860, representando a região de menor integração. Ao abordar sobre o eixo, os autores articulam que o subúrbio se expande a partir do centro em direção norte, na orla da Baía de Todos os Santos, e se constitui a partir dos anos quarenta como um local de loteamentos populares ampliados nas décadas

sucessivas sem controle urbanístico, com suas áreas livres invadidas e ocupadas (Carvalho e Pereira, 2014). Outros autores, como Villaça (2017) e Costa (2007), enriquecem a percepção ao discutirem que esse vetor é representativo da exclusão social urbana, onde populações de baixa renda, majoritariamente negras, se encontram marginalizadas devido à distância física e à falta de infraestrutura. Carvalho e Pereira (2014) complementam, afirmando que essas áreas concentram uma população pobre e são marcadas pela precariedade habitacional, com a maioria das habitações auto produzidas pelos moradores, além da carência de infraestrutura, equipamentos, serviços, oportunidades de emprego e, mais recentemente, pelo aumento da violência.

Os processos construídos para a chegada da “cidade moderna”, segundo Carvalho e Pereira (2014), evidenciam que Salvador foi “planejada para a elite, concentrada na orla, enquanto as demais áreas, como o miolo e o subúrbio, permaneciam com infraestrutura limitada e desvalorização urbana” (Carvalho e Pereira, 2014, p. 149). Esse padrão de ocupação desigual também levou ao “esvaziamento do centro tradicional”, consolidando Salvador como uma cidade segmentada, onde áreas de alto padrão como Barra, Graça e Pituba se tornaram alvo de verticalização e substituição de imóveis por edificações de maior porte (Pereira, 2014).

Tudo isso tem se articulado a uma expansão crescente do denominado “empreendedorismo urbano”, que compreende a cidade principalmente como um sujeito ou ator econômico e considera como eixo central da questão urbana a busca de uma competitividade orientada para atrair os capitais que circulam no espaço sem fronteiras do mundo globalizado, de forma a ampliar os investimentos e a geração de empregos. E como seria de se esperar, mudanças dessa ordem têm contribuído para uma maior diferenciação do território, afetando a distribuição das oportunidades e ampliando a segregação, a fragmentação e as desigualdades urbanas, com um agravamento das condições de vulnerabilidade de uma ampla parcela da população (Carvalho e Pereira, 2014, p. 251-252).

4.1. NOVA ORLA SALVADOR: UM MAR DE MUDANÇAS OU SÓ MAIS UMA MARÉ?

Diante desse contexto de fragmentação e desigualdade socioespacial, o Projeto Nova Orla Salvador surge como uma iniciativa estratégica para requalificar e apresenta como discurso a democratização ao acesso à orla marítima. O projeto foi planejado como parte integrante do Plano Estratégico 2013-2016, com o objetivo de posicionar Salvador como uma

“metrópole cosmopolita” e atrativa para novos investimentos, turismo sustentável e qualidade de vida urbana.

O projeto é desenvolvido pela Prefeitura e coordenado pela Casa Civil, com apoio do Programa de Desenvolvimento de Atividades Turísticas (PRODETUR) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa não busca apenas revitalizar a infraestrutura urbana, mas também transformar a orla em um espaço de lazer e contemplação, promovendo um “sentido de pertencimento” entre os moradores (Relatório FMLF, 2014, p. 5). Conforme destacou na época o então chefe da Casa Civil, Albérico Mascarenhas, em entrevista concedida à rádio Metrópole em 2013, “a adoção de medidas bem traçadas e empreender todos os esforços para a execução das obras e ações” era essencial para que Salvador retomasse seu papel de destaque em nível regional, nacional e internacional.

A Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), em seu Relatório Anual de 2014, apontou que Salvador enfrentava graves problemas estruturais, como resultado de um longo período de falta de planejamento e investimentos insuficientes em infraestrutura e urbanização. Esse quadro de “indicadores adversos” refletia uma cidade com alta taxa de urbanização e uma população vulnerável, especialmente nas áreas costeiras, que careciam de áreas adequadas para o lazer e convívio social (Relatório FMLF, 2014). Nesse contexto, o Projeto Nova Orla Salvador foi concebido como uma resposta à necessidade de requalificar esses espaços urbanos, na tentativa de oferecer à população uma orla funcional, integrada e revitalizada.

O Plano Estratégico 2013-2016 detalha que a requalificação da orla atlântica e da Baía de Todos os Santos foi organizada em quinze trechos específicos, abrangendo 29,25 km de extensão, com intervenções planejadas para respeitar as características ambientais e sociais de cada localidade. O plano orienta que cada trecho da orla possua um tratamento particular, atendendo tanto às demandas da população local quanto às diretrizes de sustentabilidade e legalidade ambiental, visando revitalizar áreas que promovam o sentido de pertencimento e valorizem a identidade cultural de Salvador. Para Mascarenhas (2013), isso foi “fundamental para a construção de uma Salvador mais moderna e inclusiva”.

A partir da Barra, bairro que recebeu as primeiras intervenções, o projeto incluiu melhorias como ciclovias, calçadões e iluminação pública, estabelecendo um modelo de requalificação replicado em outros bairros. De acordo com o Diário Oficial do Município, citado pela FMLF (2017), o projeto propõe intervenções no trecho Amaralina–Pituba com

foco em acessibilidade universal, segurança e integração com a paisagem urbana, alinhando-se à intenção de construir uma cidade mais inclusiva e funcional.

O eixo Amaralina–Pituba representa uma das frentes de intervenção do Projeto Nova Orla Salvador, com autorizações emitidas em 31 de outubro de 2019. Neste dia, a Superintendência do Patrimônio da União na Bahia, em ofício do Ministério da Economia endereçado ao então prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, oficializou a autorização para as obras de requalificação urbanística nesse trecho da Orla Atlântica (FMLF, 2019).

O documento geral intitulado “Diagnóstico da Orla Amaralina-Pituba”, revisado em 26 de março de 2018, complementa o planejamento ao identificar os principais desafios da área. O material descreve que a região, inicialmente ocupada por atividades pesqueiras, transformou-se em uma área residencial com significativa presença de práticas culturais afro-brasileiras, mas enfrenta limitações estruturais. Entre as precariedades apontadas estão passeios e acessos degradados, problemas de drenagem e a carência de intervenções em áreas verdes e espaços públicos, incluindo a ausência de mobiliário urbano e elementos de segurança (FMLF, 2018).

Com base nas informações documentais disponibilizadas pela FMLF (2018), o projeto inclui demandas locais como a manutenção da praia, criação de sanitários públicos, organização dos ambulantes e criação de áreas para esporte e lazer. Essas propostas são descritas como alinhadas às características e necessidades da região, apontando para intervenções voltadas à reestruturação dos espaços e à potencial dinamização das atividades econômicas e turísticas locais (FMLF, 2018). Ainda de acordo com o documento geral do projeto no eixo estudado,

[...] esses esforços de requalificação pretendem, assim, transformar Amaralina e Pituba em ambientes seguros, acolhedores e culturalmente representativos, que respeitam e respondem às demandas dos seus habitantes e visitantes (FMLF, 2018, p. 17).

O projeto de requalificação da Orla Marítima de Salvador, especificamente no trecho de Amaralina à Pituba, abrange, segundo documentos oficiais, uma extensão de 3,8 km e uma área de intervenção de aproximadamente 185.000 m². Conforme indicado nesses registros, a proposta inclui uma série de intervenções urbanísticas e considera demandas identificadas em oficinas de participação popular. A seguir, algumas fotos da ilustração do Projeto Nova Orla de Salvador no Amaralina–Pituba:

Figura 9 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Avenida Amaralina



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Figura 10 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Largo das Baianas



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Figura 11 – Ilustração Projeto Nova Orla de Salvador em Amaralina – Praça do Budião



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

No memorial de apresentação do projeto no eixo Amaralina–Pituba, disponibilizado pela FMLF (2018), o trecho que inclui o Quartel de Amaralina e áreas adjacentes prevê melhorias como o Quiosque das Baianas, vagas para viaturas policiais, estacionamentos e paraciclos, que, segundo o documento, buscam contemplar aspectos relacionados à cultura, segurança e acessibilidade. Ainda de acordo com o memorial da FMLF (2018), foram consideradas demandas operacionais, como a organização dos ambulantes e a instalação de banheiros públicos, com o objetivo de proporcionar um espaço urbano mais ordenado e funcional, em alinhamento com as necessidades da comunidade e dos visitantes.

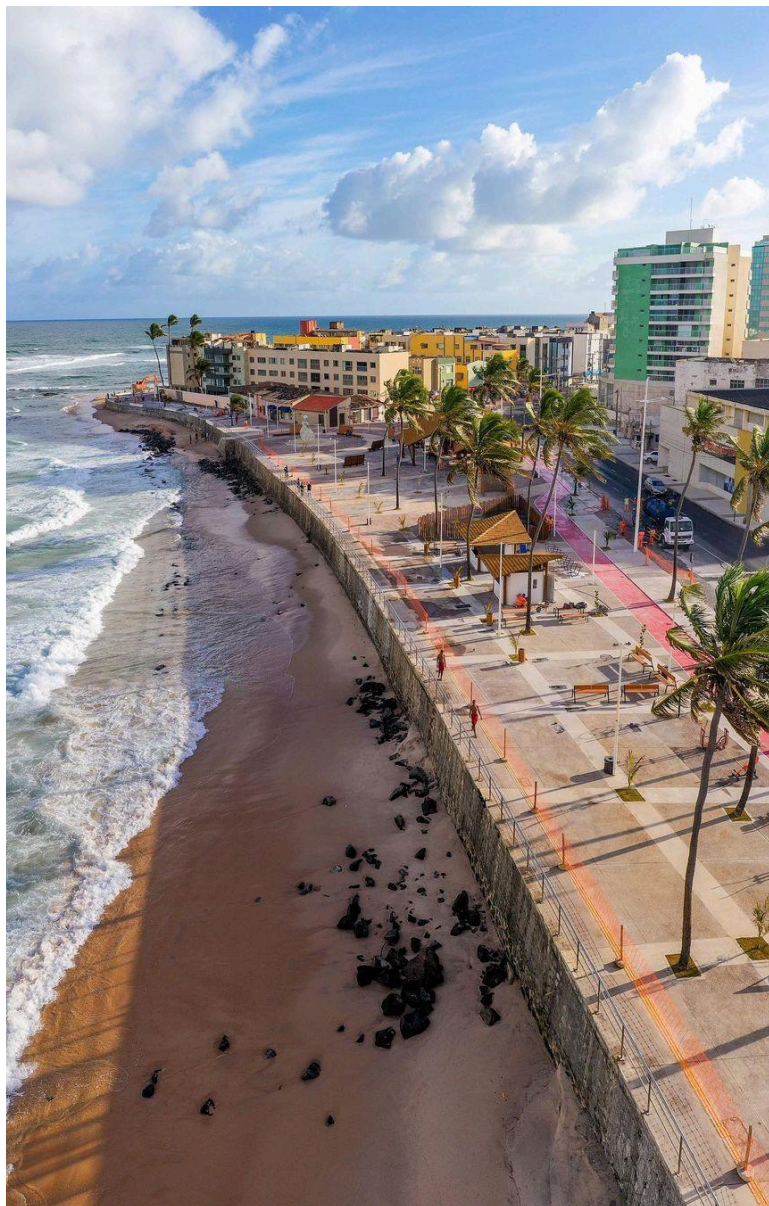
Conforme a documentação orçamentária disponibilizada na biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), as obras tiveram orçamento final consolidado de R\$ 29.077.258,08, sugerindo assim amplas intervenções estruturais e estéticas na região de Amaralina–Pituba, e confirmando o compromisso da Prefeitura com a criação de um espaço moderno e funcional. As obras de pavimentação, que representam 40,71% do valor total (cerca de R\$ 11.838.674,66), segundo os dados, incluíram a modernização do pavimento asfáltico, além da implementação de ciclovias e pisos intertravados coloridos, promovendo uma mobilidade mais segura e acessível aos pedestres e ciclistas. Com base nos dados, é

possível sugerir que as melhorias não visaram somente a funcionalidade, mas também à revitalização estética, essencial para a atratividade turística e a valorização do local.

Outro ponto essencial do orçamento está na vala técnica, que corresponde a 26,35% do valor total (cerca de R\$ 7.662.412,96). Essa infraestrutura subterrânea, de acordo com as informações presentes na documentação da FMLF (2018), inclui a instalação de caixas e valas técnicas para serviços públicos, assegurando a eficiência e segurança dos sistemas urbanos essenciais. Em linha com a proposta de integrar funcionalidade e estética, o projeto destinou 11,89% dos recursos aos equipamentos urbanos, com investimentos em grades, corrimãos de aço inox e mobiliário específico, que somaram R\$ 3.456.265,95.

Em imagem divulgada nas redes sociais pelo então prefeito Bruno Reis em 2020, é apresentado um registro das obras de requalificação urbana no bairro de Amaralina, especificamente na Avenida Amaralina em direção à Avenida Octávio Mangabeira.

Figura 12 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Av. Amaralina em sentido à Av. Octávio Mangabeira



(Fonte: Prefeito Bruno Reis, Facebook. 19 set. 2020²¹)

Na figura 12, é possível observar um calçadão estruturado, ciclovias bem demarcadas, mobiliário urbano moderno e uma organização estética que sugere funcionalidade e

²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2106000329535121&set=a.1211306649004498>

modernidade. No entanto, surge a pergunta: essa imagem realmente traduz os impactos e resultados das intervenções prometidas?

O que se vê na foto é um recorte cuidadosamente emoldurado, que destaca os aspectos visuais mais positivos das obras. A pavimentação, representando cerca de 40,71% do orçamento, e os investimentos em equipamentos urbanos, com 11,89% dos recursos, são evidenciados por ciclovias coloridas, iluminação aparente e espaços de convivência estruturados. No entanto, a fotografia não revela as camadas mais complexas desse processo.

O muro de contenção, por exemplo, separa a praia do espaço urbano, o que pode simbolizar não apenas uma barreira física, mas também uma potencial restrição de acesso ao litoral. Essa estrutura suscita questionamentos: o espaço foi projetado para servir prioritariamente à população local ou atende a interesses turísticos e econômicos? Além disso, as consequências de longo prazo, como manutenção das estruturas, preservação ambiental e uso democrático do espaço, permanecem incógnitas.

O que é exposto oficialmente pelo executivo da cidade captura um momento estático de uma obra dinâmica e multiforme, deixando invisíveis as relações sociais, os possíveis conflitos e as realidades que se desenrolam fora do enquadramento. Assim, mais do que oferecer respostas, essa fotografia provoca reflexões: o que está além do que os olhos conseguem ver? A transformação urbana representada é, de fato, acessível, sustentável e inclusiva? Ou estamos diante de uma fachada estética que esconde desigualdades e exclusões persistentes?

4.2 UM OCEANO INVISÍVEL: FISSURAS E TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Essas questões se tornam ainda mais evidentes quando observamos elementos simbólicos que compõem o projeto, como a instalação do monumento “Baiana Azul de Amaralina”, criado pelo artista plástico Bel Borba, conforme Figura 3. A escultura, de 4 metros de altura e 16 toneladas, como apontado em matéria pelo jornal Correio (2020), foi concebida como uma homenagem às baianas de acarajé, símbolos culturais profundamente

enraizados na identidade soteropolitana. No entanto, sua concepção e implementação suscitaram críticas relacionadas à representatividade e autenticidade cultural (Correio, 2020).

De acordo com Borba (2020) em entrevista ao veículo, a obra foi inspirada em Maria Aparecida Santos, conhecida como Cida de Nanã, bisneta de Mãe Senhora (1890-1967), terceira ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá. O artista, porém, enfatizou que a escultura não pretende retratar uma figura específica, mas traduzir uma visão artística que dialoga com o ambiente local. A escolha do azul como cor predominante, segundo ele, remete ao céu de Amaralina e simboliza a paz, oferecendo uma interpretação abstrata da figura da baiana (Correio, 2020).

Figura 13 – Baiana Azul de Amaralina



(Fonte: Acervo pessoal, 2021)

Apesar dessas explicações, o monumento gerou controvérsias entre as baianas de acarajé de Amaralina, que questionaram a ausência de representatividade das quituteiras locais no processo de criação. Para elas, de acordo com informações trazidas pelo portal informativo Nordeste Eu Sou (2018), a homenagem deveria refletir aquelas que, por décadas, sustentam a tradição do largo com seu ofício, estreitamente ligado ao patrimônio imaterial da cidade. Ainda como apontado pelo jornalismo comunitário, o debate também levantou questionamentos sobre como intervenções urbanas de grande escala podem, muitas vezes, obscurecer as identidades locais que buscam enaltecer (NORDESTEUSOU, 2018).

Além disso, a escolha da cor azul também foi alvo de críticas. Enquanto Borba defendeu sua decisão como um recurso artístico (2020), parte da comunidade interpretou essa escolha como um distanciamento dos elementos tradicionais associados às baianas, historicamente representadas por trajes brancos e coloridos, carregados de simbolismo religioso e cultural (NORDESTEUSOU, 2018). Contudo, o debate em torno da escultura não se limita apenas à cor. Uma questão ainda mais profunda emerge: por que a baiana representada no monumento não é preta?

As baianas de acarajé, figuras emblemáticas da cultura soteropolitana, possuem raízes profundamente ligadas à diáspora africana, à religiosidade do candomblé e à resistência cultural negra no Brasil. São, antes de tudo, símbolos de uma tradição que atravessou séculos de marginalização, carregando em seus turbantes, vestimentas e tabuleiros a herança viva de um povo que transformou dor em identidade cultural. Nesse contexto, a ausência de representatividade racial na escultura não pode e não deve ser ignorada.

Ao escolher não representar uma mulher preta no monumento, há um risco de apagamento histórico e simbólico, que não pode ser reduzido a uma simples escolha estética ou artística. Essa decisão desconsidera não apenas a realidade histórica das baianas de acarajé, mas também reforça a lógica da invisibilização que há muito permeia as narrativas urbanas e monumentais nas cidades brasileiras.

O olhar artístico de Bel Borba não pode ser analisado isoladamente, mas deve ser compreendida dentro do contexto mais amplo das disputas por representatividade no espaço público. A ausência da negritude na representação da baiana se alinha a um padrão histórico de embranquecimento cultural, no qual símbolos negros são apropriados, reinterpretados e

desprovidos de suas raízes mais profundas para atender a uma narrativa mais “palatável” ao olhar dominante. Essa escolha não é meramente estética; ela carrega implicações políticas e sociais que ecoam em uma cidade onde a identidade negra é central, mas frequentemente tratada como um ornamento cultural para reforçar uma imagem turística idealizada.

A herança afrodescendente desempenha um papel central na definição da baianidade, frequentemente representada como símbolo de uma convivência harmoniosa e de uma mistura racial celebrada. No entanto, percebe-se que essa celebração é seletiva. A valorização das tradições africanas assume destaque apenas no discurso identitário oficial, que busca construir um consenso cultural conveniente. Da cultura negra, são absorvidos elementos como a cor vibrante das vestimentas, o som dos tambores, os “balangandãs” e a estética exuberante das baianas de acarajé. Contudo, essa representação simbólica raramente se traduz em políticas efetivas de reparação ou inclusão social, e muito menos em representatividade real nos espaços de poder ou no desenho dos monumentos que buscam homenagear essa herança.

A obra torna-se, assim, um reflexo dessa incoerência histórica e estrutural. Ao passo que a imagem da baiana é exaustivamente utilizada como símbolo de identidade baiana – promovendo turismo, campanhas publicitárias e um discurso de diversidade –, sua representação concreta neste monumento revela um apagamento racial sutil, mas profundamente simbólico. Em uma oportunidade rara de materializar em pedra e ferro um reconhecimento histórico e cultural, optou-se por um projeto que se distancia das raízes negras e das narrativas que lhe dão significado. Esse uso conveniente da cultura negra, frequentemente explorada para promover um discurso superficial de igualdade racial e harmonia social, não encontra efetividade em momentos críticos como este. Trata-se de um ponto singelo, mas emblemático, em uma história marcada pela violência e opressão racial. A escultura, que poderia ter sido um marco de reconhecimento e reparação simbólica, se torna mais um exemplo de como a cultura negra é frequentemente celebrada em sua superfície, mas marginalizada em sua essência.

Esse contraste entre intenção e execução torna-se ainda mais evidente quando se observa a estrutura orçamentária do projeto. Conforme detalhado no parecer financeiro, incluiu ações preliminares como demolições e retiradas, que totalizam 6,55% do orçamento, além de serviços iniciais relacionados ao canteiro de obras e à mobilização de pessoal,

correspondendo a 6,91% do total (R\$ 1.903.275,25). Esses elementos indicam a relevância de etapas preparatórias para a execução do projeto. A iluminação pública, com investimento de R\$ 711.994,26, foi projetada para atender à funcionalidade noturna do espaço, enquanto o paisagismo, responsável por 1% do orçamento, utilizou espécies variadas com a proposta de criar um ambiente esteticamente agradável e com considerações ecológicas (FMLF, 2018).

No entanto, esses investimentos técnicos e paisagísticos contrastam com a realidade social enfrentada pela população local. Dados mais recentes apresentados pelo Correio (2024) revelam que a localidade ainda enfrenta uma alta taxa de assaltos, com registros de dois casos diários em áreas da orla de Salvador. A discrepância existente expõe não apenas lacunas na execução prática do projeto, mas também a persistência de um modelo de intervenção urbana que prioriza a fachada estética em detrimento de melhorias reais na qualidade de vida e segurança dos moradores. Assim, tanto na representação simbólica do monumento quanto na materialidade dos investimentos estruturais, percebe-se um descompasso entre discurso, prática e resultado efetivo.

O Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto Urbanístico Geral da Orla Amaralina–Pituba, revisado em dezembro de 2018, apresenta diretrizes para a execução da requalificação urbana, com foco em acessibilidade, segurança e sustentabilidade, conforme indicado no documento. Sob a coordenação da LCN Arquitetura, o projeto contou com uma equipe multidisciplinar formada por engenheiros civis, urbanistas, arquitetos, paisagistas e especialistas em infraestrutura. O objetivo era planejar as intervenções de maneira integrada.

De acordo com os documentos oficiais da Fundação Mário Leal Ferreira (2018), destacam-se ações como a instalação de calçadas em concreto armado com estruturas em balanço, pavimentação específica para ciclovias e áreas de lazer. Além disso, foram planejadas rampas de acessibilidade e sinalização tátil para facilitar a circulação de diferentes públicos. A seguir, um registro das obras sendo realizadas no trecho:

Figura 14 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Av. Amaralina em sentido à Av. Octávio Mangabeira



(Fonte: site Correio, 12 fev. 2020²²)

A imagem divulgada pelo Correio em 2020, que retrata trabalhadores atuando nas obras de requalificação da Orla Amaralina–Pituba, contudo, revela mais do que o simples avanço físico do projeto: ela expõe as camadas invisíveis por trás das grandes intervenções urbanas.

Enquanto o Memorial Descritivo (FMLF, 2018) enfatiza a participação de uma equipe multidisciplinar e os princípios de acessibilidade, segurança e sustentabilidade, o registro fotográfico chama atenção para a força de trabalho frequentemente marginalizada nos discursos oficiais. A cena evidencia condições árduas de trabalho, exposição direta ao sol e a invisibilidade desses profissionais nos resultados finais celebrados pelo poder público. Além disso, a imagem suscita questionamentos sobre a efetiva fiscalização das normas de

²² Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/salvador/veja-como-vai-ficar-a-nova-orla-de-amaralina-obra-termina-em-12-meses-0220>

segurança e a existência de estratégias para mitigar os impactos sociais e cotidianos das obras no entorno imediato. Assim, enquanto a estética do projeto ganha protagonismo nas narrativas oficiais, a imagem serve como um lembrete de que o progresso urbano frequentemente repousa sobre trabalhadores anônimos, cujas realidades seguem à margem das celebrações públicas.

A desconexão entre o discurso técnico e a prática torna-se cada vez mais evidente quando analisamos uma fotografia registrada pelo grupo de pesquisa Ciência e Resistência, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2021. A imagem revela um ponto crítico na entrega das obras de requalificação urbana da Orla Amaralina–Pituba: a ausência de uma rampa de acesso adequada à praia. Esse registro não apenas confirma as limitações práticas do projeto, mas também evidencia outra contradição direta com o discurso oficial, que enfatizou a acessibilidade como um dos pilares centrais da intervenção urbana. Assim, tanto nas etapas de execução quanto no produto final entregue à população, percebe-se um descompasso entre as diretrizes projetuais e sua materialização no cotidiano urbano, expondo a fragilidade de um planejamento que, embora repleto de intenções, falha ao garantir sua efetivação plena.

Figura 15 – Registro das Obras no Trecho Amaralina – Rampas de acesso na Av. Octávio Mangabeira nas proximidades da transversal com a Rua Pará, na Pituba



(Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Ciência e Resistência - UNEB, 27 mai. 2021)

Como já havia sido analisado anteriormente, o muro de contenção, que separa fisicamente a praia do espaço urbano, sugere uma separação entre os diferentes públicos que usufruem do espaço. Na imagem, essa barreira torna-se ainda mais concreta: não há rampa,

apenas um paredão de pedra e uma estrutura metálica que, ao invés de facilitar o acesso, reforça a exclusão.

Essa situação levanta questionamentos importantes: a acessibilidade foi realmente uma prioridade no planejamento das obras? Ou estamos diante de mais um exemplo em que discursos técnicos sofisticados não encontram respaldo na execução prática? O direito à cidade e ao litoral, garantido constitucionalmente, parece ser aqui condicionado à mobilidade física do indivíduo, excluindo de forma explícita pessoas com deficiência, idosos e até mesmo famílias com crianças pequenas. Além disso, a imagem serve como prova visual do descompasso entre planejamento e entrega final das obras, reforçando a percepção de que alguns pontos foram ou impensados ou, pior, pensados, mas não executados adequadamente pela gestão municipal.

Outro aspecto relevante do projeto é a reestruturação de áreas comerciais tradicionais, como o Quiosque das Baianas e a Colônia de Pescadores, mencionados como espaços com potencial para reforçar a presença de elementos culturais locais e atrair visitantes. A requalificação da Colônia de Pescadores de Amaralina, conforme descrito no memorial datado de 31 de janeiro de 2019, envolveu etapas como terraplenagem mecanizada para a preparação do terreno, utilizando tratores e caminhões para adequar o espaço às novas estruturas e áreas de circulação. De acordo com os dados técnicos, a fundação projetada seria direta, composta por estruturas de concreto armado, com base em estudos geotécnicos que orientaram as especificações para estabilidade das edificações. As paredes seriam construídas com blocos de cimento de espessuras variadas, conforme sua função estrutural, enquanto as áreas internas contariam com revestimento de alta resistência, como granilite, devido às demandas de uso intenso e às condições ambientais específicas (FMLF, 2019).

Complementando a requalificação, o Quiosque das Baianas de Amaralina, planejado em 14 de dezembro de 2018, foi concebido como um espaço destinado à prática cultural das baianas do acarajé. De acordo com o memorial produzido pela FMLF (2018), sua estrutura foi projetada com fundações diretas e concreto armado, construídas in loco ou pré-moldadas, buscando atender às exigências de segurança e durabilidade. As paredes, compostas por blocos de cimento e alvenaria de alta resistência, foram especificadas para suportar as condições ambientais da orla (FMLF, 2018).

No planejamento, conforme apresentado na documentação oficial, a cobertura foi especificada em eucalipto autoclavado com telhas de pinus tratadas e impermeabilização com manta asfáltica, descrita como adequada para proteger a estrutura contra intempéries. De acordo com o memorial da FMLF (2018), os acabamentos incluíram pisos em granilite de alta resistência, com juntas de dilatação em PVC projetadas para prolongar a vida útil do pavimento. Elementos estéticos, como peitoris e tabeiras de granito vermelho Brasília, foram mencionados como complementos à robustez estrutural, introduzindo um toque regional ao design.

Figura 16 – Quiosques das Baianas de Acarajé – Largo de Amaralina



(Fonte: site NORDESTeuSOU, 25 nov. 2020²³)

²³ Disponível em:

<https://nordesteusou.com.br/noticias/baiana-do-largo-de-amaralina-cobram-da-prefeitura-mudanca-na-direcao-d-os-quiocques/>

Ainda como apontado pelo documento, a infraestrutura do quiosque também contemplou sistemas elétricos e hidrossanitários, com a instalação de disjuntores e quadros integrados, detalhados como parte do planejamento para atender às necessidades operacionais do espaço (FMLF, 2018).

No entanto, segundo reportagem do portal NORDESTEUSOU (2020), as tradicionais baianas de acarajé, uma das figuras centrais na cultura local, não foram consultadas durante a formulação do projeto dos novos quiosques entregues pela Prefeitura. Essa falta de participação resulta não apenas em um descaso simbólico, mas também em falhas práticas que comprometem a funcionalidade e a sustentabilidade do espaço.

Um dos pontos centrais de crítica levantados pelas baianas é a orientação dos tabuleiros, que passaram a ficar virados para o mar, de costas para a pista. Tal decisão ignora completamente a lógica histórica e funcional da relação entre as baianas e seus clientes, que majoritariamente vêm da pista e dos prédios do entorno, e não da praia. Esse reposicionamento não apenas reduz a visibilidade dos tabuleiros, mas também traz impactos diretos na segurança das profissionais, que se sentem mais expostas a assaltos, além de sofrerem com a falta de proteção adequada contra chuvas, conforme relatado na matéria.

Além disso, a reportagem revela que, mesmo após levarem suas demandas à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), as baianas foram empurradas para um jogo de responsabilidades entre órgãos municipais, recebendo como resposta que a questão era de competência da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Esse cenário expõe um grave problema de desarticulação institucional, que deixa os trabalhadores locais sem respostas concretas e sem soluções práticas para suas demandas.

Paradoxalmente, durante a inauguração da última etapa das obras de requalificação da orla entre Amaralina e Pituba, o então prefeito ACM Neto destacou o impacto positivo do projeto em diversos aspectos da cidade. Segundo ele, o projeto não apenas modernizou o espaço, tornando-o mais acessível e agradável para moradores e visitantes, mas também abriu novas oportunidades de desenvolvimento econômico. Conforme a fala do ex-chefe do Executivo municipal, a obra atrairia “investimentos imobiliários e comerciais, como bares, restaurantes e academias, promovendo geração de empregos e dinamizando a economia local” (Correio, 2020).

Figura 17 – Entrega das obras de requalificação no trecho Amaralina/Pituba – o prefeito ACM Neto (à direita da foto) e equipe técnica da prefeitura



(Fonte: site Mídia Bahia, 15 nov. 2020²⁴)

Em resalto, Neto enfatizou o papel da requalificação no fortalecimento do turismo em Salvador. Ele apontou que intervenções como a criação de ciclovias, áreas de convivência e novos equipamentos urbanos transformaram a região em um ponto atrativo, potencializando a presença de turistas e o engajamento da população. “Com essa entrega, damos aos cidadãos e visitantes uma cidade mais viva, capaz de oferecer qualidade de vida e lazer em espaços públicos renovados”, aponta o gestor (Jornal da Mídia, 2020).

²⁴ Disponível em: <https://midiabahia.com.br/populacao-ja-aproveita-nova-orla-na-pituba/>

Além disso, ACM Neto também chamou atenção para a dimensão histórica do projeto, afirmando que Salvador alcançou um marco inédito: a mais extensa continuidade de orla requalificada já entregue pela administração municipal. Esse trecho, que conecta bairros estratégicos como Barra, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina e Pituba, segundo Neto, representa “uma transformação urbanística que melhora a vida de quem mora aqui e amplia as oportunidades de desenvolvimento econômico” (Correio, 2020).

No entanto, essa narrativa otimista apresenta contrastes com a realidade enfrentada por trabalhadores tradicionais, como as baianas de acarajé, que representam não apenas um símbolo cultural, mas também um pilar econômico informal na região. A ausência de diálogo efetivo e a fragmentação das responsabilidades entre os órgãos públicos revelam uma discrepância entre o discurso oficial, focado em desenvolvimento econômico e modernização, e a prática cotidiana marcada por exclusões e barreiras institucionais. Assim, enquanto os benefícios econômicos projetados são amplamente divulgados, as demandas específicas daqueles que mantêm viva a tradição cultural e o sustento de suas famílias seguem negligenciadas e sem respostas concretas.

Recentemente, o ex-prefeito Mário Kertész teceu críticas e reflexões contundentes sobre o atual projeto de requalificação da orla de Salvador. Em suas falas, Mário aponta o caráter elitista, agressivo e descolado da identidade soteropolitana presente nas intervenções, destacando a padronização dos novos quiosques e o modelo de concessão que delega a gestão desses equipamentos a uma única empresa privada por 30 anos (Metro1, 2024). Segundo ele, essa abordagem compromete não apenas a democracia do espaço público, mas também a sustentabilidade econômica dos pequenos comerciantes tradicionais, que dependem desses espaços para sobreviver.

Embora suas críticas apresentem pontos relevantes, é impossível ignorar que, durante sua própria gestão nos anos 1980, Mário Kertész também esteve à frente de um projeto de revitalização da orla de Amaralina, conforme noticiado pelo jornal A Tarde (1987) e trazido no capítulo anterior. À época, o projeto previa melhorias no calçadão, instalação de quiosques e reparos no sistema de drenagem. Contudo, como evidenciado nas reportagens daquele período, as intervenções ficaram aquém das expectativas. As obras foram parcialmente entregues, a manutenção foi negligenciada, e a infraestrutura da região continuou deteriorando ao longo dos anos.

Essa dualidade reforça um padrão cíclico de projetos de requalificação urbana que fracassam em seus objetivos fundamentais. Em ambos os contextos – o de Mário Kertész nos anos 1980, o de ACM Neto à frente das obras em Amaralina e na Pituba, e o atual, sob a gestão Bruno Reis – observa-se um distanciamento entre planejamento, execução e as reais demandas da população local. Seja pela padronização dos quiosques, pela ausência de diálogo com os pequenos comerciantes ou pela falta de uma visão que considere a identidade cultural da cidade, os projetos repetem erros históricos, perpetuando a sensação de abandono e frustração entre os moradores.

É notável que o Projeto Nova Orla Salvador, especialmente no trecho entre Amaralina e Pituba, apresenta uma série de contradições entre seu discurso oficial e os impactos reais observados no cotidiano urbano. Enquanto documentos oficiais, como o Memorial Descritivo (FMLF, 2018), destacam a participação de equipes multidisciplinares e princípios como acessibilidade, sustentabilidade e inclusão, as análises críticas revelam um cenário marcado por desarticulação institucional, exclusão social e invisibilização de atores locais historicamente fundamentais para a identidade soteropolitana. A situação das baianas de acarajé, por exemplo, evidencia não apenas a ausência de diálogo efetivo com os principais usuários do espaço público, mas também decisões de planejamento que, na prática, ignoram a lógica histórica e funcional das relações comerciais estabelecidas ao longo dos anos.

Assim, como pode ser visto neste capítulo, o projeto, embora apresente alguns resultados visíveis em termos de infraestrutura e modernização estética, não se consolida para romper com os padrões históricos de intervenção urbana excludentes. A discrepância entre planejamento e execução, aliada à priorização de interesses turísticos e econômicos sobre as necessidades das populações locais, resulta em uma transformação que, apesar de visualmente impactante, não garante efetivamente inclusão, participação comunitária ou equidade no uso dos espaços públicos revitalizados.

No entanto, para compreender a relevância das obras de requalificação no trecho Amaralina–Pituba, é fundamental aprofundar-se no estudo das oficinas de participação popular, que podem revelar as dinâmicas de interação entre os diferentes atores sociais e o poder público. Neste cenário, a análise dos relatórios disponibilizados pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) permitirá observar como as comunidades locais participaram e influenciaram (ou não) os processos decisórios.

O mapeamento, a ser desenvolvido no capítulo seguinte, possibilitará uma visão detalhada sobre os centros de poder e as organizações envolvidas no processo. Mais do que um simples levantamento, a abordagem privilegia uma análise mais apurada das condições em que as oficinas ocorreram, os desafios enfrentados e os impactos desse modelo participativo na execução das obras de requalificação. Com isso, esperamos fornecer subsídios tanto para o aprofundamento teórico quanto para a melhoria prática dos processos participativos em projetos de grande porte.

CAPÍTULO V

O TAL ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS OFICINAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O Capítulo IV, “*O Tal Engajamento Comunitário: Uma Análise Crítica das Oficinas de Participação Comunitária*”, visa explorar as forças sociopolíticas que moldam os respectivos bairros, destacando o papel das associações comunitárias na construção de redes de poder e na mobilização social em torno das obras de requalificação da Nova Orla Salvador. Com base na análise detalhada dos relatórios das oficinas de participação popular realizadas pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), o capítulo pretende analisar como esses encontros permitiram identificar demandas, tensões e estratégias coletivas para transformar o espaço urbano.

Segundo Acselrad (2013), o processo de mapeamento social não apenas registra a disposição espacial de territórios, mas evidencia as disputas de poder e os conflitos simbólicos presentes nas “tramas territoriais”, permitindo a expressão de identidades ameaçadas pelo desenvolvimento hegemônico. Esse tipo de cartografia, como articula o autor, expõe os dilemas entre as iniciativas populares e as imposições externas de controle territorial, demonstrando que o mapa não é neutro, mas um “campo de disputa” que permite aos grupos sociais marginalizados afirmar suas territorialidades frente ao avanço dos interesses econômicos (Acselrad, 2013).

A análise dos relatórios das oficinas de participação popular vinculadas ao Projeto Nova Orla Salvador, no eixo Amaralina–Pituba, disponibilizados pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), intenciona complementar este mapeamento ao documentar as interações entre líderes comunitários, representantes das associações locais e agentes do poder público. Essas oficinas, em seu sentido original, configuram-se como espaços de construção coletiva, onde as demandas e perspectivas da população local ganham visibilidade. Sendo assim, as oficinas operam como um mecanismo fundamental de mobilização social e de construção de consenso, ao mesmo tempo que refletem as tensões e os desafios das relações entre a sociedade civil e o Estado.

Acselrad (2013) sugere que tais práticas participativas ampliam a capacidade de expressão das comunidades, permitindo que grupos historicamente marginalizados articulem suas necessidades de forma organizada e visível. Por meio do “mapeamento participativo”, os relatórios documentam tanto as demandas quanto as resistências dos moradores às intervenções externas, revelando as “linhas de tensão” que emergem na negociação de interesses entre os agentes públicos e as comunidades locais. Acselrad (2013) menciona que as cartografias sociais

[...] não apontam necessariamente para arranjos institucionais consensuais, mas, com frequência, para o dissenso e para a produção não-hegemônica de sentidos e territórios. [...] São processos de natureza política que reúnem comunidades na afirmação de identidades ameaçadas pelo projeto desenvolvimentista hegemônico (Acselrad, 2013, p. 5).

Por meio da cartografia sociopolítica, busca-se mapear os atores envolvidos no processo, revelando as interações entre líderes comunitários, representantes locais e agentes do poder público. Essa abordagem não apenas expõe as disputas de poder e a complexidade dos conflitos territoriais, mas também se esforça em refletir sobre os limites e potencialidades da participação popular como ferramenta de inclusão nas decisões urbanísticas. Inspirando-se no conceito de “situações sociais” de Gluckman (1958), que ressalta a importância de compreender eventos em suas inter-relações sistêmicas, este estudo trata as oficinas de participação popular não apenas como espaços de deliberação, mas como instâncias onde estruturas sociais, relações de poder e interesses divergentes se manifestam.

Assim como Gluckman (1958) demonstrou que eventos aparentemente isolados contribuem para solidificar estruturas sociais mais amplas, a investigação aqui proposta busca identificar como a participação popular, ainda que desigual e limitada, atua como mecanismo de fortalecimento (ou enfraquecimento) da representatividade comunitária. Com isso, o capítulo não apenas documenta essas dinâmicas, mas também estrutura uma leitura crítica dos impactos sociais e econômicos das intervenções planejadas, ampliando a compreensão sobre os desafios e as possibilidades de inclusão popular nos processos decisórios urbanos.

5.1 O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS

De acordo com o relatório da 1ª Oficina de Participação Popular, realizada no dia 09 de março de 2018 na ASBAC (Associação dos Servidores do Banco Central), na região da Pituba, a metodologia aplicada na oficina foi estruturada em quatro princípios norteadores: participação, autonomia, parceria e democratização. O documento descreve que a proposta da oficina foi a criação de um espaço de reflexão coletiva sobre a realidade local e sobre possibilidades de contribuição para transformações desejadas. Ainda segundo o relatório, o respeito à autonomia dos participantes é mencionado como um elemento-chave, destacando o papel do conhecimento e das experiências trazidas pelas lideranças comunitárias.

A Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) realizou uma reunião inicial com as lideranças locais na Prefeitura-Bairro Amaralina/Pituba, durante a qual o projeto foi apresentado e os primeiros problemas foram identificados. Esse encontro foi descrito no relatório como um ponto de partida para incentivar a participação dos moradores na oficina e possibilitar um debate inicial sobre as necessidades locais. Após essa reunião, foram feitas visitas a associações, como a Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, para a coleta de informações preliminares (FMLF, 2018).

A mobilização da comunidade para a oficina de participação popular enfrentou desafios, apesar das tentativas de divulgar o evento em pontos de grande circulação nos bairros de Amaralina e Pituba. Segundo o relatório, cartazes foram distribuídos em estabelecimentos variados, mas a afixação foi recusada em muitos locais de grande movimento. Nos shoppings da Pituba, como o Shopping Pituba Open Center, o Madson Plaza e o Pituba Sol, a divulgação ficou restrita aos aplicativos internos, limitando o alcance ao público externo. Em contrapartida, escolas como o Colégio Estadual Manoel Devoto, no bairro do Rio Vermelho, e o Colégio Integral, na Pituba, permitiram a divulgação entre alunos e pais. Apesar desses esforços, o comparecimento do público não atingiu as expectativas (FMLF, 2018).

Ainda assim, conforme descrito no documento oficial, a equipe incluiu na estratégia de mobilização diferentes setores da comunidade, visitando pontos icônicos e centros culturais de Amaralina e Pituba. Entre os locais mencionados, estão a Colônia de Pescadores

do Jardim dos Namorados e a Colônia de Pescadores da Pituba, com o intuito de engajar pescadores e comerciantes locais nas discussões. Locais de grande circulação, como a Praia de Amaralina, onde atua o líder comunitário Sr. Davi, e o Largo das Baianas do Acarajé, foram incluídos na mobilização devido à sua relevância cultural e histórica para a região (FMLF, 2018).

A divulgação, à luz do apresentado no relatório oficial, incluiu estabelecimentos comerciais, hotéis, restaurantes e centros religiosos, como o Hotel Vilamar e o Salvador Express Praia Hotel, ambos em Amaralina, e a Igreja Nossa Senhora da Luz, na Pituba, com o objetivo de alcançar um público diversificado. Além disso, de acordo com o descrito no documento, entidades locais, como a Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC), e órgãos municipais, incluindo a Prefeitura-Bairro Amaralina/Pituba e a Secretaria Municipal de Mobilidade, participaram das iniciativas de comunicação, buscando estabelecer um diálogo com a comunidade e aumentar a visibilidade da oficina entre os residentes e frequentadores da região (FMLF, 2018).

5.1.1. 1º Oficina de Participação Popular

A 1ª Oficina de Participação Popular, conforme relatado pela FMLF (2018), resultou em uma série de propostas discutidas pelos participantes. A oficina, realizada na sede da Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC), reuniu 53 pessoas. Durante o evento, a coordenação da FMLF apresentou os objetivos e a abrangência do projeto, destacando o histórico de intervenções na orla e os próximos passos previstos. O relatório também informa que a arquiteta responsável pela execução do projeto, Lucinei Caroso Veina, detalhou o plano, dividindo a área em quatro trechos ilustrados como parte da apresentação (FMLF, 2018).

A dinâmica de trabalho da oficina incluiu uma divisão dos participantes em grupos, cada um posicionado em mesas temáticas. O documento relata que, em cada mesa, os participantes tiveram acesso a papel, canetas e plantas do trecho da poligonal, e foi-lhes solicitado que discutissem os problemas e as possíveis soluções para as áreas em questão. Buscando uma reflexão estruturada sobre os desafios e potencialidades locais, o percurso metodológico foi construído

[..] utilizando-se a análise de SWOT ou análise FOFA (forças, fraquezas, Oportunidades e Ameaças) utilizada para se uma analisar um ambiente. Os participantes trabalharam em grupo; tendo em cada grupo, um coordenador que no final apresentou o resultado do trabalho do seu grupo (FMLF, 2018, p. 05).

Dados presentes no relatório indicam que os grupos identificaram diversos problemas prioritários, como a falta de estrutura para pescadores, segurança pública, ausência de espaços de lazer, ciclovias inadequadas, saneamento básico insuficiente e degradação ambiental. Cada grupo, sob a coordenação de um facilitador, foi orientado a discutir e propor soluções que poderiam ser consideradas no projeto. Conforme descrito pelo órgão da prefeitura, ao final da dinâmica, os grupos apresentaram os resultados de suas discussões aos demais participantes, trazendo diferentes perspectivas para o debate.

Entre as propostas discutidas, como mencionado no documento oficial, destacaram-se a instalação de quiosques para baianas de acarajé e a criação de espaços específicos para a prática de capoeira, com foco na valorização da cultura local. No âmbito ambiental, foram sugeridas medidas como o tratamento de esgotos, a remoção de entulhos da praia e a melhoria da iluminação pública, com o objetivo de aumentar a segurança nos espaços. Conforme o relatório, essas sugestões representaram percepções dos participantes sobre as necessidades locais e indicaram um possível alinhamento com o propósito do projeto de requalificação (FMLF, 2018).

A seguir, imagens da 1º oficina de participação popular:

Figura 18 – 1º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Figura 19 – 1º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Como pode ser visto nas imagens, à frente do diálogo estão Tânia Scholfield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, e Lucinei Cardoso, a arquiteta responsável pelo projeto. Contudo, no relatório disponibilizado pela organização, há falhas relevantes no que tange à transparência das informações. Apesar de relatar a realização do evento e suas atividades, o documento omite detalhes importantes, como o nome da técnica social responsável pela condução da oficina. Tal omissão compromete a credibilidade do processo participativo, pois dificulta a identificação dos responsáveis pela metodologia e pela mediação do diálogo com a comunidade.

Ainda assim, como divulgado no documento, a profissional responsável pela mediação da oficina destacou o envolvimento dos participantes e mencionou o comprometimento expresso nas propostas apresentadas. Apesar de a data para a próxima oficina não ter sido definida, de acordo com o exposto no relatório, foi feito um convite para que os presentes mobilizassem outros membros da comunidade para os próximos encontros, ampliando a participação no processo. Conforme registrado no memorial, a oficina foi encerrada com agradecimentos da coordenação da FMLF, que enfatizou o papel da comunidade na elaboração do projeto (FMLF, 2018).

Curiosamente, como pode ser visto na figura 3, a lista de presença no relatório oficial da oficina encontra-se completamente em branco. Talvez, de forma sutil e não intencional, essa folha vazia represente a verdadeira dimensão da participação popular: uma página desprovida de vozes e registros, simbolizando o esvaziamento de um processo que deveria ser inclusivo. Afinal, uma lista sem nomes talvez seja a metáfora perfeita para uma participação que se pretende ampla, mas se revela, no fundo, inócua.

Figura 20 – Lista de Presença na 1º Oficina de Participação Popular



(Fonte: Acervo da pesquisa, 2024)

Ao trazer a palavra comunidade em seu discurso, a Fundação Mário Leal Ferreira falha na missão ao não articular de maneira clara os nomes dos participantes no documento. Tal descuido ou desinteresse enfraquece o sentido de participação popular, uma vez que não permite aferir quem, de fato, esteve envolvido no evento e quais setores da localidade foram efetivamente representados. A transparência plena sobre os envolvidos é fundamental para assegurar que o processo seja inclusivo e legítimo, além de fomentar a confiança da população nas iniciativas promovidas pela Fundação.

5.1.2. 2º Oficina de Participação Popular

Dando continuidade às atividades, conforme descrito no relatório da 2ª Oficina de Participação Popular, o evento foi realizado novamente na sede da Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC). O objetivo principal da oficina, segundo o relatório, foi aprofundar as discussões iniciadas na primeira oficina, incorporando as contribuições e propostas levantadas anteriormente no desenvolvimento do projeto de requalificação da Nova Orla da Amaralina-Pituba. O encontro foi coordenado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), que relatou esforços para ampliar o diálogo com a comunidade e envolver os moradores no processo de formulação do projeto (FMLF, 2018).

A mobilização da comunidade para a segunda oficina de participação popular enfrentou desafios significativos, atribuídos, segundo o documento oficial consultado, ao tempo reduzido para a divulgação. Apesar dos esforços relatados pela equipe, o comparecimento do público ficou abaixo das expectativas iniciais. Para ampliar o alcance, conforme exposto pela FMLF (2018), as ações foram direcionadas a novos públicos, como síndicos de condomínios, comerciantes e a rede hoteleira local, com foco em avenidas de beira-mar e ruas transversais de maior circulação.

A seguir, imagens da 2º oficina realizada:

Figura 21 – 2º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Figura 22 – 2º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Em dados oficiais disponibilizados pela prefeitura e nas imagens divulgadas através dos relatórios, como a figura 4 e 5, é perceptível um aumento no público presente na oficina organizada, sendo contabilizadas um total de 79 pessoas (26 a mais do que a primeira). Contudo, o relatório aponta dificuldades de negociação com o setor hoteleiro, onde, na ausência dos gerentes ou proprietários, os cartazes eram deixados sob responsabilidade dos atendentes, comprometendo a continuidade do processo. Em shoppings e centros comerciais, como o Shopping Itaigara e o Centro Comercial Esplanada na Avenida Manoel Dias da Silva, a divulgação foi intermediada pelos administradores, com a promessa de repassar as informações aos comerciantes e, em alguns edifícios mistos, também aos moradores (FMLF, 2018).

Conforme descrito nos documentos da FMLF (2018), a equipe direcionou esforços para atingir uma audiência ampla e diversificada, fixando cartazes em locais considerados estratégicos e de grande visibilidade, como barracas de revistas e lanches, colônias de

pescadores e igrejas. Igrejas como a Igreja Batista Lírio do Vale e a Igreja Nossa Senhora da Luz, ambas na Pituba, foram mencionadas entre os espaços utilizados na mobilização. No setor de alimentação, os cartazes foram afixados em restaurantes tradicionais, como o Ki-Mukeka e o Sertão Bom, na Pituba, além da Pousada Solimar, na Avenida Amaralina, e da Associação de Ciclistas de Amaralina. Pontos de encontro e lazer, como o Bar Mirante próximo ao Largo das Baianas de Acarajé, o Teatro Jorge Amado na Avenida Manoel Dias da Silva e o Quiosque das Baianas, foram incluídos pela equipe devido à sua relevância cultural e social na região, com o objetivo de engajar moradores e comerciantes locais (FMLF, 2018).

No exposto pela prefeitura, outros locais de grande circulação, como o Hotel Vila Mar, o Hotel B Hotel, o Hotel Salvador Express, todos situados no bairro de Amaralina, e o Hotel Golden Park, na Pituba, foram utilizados como pontos para divulgação. Espaços mistos, como o Madson Plaza e o Shopping e Residencial Pituba Sol, foram incluídos no plano com o apoio das administrações, que relataram a intenção de compartilhar as informações com residentes e lojistas. A Colônia de Pescadores da Pituba, junto a casas comerciais em Amaralina, como a Clean Lavanderia, Moraes Malhas, Stones Marmoraria e Malhas Maria, também participaram do processo de divulgação. Além disso, a sede dos Correios foi utilizada para afixar cartazes comunicando o evento. Conforme apontado pela FMLF, essa estratégia de mobilização buscou ampliar a visibilidade da oficina, com o objetivo de alcançar moradores e visitantes de diferentes perfis e regiões (FMLF, 2018).

Entretanto, é importante destacar que a escolha dos hotéis como ponto de divulgação levanta questionamentos sobre a real eficácia dessa abordagem para alcançar a população local. Afinal, qual seria o público-alvo dessa divulgação? Turistas, cuja permanência na região é temporária e cuja participação em processos de planejamento urbano tende a ser irrelevante? Ademais, a ausência de ações voltadas aos estabelecimentos comerciais e espaços públicos do Nordeste de Amaralina, bairro diretamente impactado pelas políticas urbanas em discussão, evidencia uma possível negligência ou falta de interesse do poder público em incluir efetivamente essa comunidade. Tal escolha cria uma logística excludente, que não apenas limita a participação popular, mas também perpetua a invisibilização de regiões historicamente marginalizadas.

Como divulgado, a oficina ocorreu das 18h30 às 21h20, com uma abertura conduzida pela assistente social Dinorah Freitas, da LCN Arquitetura, que apresentou uma retrospectiva da primeira oficina para atualizar os participantes sobre o andamento do projeto. Em seguida,

Tânia Scofield, presidente da FMLF, e Cláudio Tinôco, então secretário de Cultura e Turismo, falaram sobre o projeto e o envolvimento comunitário. Durante o *coffee break*, acarajé foi servido, mencionado no relatório como uma homenagem à tradição local e uma forma de estreitar laços com as baianas de acarajé, que são uma presença marcante e tradicional na área do Largo de Amaralina – local onde, como exposto no plano municipal, se projetaram intervenções significativas para a revitalização cultural do espaço (FMLF, 2018). Na imagem a seguir, é possível observar o tabuleiro organizado pela prefeitura:

Figura 23 – Tabuleiro das Baianas de Acarajé na Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Em vista do que foi apresentado pela FMLF (2018), a metodologia da oficina envolveu a divisão dos participantes em grupos, cada qual orientado por plantas gráficas e

materiais de trabalho que facilitassem a análise e a discussão. Ainda à luz dos dados expostos no relatório, cada grupo foi incentivado a preencher uma tabela com questionamentos, sugestões e validações sobre o projeto apresentado. Essa estrutura metodológica, conforme trazido no relatório, “permitiu uma reflexão orientada e crítica, dando aos moradores a oportunidade de expressar preocupações, como a durabilidade dos materiais em áreas expostas ao salitre e a necessidade de estrutura adequada para a prática de capoeira e para as baianas de acarajé” (FMLF, 2018, p. 21).

Nos dados registrados oficialmente, os grupos levantaram diversas questões práticas e detalhadas, que foram anotadas e discutidas durante a oficina. Entre as sugestões apresentadas, de acordo com a FMLF (2018), estão a criação de uma área para esportes como skate e patins, a instalação de sanitários fixos e de mesas para piqueniques, além da melhoria da infraestrutura de lazer infantil. O grupo dos pescadores apontou a necessidade de bancadas para limpeza de peixes e locais específicos para o armazenamento das embarcações durante as ressacas. Também foram mencionadas a cobertura do espaço destinado à capoeira e a proposta de criação de um anfiteatro que pudesse ser utilizado por capoeiristas e baianas de acarajé (FMLF, 2018).

Conforme o relatório produzido, a participação dos técnicos foi destacada como importante para abordar os pontos levantados e explicar as limitações impostas por regulamentações federais, especialmente relacionadas à vegetação e às instalações permanentes em áreas costeiras. Jorge Moura, gerente de projeto da FMLF, apresentou os impactos previstos pelo projeto e detalhou as especificidades de cada intervenção, como o plantio de amendoeiras para proporcionar sombra sem comprometer a infraestrutura. O relatório também aponta que ele destacou a necessidade de que qualquer decisão estivesse em conformidade com os parâmetros de preservação ambiental e as regulamentações da Superintendência do Patrimônio da União - SPU (FMLF, 2018).

A seção de anexos do relatório da 2ª Oficina de Participação Popular contém registros dos produtos gerados por cada grupo de trabalho durante as discussões. Esses anexos incluem tabelas preenchidas pelos participantes, nas quais foram anotados questionamentos, sugestões e observações sobre o projeto. Conforme descrito, cada grupo foi coordenado por um representante, e as anotações registram preocupações e demandas levantadas por diferentes participantes, abrangendo temas como infraestrutura para pescadores, banheiros públicos e áreas de lazer (FMLF, 2018).

O Grupo 01, coordenado por Angélica, levantou diversos questionamentos e sugestões durante a 2ª Oficina, conforme apresentado no relatório, focando em questões práticas de infraestrutura, durabilidade dos materiais e serviços essenciais para a orla de Amaralina. Entre os questionamentos, o grupo expressou preocupação com a resistência dos toldos das barracas ao salitre, questionando a durabilidade dos cabos de aço utilizados. Também foi sugerida a instalação de um módulo da guarda municipal na área para atender demandas de segurança (FMLF, 2018).

O documento expõe que os participantes indagaram sobre a possibilidade de construção de atracadouros para barcos, visto que a maré pode alcançar as áreas pavimentadas. Em relação aos materiais de mobiliário urbano, como cadeiras e mesas, o grupo questionou a escolha dos materiais, pedindo por especificações que garantam qualidade e resistência. A instalação de pergolados, de sanitários públicos fixos e o tratamento de esgoto foram outras pautas importantes. Questões específicas foram levantadas, como a instalação de uma academia na Praça Wilson Lins e a previsão de barracas de quiosques para venda de produtos locais (FMLF, 2018).

Em resposta a essas demandas, o Grupo 01 sugeriu algumas melhorias específicas para a área, como a criação de um circuito de skate e patins, a instalação de equipamentos de parque infantil e materiais de saúde em inox ou madeira sintética, além de novos sanitários fixos separados por gênero. É possível verificar no documento elaborado pela FMLF (2018) que o grupo também recomendou a criação de áreas com mesas e cadeiras para piqueniques, promovendo um ambiente de convivência e lazer.

Em termos de validação, o documento aponta que as sugestões do grupo foram aceitas pela equipe técnica, que também ofereceu esclarecimentos sobre algumas questões. Com relação aos sanitários, foi informado que há uma concorrência pública para implantação de banheiros públicos na orla e que, no trecho em que seria instalado o “equipamento do conjunto salva-vidas”, haveria banheiros fixos. Em relação ao esgotamento sanitário, foi esclarecido que a responsabilidade é da EMBASA, empresa brasileira concessionária de serviços de saneamento básico de quase todo o estado da Bahia e pertencente ao governo estadual, que se encarrega do serviço (FMLF, 2018).

A questão dos pescadores e suas condições de trabalho também foi discutida, com a promessa de uma reunião futura para detalhar as necessidades específicas de serviços para

essa categoria. Em relação aos quiosques para venda de coco, ficou definido, de acordo com o anexo disponibilizado, que eles não seriam concentrados em um único local, mas distribuídos ao longo do trecho da orla, proporcionando mais acessibilidade e conveniência aos frequentadores (FMLF, 2018).

O Grupo 02, coordenado por Francisco, conforme apontado na seção de anexos no relatório da 2ª Oficina de Participação Popular, levantou questionamentos e sugestões focadas nas necessidades específicas dos pescadores e nas condições para o uso eficiente do espaço da Colônia de Pesca. Um dos principais questionamentos do grupo foi sobre as ações a serem tomadas em momentos de ressaca do mar, considerando que os pescadores não dispõem de cavaletes para proteção de seus barcos. Além disso, o grupo questionou a localização atual da rampa, sugerindo uma realocação para um lado de menor faixa da área, e destacou a necessidade de um dessalinizador para a limpeza dos motores (FMLF, 2018).

Entre as propostas apresentadas, o grupo sugeriu a criação de um espaço ao lado da Colônia para acomodação dos barcos, facilitando o acesso e armazenamento seguro. Eles também recomendaram, como apontado no documento disponibilizado na biblioteca virtual da FMLF (2018), a instalação de um tanque para limpeza ao lado da Colônia, a construção de bancadas para o preparo dos peixes ao nível da areia e a revisão do tamanho da Colônia, que atualmente era considerado insuficiente para as necessidades dos pescadores, visto que apenas 25 armários foram previstos.

A equipe técnica, como sugerido pelo documento da instituição, validou as sugestões, com a condição de que a criação da Colônia de Pesca de Amaralina, a ampliação da área de lazer e a arborização do local fossem incluídas no projeto. A observação feita pelos técnicos também esclareceu que os pescadores seriam convocados para uma reunião futura, específica para a categoria, a fim de tratar de ajustes necessários ao projeto. Adicionalmente, foi explicado que o número de armários e o espaço alocado foram definidos de acordo com o número de associados previstos para cada colônia, em um acordo discutido anteriormente com a FMLF (FMLF, 2018).

O Grupo 03, coordenado por Osvaldo (conhecido como Fadiga) e Samuel, levantou uma série de questionamentos focados em infraestruturas de apoio para as atividades dos pescadores e para o uso público da área. O relatório apontado indica que, entre as principais demandas, o grupo destacou a necessidade de uma rampa de acesso dedicada aos barcos,

visando facilitar o transporte e o manejo das embarcações. Outras questões levantadas incluíram a criação de um estacionamento específico para clientes e pescadores, a instalação de quiosques para as baianas de acarajé e a construção de uma peixaria para venda dos produtos locais (FMLF, 2018).

As informações apontam que o grupo também ressaltou a importância de incluir banheiros públicos na área, assim como cavaletes para apoio e armazenamento seguro dos barcos. Além disso, foi sugerida a instalação de um bicicletário, promovendo o acesso sustentável e incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte na região (FMLF, 2018).

De acordo com o relatório, a equipe técnica validou o trecho de intervenção proposto, que se estende da Rua Pará até a Rua Rio Grande do Sul. Contudo, foi ressaltada a necessidade de uma reunião adicional com os pescadores para tratar de detalhes específicos e alinhar as necessidades da categoria com os aspectos técnicos do projeto. Essa reunião visa garantir que as propostas atendam tanto aos interesses dos pescadores quanto às diretrizes de urbanização planejadas (FMLF, 2018).

O Grupo 04, coordenado por Rita Santos, trouxe questionamentos e propostas focados na valorização e infraestrutura do Largo das Baianas, além de melhorias gerais para a área de Amaralina. Entre as principais preocupações, o grupo destacou a ausência de banheiros públicos na região, uma necessidade básica para o grande fluxo de moradores e turistas que frequentam o local. O anexo apresenta que o grupo também questionou a falta de cobertura para o palco destinado à capoeira, atividade cultural importante para a comunidade local, e apontaram que o espaço físico destinado às baianas no Largo é insuficiente, considerando que atualmente são dez baianas licenciadas para a área (FMLF, 2018).

Como sugestões, o grupo propôs que o Largo das Baianas fosse oficialmente reconhecido como ponto turístico pela Prefeitura, reforçando sua importância cultural. Para atender as demandas dos capoeiristas e das baianas, sugeriram a construção de um anfiteatro no local, que serviria tanto para apresentações de capoeira quanto para atividades das baianas de acarajé. Além disso, como apontado no relatório, o grupo propôs a criação de um espaço subterrâneo onde as baianas poderiam guardar seus equipamentos e utensílios de trabalho com segurança (FMLF, 2018).

Conforme o apresentado pelo relatório, a equipe técnica indicou que muitas questões ainda precisariam ser resolvidas antes de validar as propostas, mas comprometeu-se a analisar a viabilidade das sugestões apresentadas e verificar a possibilidade de realizar ajustes no projeto para atender a essas demandas (FMLF, 2018).

Como avaliação final, apesar do comparecimento abaixo do esperado, o relatório aponta que o evento foi bem-sucedido e contou com uma participação engajada e diversificada. A maior presença foi de pescadores e baianas de acarajé, classes fortemente interessadas nas melhorias previstas para a área. Notou-se a ausência de alguns grupos, como os ciclistas, cuja sede está em Amaralina, mas que, como apontado pela prefeitura (FMLF, 2018), não enviaram representantes na data. Em resposta ao engajamento observado, o relatório registra que os técnicos propuseram realizar reuniões específicas para discutir as necessidades das colônias de pescadores e das rodas de capoeira, com o objetivo de considerar as tradições e práticas locais no desenvolvimento do projeto (FMLF, 2018).

5.1.3. 3º Oficina de Participação Popular

O relatório da 3ª Oficina de Participação Popular, realizada na sede da Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC), registra a participação de 92 pessoas. Coordenada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e pela equipe da LCN Arquitetura, a oficina teve como objetivo consolidar as contribuições das reuniões anteriores e apresentar uma versão final do projeto para validação. Durante a oficina, à luz do apresentado no documento oficial, foi anunciado o estabelecimento de um Grupo de Acompanhamento do Projeto (GAP), descrito como um coletivo que acompanharia a execução do projeto e buscaria manter o envolvimento da comunidade no processo. Segue imagens da terceira e última oficina de participação popular:

Figura 24 – 3º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

Figura 25 – 3º Oficina de Participação Popular – ASBAC, na Pituba



(Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2018)

A mobilização para esta última oficina começou no sábado, 3 de novembro de 2018, e continuou ao longo da semana. No relato da prefeitura, foram escolhidos pontos estratégicos, com o objetivo de alcançar públicos diversificados. Para tal, conforme descrito no documento

elaborado pela FMLF, locais como o Teatro Jorge Amado, na Avenida Manoel Dias, e a Colônia dos Pescadores da Pituba foram incluídos na mobilização devido à sua relevância cultural e social para a região (FMLF, 2018).

Ainda no que tange à mobilização, a equipe responsável afixou cartazes e distribuiu convites em pontos de encontro tradicionais, como o Quiosque das Baianas e o Restaurante Largo das Baianas, ambos em Amaralina, além da Associação de Ciclistas de Amaralina (Union Bike Shop). Restaurantes na região, como o Sertão Bom, na orla da Pituba, e o Cumarin, na Visconde de Itaboraí, em Amaralina, foram incluídos na mobilização, disponibilizando panfletos para os clientes. Na Pituba, bancas de revista como a Barraca Marconi e a Barraca Guaporé também foram utilizadas como pontos de divulgação da 3ª Oficina de Participação Popular (FMLF, 2018).

Outros pontos de circulação mencionados no relatório incluíram o Madson Plaza e o Centro Comercial e Empresarial Esplanada, na Praça Nossa Senhora da Luz, ambos no bairro da Pituba, onde convites foram entregues aos administradores. A mobilização também se estendeu a hotéis e pousadas da região, como o Hotel Orla de Amaralina, o Salvador Express, a Pousada Amaralina e o Hotel Nacional Inn, com o objetivo de alcançar o público visitante (FMLF, 2018).

Sob a descrição no documento, cartazes foram disponibilizados na Secretaria Municipal de Mobilidade, em Amaralina, e no Centro Municipal de Educação Infantil Eduardo José dos Santos, na Visconde Itaboraí, também no bairro. Cartazes foram afixados e convites entregues ao administrador da Prefeitura de Bairro, localizada no Rio Vermelho. Além disso, na suposta tentativa de ampliar o alcance, os convites foram distribuídos para os corretores de imóveis da organização José Alberto Móveis, na Rua São Paulo, na Pituba, e para o gerente do Hotel Golden Park, também na Pituba (FMLF, 2018).

Houve também a distribuição de convites nas caixas de correio de prédios residenciais em ruas movimentadas, como a Rua do Balneário, Rua Conde da Castanheira e Avenida Manoel Dias da Silva, com o objetivo de alcançar os moradores locais. Em somativa, como apontado pela prefeitura, existiu o contato telefônico e envio de e-mails aos participantes das oficinas anteriores, buscando reforçar a participação. Apesar desses esforços, o relatório destaca que a presença ficou abaixo do esperado, especialmente entre representantes do setor

hoteleiro e de comerciantes, segmentos que haviam demonstrado interesse, mas não compareceram (FMLF, 2018).

Conforme apontado no relatório, a 3ª Oficina de Participação Popular começou às 18h30 com a recepção dos participantes, momento em que foram solicitadas assinaturas na lista de presença e o preenchimento de fichas de avaliação. Os organizadores distribuíram tarjas verdes e vermelhas, que seriam utilizadas para a validação final do projeto após sua apresentação. A técnica social da empresa contratada, Dinorah Freitas, da LCN Arquitetura, abriu os trabalhos com uma retrospectiva dos encontros anteriores, ressaltando que esta era a última oficina do ciclo e que a continuidade do processo participativo se daria através do Grupo de Acompanhamento do Projeto (GAP), composto por três representantes de cada trecho da área de intervenção. Esse grupo, formado ao final do encontro, teria a responsabilidade de monitorar o desenvolvimento do projeto junto à Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Após a abertura, conforme dados da FMLF (2018), a presidente da FMLF, Tânia Scofield, deu as boas-vindas aos presentes e abordou o progresso do projeto, incluindo a captação de recursos para sua execução. Em seguida, a arquiteta responsável pela apresentação utilizou um *datashow* para detalhar as propostas finais de requalificação, facilitando o entendimento dos participantes. Durante a exposição, à luz do que foi relatado oficialmente, alguns participantes, ansiosos por entender detalhes específicos, solicitaram interrupções para esclarecer pontos sobre materiais e intervenções planejadas. Após a apresentação, foi aberto espaço para manifestações, nas quais surgiram elogios e questionamentos.

A FMLF expôs no documento que um participante representante de surfistas elogiou o projeto, enquanto outros pediram esclarecimentos sobre a durabilidade dos materiais e a distribuição das intervenções entre Amaralina e Pituba. A questão da cobertura para o espaço da capoeira no Largo das Baianas também foi levantada novamente, com um capoeirista reiterando a solicitação feita em oficinas anteriores, reivindicando uma estrutura adequada para a prática da capoeira (FMLF, 2018).

Ao final da discussão, à luz do apresentado, a presidente da FMLF respondeu aos questionamentos, explicando que as intervenções na Praia da Pituba estavam limitadas pelas regulamentações da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que determina

restrições baseadas na linha de preamar²⁵. Em relação ao espaço da capoeira, à luz do que foi trazido no relatório, foi sugerido que a situação seria reavaliada para verificar possibilidades de atendimento. Ainda conforme apontado, a técnica social conduziu a validação do projeto, solicitando aos presentes que levantassem as tarjas verdes para aprovação e as vermelhas para discordância. A maioria dos presentes ergueu as tarjas verdes, sinalizando o consenso e a validação do projeto (FMLF, 2018).

Na sequência, o relatório traz que foi iniciado o processo de composição do GAP, com três representantes eleitos de cada área. A pedido dos presentes, conforme apontado, aceitou-se a inclusão de suplentes para cada membro, garantindo um acompanhamento contínuo. Os novos membros do GAP foram apresentados à plateia, registrados com seus dados de contato e fotografados. Esse grupo, como apresenta o último relatório de participação popular, representaria os dois bairros envolvidos, Amaralina e Pituba, e se manteria em contato com a FMLF durante as próximas etapas do projeto (FMLF, 2018).

Para avaliar o processo participativo, foi solicitado aos participantes que respondessem a um questionário. O documento elaborado no dia 19 de novembro de 2018, aponta que dos 85 presentes na oficina, 66 responderam ao questionário, oferecendo uma amostra representativa para análise (FMLF, 2018).

Os resultados indicaram que, entre os presentes, 65,15% haviam participado da 1ª Oficina, 71,22% da 2ª Oficina e 78,79% manifestaram intenção de continuar participando em futuros processos participativos. Esse índice, como aponta o relatório, revela um alto grau de compromisso da comunidade com o projeto e o desejo de acompanhar as etapas subsequentes (FMLF, 2018).

²⁵ A linha de preamar (LPM) é definida como a “linha do preamar-médio do ano de 1831” (LPM-1831), estabelecida pelo Decreto-Lei nº 9.760 de 1946, que demarca os terrenos de marinha e seus acrescidos no Brasil. Segundo Rosa et al. (2018, p. 850), essa linha representa a média aritmética das marés máximas mensais de 1831, utilizada como referencial jurídico para delimitar áreas litorâneas pertencentes à União. O estabelecimento da LPM, no entanto, enfrenta críticas devido à variação do nível médio do mar ao longo dos anos e à falta de ajustes metodológicos que contemplem oscilações geodésicas regionais. Estudos, como os de Lima (2002), destacam que a manutenção da LPM-1831 causa conflitos entre proprietários e o governo, uma vez que a linha original não corresponde mais à confrontação atual do mar com o continente. Essa linha, embora legalmente respaldada, requer reavaliação para refletir mudanças ambientais e geográficas, sugerindo que novas demarcações considerem a variação do nível médio do mar e as implicações de eventos naturais no litoral brasileiro.

Embora o relatório se esforce em destacar o “alto grau de compromisso” dos participantes com o projeto, os números apresentados revelam uma realidade bastante distinta. Com apenas 53 pessoas na primeira oficina, 79 na segunda e 92 na terceira, a suposta representatividade esbarra em um dado incontestável: essas oficinas, mesmo após três edições, não atingiram sequer 2% da população local.

A fim da comprovação, foi realizado um cálculo para medir a representatividade nas oficinas. Com isso, conseguimos determinar a fração da população que participou efetivamente, comparando o número de participantes com a população total de cada região. Esses cálculos não envolvem diretamente a regra de três, mas são equivalentes a uma forma simplificada dessa técnica, em que a relação entre participantes e população total é expressa diretamente como uma porcentagem. Utilizaremos desta fórmula:

Quadro 4: Fórmula de Cálculo

Fórmula de cálculo da porcentagem de participantes nas oficinas		
Porcentagem =	Número de participantes	× 100
	População total	

(Fonte: elaboração do autor)

Esses cálculos foram realizados para cada oficina, considerando tanto a população da Pituba (57.894 habitantes) quanto a população da região de Amaralina–Nordeste (254.133 habitantes), de acordo com os dados do último censo realizado pelo IBGE (2022).

Primeira oficina (53 participantes):

- Para a Pituba: A porcentagem de representação foi calculada como 53 sobre 57.894, multiplicado por 100, resultando em 0,09% da população da Pituba.
- Para a região de Amaralina–Nordeste: A porcentagem foi calculada como 53 sobre 254.133 , multiplicado por 100, resultando em 0,02% da população dessa região.

Segunda oficina (79 participantes):

- Para a Pituba: A porcentagem de representação foi calculada como 79 sobre 57.894, multiplicado por 100, resultando em 0,14% da população da Pituba.
- Para a região de Amaralina–Nordeste: A porcentagem foi calculada como 79 sobre 254.133 , multiplicado por 100, resultando em 0,03%% da população dessa região.

Terceira oficina (92 participantes):

- Para a Pituba: A porcentagem de representação foi calculada como 92 sobre 57.894, multiplicado por 100, resultando em 0,16% da população da Pituba.
- Para a região de Amaralina–Nordeste: A porcentagem foi calculada como 92 sobre 254.133 , multiplicado por 100, resultando em 0,04%% da população dessa região.

Portanto, considerando o apresentado, falar em “amostra representativa” soa como um eufemismo para o evidente fracasso na mobilização. A realidade é que a participação popular, longe de ser ampla e inclusiva, permanece restrita a um pequeno grupo. Tal característica evidencia a ineficácia das estratégias de articulação e a incapacidade do poder público em engajar efetivamente as comunidades que serão diretamente impactadas pelo projeto.

Essa informação é comprovada através do próprio relatório ao apontar que, dos respondentes à pesquisa, 15 pessoas estavam participando pela primeira vez. Entre elas, uma baiana de acarajé mencionou que não havia sido informada sobre as oficinas anteriores, o que pode apontar para a necessidade de uma comunicação mais ampla. Outro participante, conforme articulado oficialmente no relatório, que também não pôde comparecer às duas primeiras oficinas, expressou insatisfação com a distância do local escolhido, alegando que a realização das reuniões em locais afastados prejudicou a participação de moradores do Nordeste de Amaralina (FMLF, 2018).

Sobre a avaliação do horário das oficinas, 39,39% dos participantes o consideraram ótimo, enquanto 28,79% o classificaram como bom. Uma parcela de 25,76% não respondeu a essa questão, possivelmente porque incluía pessoas que não participaram das oficinas anteriores. Em relação à dinâmica da oficina, 40,91% consideraram o ritmo ótimo, 25,76% bom, e uma pequena parte (5,26%) registrou como regular (FMLF, 2018).

Em termos de conteúdo abordado, 39,40% dos participantes avaliaram como ótimo, 25,75% como bom, e 24,24% como regular, enquanto uma parcela de 3,03% considerou o conteúdo como ruim. No que diz respeito aos resultados alcançados com o processo

participativo, 33,33% indicaram que foram ótimos, 19,70% acharam bom, e 4,54% consideraram regular, enquanto 4,54% classificaram como ruim (FMLF, 2018).

Quanto ao interesse em participar de processos de construção coletiva para futuros projetos, 18,19% dos participantes preferiram não responder, 36,36% consideraram como ótimo, 24,24% como bom e 19,70% acharam que foi regular (FMLF, 2018).

Em síntese, como articulado no relatório da oficina, os resultados foram considerados positivos, destacando a importância de promover oportunidades para que todos os setores da comunidade participem ativamente em processos de desenvolvimento local. A pesquisa reforça a necessidade de ajustar a comunicação e a localização dos eventos para facilitar o acesso de todas as áreas envolvidas, garantindo uma representatividade mais inclusiva e eficaz (FMLF, 2018).

5.1.4. Mapeamento do vazio: o descompasso do discurso e da participação

Para aprofundar a análise do Projeto Nova Orla Salvador, foi elaborado um mapeamento das associações e grupos comunitários envolvidos nos bairros de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina. Essa lista inclui as entidades representativas e iniciativas que desempenharam papel relevante no processo, mencionadas pela Fundação Mário Leal Ferreira. Além disso, foram identificados pontos de apoio, como escolas e colônias de pescadores que facilitaram a divulgação das oficinas, bem como locais de resistência, onde a afixação de materiais e a circulação de informações enfrentaram dificuldades.

Esse levantamento busca evidenciar tanto as forças mobilizadoras quanto os entraves que impactaram diretamente a efetividade das oficinas, oferecendo um panorama mais completo da dinâmica comunitária ao longo do projeto.

Quadro 05: Lista de associações engajadas no processo de participação popular

Associações e grupos comunitários envolvidos no Projeto Nova Orla Salvador nos bairros	
Nome	Tipo de vinculação
Colônia de Pescadores do Jardim dos Namorados	Representou os interesses dos pescadores locais, levantando demandas específicas para infraestrutura e condições de trabalho.
Colônia de Pescadores da Pituba	Representou os interesses dos pescadores locais, levantando demandas específicas para infraestrutura e condições de trabalho.
Associação dos Servidores do Banco Central (ASBAC)	Sediou as oficinas de participação e foi um ponto central na mobilização popular.
Associação de Ciclistas de Amaralina	Participou da divulgação e articulação com a comunidade de ciclistas.
Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina	Atuou na mobilização e diagnóstico inicial de necessidades locais.

(Fonte: Elaboração do autor, com base nos relatórios da FMLF)

Em análise, a ausência de associações representativas de Amaralina, um dos bairros mencionados, é algo notável. Apesar das baianas de acarajé da localidade serem frequentemente articuladas ao longo dos relatórios, não há qualquer menção de um grupo específico delas ou outra organização local que tenha sido diretamente envolvida no processo de participação popular. Isso pode sugerir uma falta de representatividade para um dos segmentos mais tradicionais e culturais do bairro, o que comprometeria a real abrangência da participação popular no projeto.

Outro ponto a ser destacado é a ausência de diálogo direto com a Colônia de Pescadores de Amaralina. O projeto parece ter se concentrado nas colônias de pescadores do Jardim dos Namorados e da Pituba, ignorando, assim, a relevância da comunidade pesqueira

de Amaralina, que poderia ter sido uma das vozes centrais nesse processo, dado o caráter tradicional e significativo da pesca na região.

Além disso, o fato de a ASBAC, situada na Pituba, ter sido sede única para as três oficinas de participação também levanta questionamentos. A centralização das atividades em um único ponto geográfico, distante de outras áreas impactadas pelo projeto, pode ter dificultado o acesso da população de outros bairros, como o próprio Nordeste de Amaralina, para os quais a mobilização poderia ser mais eficaz se houvesse maior descentralização das ações. Essa centralização geográfica pode ter resultado em uma participação menos representativa e mais concentrada em determinados grupos, o que prejudica a democratização da participação e o alcance do projeto.

Quadro 06: Pontos de apoio na divulgação das oficinas de participação popular

Pontos de apoio na divulgação das oficinas	
Tipo	Nome
Instituições de ensino	Colégio Estadual Manoel Devoto - Rio Vermelho
	Colégio Integral - Pituba
Colônia de Pescadores	Colônia de Pescadores do Jardim dos Namorados
	Colônia de Pescadores da Pituba
Centros Religiosos	Igreja Nossa Senhora da Luz - Pituba
	Igreja Batista Lírio do Vale - Pituba
Estabelecimentos comerciais	Restaurante Ki-Mukeka - Pituba
	Restaurante Sertão Bom - Pituba
Espaços/pontos culturais	Teatro Jorge Amado - Pituba
	Quiosques das Baianas - Amaralina
	Largo das Baianas - Amaralina.

(Fonte: Elaboração do autor, com base nos relatórios da FMLF)

Sob um olhar mais atento, outra vez, percebe-se uma concentração evidente na Pituba, tanto como área de apoio e resistência à divulgação. O relatório destaca escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais situados majoritariamente nesse bairro, reforçando uma centralização do diálogo institucional nessa localidade. Esse cenário levanta questões importantes, especialmente ao se observar a ausência de articulação com o Nordeste de Amaralina, bairro diretamente impactado pelas propostas de requalificação urbana, mas que, paradoxalmente, não aparece como foco das estratégias de mobilização.

É curioso perceber que um colégio no Rio Vermelho foi utilizado como ponto de divulgação, mesmo sendo um bairro já contemplado em um processo de requalificação anterior, enquanto o Nordeste de Amaralina, com sua significativa densidade populacional e relevância histórica, foi ignorado. A ausência de qualquer colégio, comércio ou ponto de referência no bairro denota uma falha grave no planejamento participativo, sugerindo uma exclusão sistemática de comunidades mais vulneráveis.

Quadro 07: Pontos de resistência na divulgação das oficinas de participação popular

Pontos de resistência na divulgação das oficinas	
Tipo	Nome
Setor hoteleiro em Amaralina e na Pituba	Pituba Open Center
	Madson Plaza
	Pituba Sol

(Fonte: Elaboração do autor, com base nos relatórios da FMLF)

Embora a rede hoteleira tenha se manifestado favoravelmente à requalificação do trecho Amaralina–Pituba, considerando-a uma boa oportunidade para o turismo na localidade, conforme apontado nos documentos da prefeitura, os gerentes de hotéis ou representantes gerais das redes hoteleiras não participaram das reuniões. Apesar disso, houve uma tentativa constante de aproximação com a categoria.

Diante dos esforços apresentados pela organização, a divulgação nos hotéis foi limitada aos aplicativos internos, restringindo o acesso do público externo aos cartazes. Além disso, conforme articulado nos relatórios oficiais, houveram dificuldades em garantir a continuidade da divulgação, uma vez que os cartazes ficaram sob a responsabilidade dos atendentes durante a ausência dos gerentes. Para amenizar os impactos, conforme a FMLF (2018) foram confeccionados cartões de visita, que foram deixados nas recepções dos hotéis como uma alternativa para alcançar maior público.

Vale destacar também que a insistência em envolver a rede hoteleira, mesmo com a notória resistência e a baixa adesão dessa categoria, evidencia uma priorização duvidosa, que parece mais alinhada a interesses econômicos do que ao real engajamento da população local. Esse quadro reforça a necessidade de uma revisão crítica nas estratégias de articulação, garantindo que o processo participativo alcance de fato todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles mais afetados pelas intervenções urbanísticas.

De maneira geral, o apresentado neste capítulo revelou mais do que a simples cartografia dos agentes e espaços envolvidos: expôs lacunas significativas na estratégia de articulação e mobilização comunitária. A concentração das ações em áreas de maior visibilidade e interesse econômico, como a Pituba, em detrimento de regiões mais populosas e diretamente impactadas, como o Nordeste de Amaralina, evidencia uma exclusão que compromete o ideal de participação popular efetiva. Além disso, a insistência em envolver setores resistentes, como o hoteleiro, mesmo diante de seu notório desinteresse, reforça uma lógica que parece mais preocupada em legitimar processos do que em garantir a inclusão real da comunidade.

Nesse sentido, torna-se fundamental ouvir diretamente aqueles que vivenciam e integram essas comunidades, aprofundando a compreensão sobre os impactos e expectativas em torno do projeto. No próximo capítulo, por meio de entrevistas com agentes sociais e lideranças locais, buscaremos trazer à tona vozes frequentemente invisibilizadas, essenciais para compor uma análise mais crítica e humanizada deste processo participativo.

CAPÍTULO VI. ENTRE PROMESSAS E REALIDADES:

AS VOZES DA REQUALIFICAÇÃO

A única melhora que teve foi que a gente não tinha uma cabana, e hoje... eles arrumaram um negócio ali. Mas em termo de... de... só, mas foi só isso. E outra coisa, que ficou inacabado. A cabana ficou inacabada. Porquê... eles fizeram o oco, né?! Aí! E a parte dos armário, e eles disseram que tava no projeto, eles não fizeram. Aí toda... aí dentro tem um bocado de armário, né?! Feito de qualquer jeito. Por a gente que fez. [...] Nunca é como a gente quer. É sempre como eles querem. [...] Mas é isso! Pescador sofre que não é pouco (Hildir, também conhecido como Dico, em entrevista realizada no dia 03 de Dezembro de 2024).

A fala de Hildir, pescador da localidade de Amaralina, ao relatar a construção inacabada da cabana e o descaso com os detalhes essenciais para a funcionalidade do espaço, sintetiza um sentimento de frustração e impotência frente a projetos que, embora planejados, não atendem às necessidades e desejos reais da comunidade. Essa situação é um reflexo das tensões que permeiam o contexto urbano contemporâneo, no qual as decisões são frequentemente tomadas sem a devida consideração pelos anseios e condições locais. O que se vê, portanto, é uma desconexão entre o que é prometido e o que é efetivamente entregue à população, um fenômeno que ressoa ao longo das discussões sobre o planejamento urbano e a participação social. Assim, a experiência de Hildir ressignifica, de forma contundente, a crítica às práticas urbanísticas que, frequentemente, falham em envolver os cidadãos de maneira efetiva e respeitosa em processos decisórios, perpetuando desigualdades e insatisfações.

No caso do Projeto Nova Orla Salvador, a requalificação do eixo Amaralina–Pituba trouxe à tona uma série de questões relacionadas à mobilização de estratégias e instrumentos participativos, bem como aos impactos sociais resultantes dessa iniciativa. Este capítulo busca explorar essas dimensões, a partir das entrevistas realizadas com representantes das associações dos bairros em foco de estudo, líderes comunitários e demais agentes envolvidos no processo.

Partindo das narrativas sobre os impactos sociais e conflitos emergentes no cotidiano dos bairros afetados, este capítulo foca nas percepções e experiências dos entrevistados. Por

meio do diálogo com trajetórias individuais e coletivas, busca-se analisar as relações sociais, a estruturação do uso dos espaços urbanos e as estratégias de ordenação pública e gestão do espaço público articuladas no contexto do Projeto Nova Orla Salvador.

Ao retomar a pergunta de partida – de que forma a participação popular influencia a execução de grandes projetos urbanos, como o Projeto Nova Orla Salvador, na requalificação dos bairros de Amaralina e Pituba? –, este capítulo aprofunda-se nos relatos coletados para identificar os instrumentos de participação mobilizados, os conflitos emergentes e os possíveis desdobramentos sociais que configuram a trama urbana desses bairros. Dessa forma, pretende-se não apenas compreender as dinâmicas participativas, mas também problematizar os limites e as potencialidades de tais práticas no contexto da execução de grandes projetos urbanos.

Nesse sentido, torna-se essencial abordar a importância do Estatuto da Cidade. Ao estabelecer diretrizes e instrumentos visando garantir o direito à cidade e a inclusão da sociedade civil nas decisões, o Estatuto fornece um referencial indispensável para compreender o papel e os desafios da participação popular no âmbito de projetos urbanos de grande escala, como o analisado nesta pesquisa.

Instituído pela Lei nº 10.257, de 2001, O Estatuto da Cidade representa um marco jurídico na regulamentação da política urbana no Brasil, ao operacionalizar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Este instrumento estabelece as bases para um modelo de desenvolvimento urbano orientado pela promoção da função social da propriedade e pela realização do direito à cidade, articulando diretrizes fundamentais para o planejamento e a gestão das cidades brasileiras. Como aponta a legislação, seu propósito central é garantir o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo como fundamentos a gestão democrática, a sustentabilidade e a equidade no acesso aos benefícios do desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

O direito à cidade, princípio norteador do Estatuto, compreende o acesso à moradia digna, saneamento, transporte público eficiente, infraestrutura urbana, áreas de lazer e oportunidades de trabalho. Este direito, conforme delineado no art. 2º (Brasil, 2001), destina-se a assegurar o bem-estar das gerações presentes e futuras, promovendo a inclusão social e mitigando desigualdades históricas que marcam o cenário urbano no país. Entre as diretrizes gerais desse artigo, destacam-se a necessidade de:

- Gestão democrática por meio da participação popular em planos, programas e projetos urbanos (art. 2º, inciso II);
- Planejamento do uso e ocupação do solo, prevenindo o crescimento desordenado e impactos ambientais adversos (art. 2º, inciso IV);
- Justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização (art. 2º, inciso IX);
- Regularização fundiária e urbanística voltada às populações de baixa renda (art. 2º, inciso XIV).

O Estatuto da Cidade também introduz um conjunto de instrumentos para implementação dessas diretrizes, permitindo ao poder público e à sociedade civil articular estratégias para o desenvolvimento urbano sustentável (Brasil, 2001). Entre os principais, destacam-se:

- Plano Diretor (art. 39): Instrumento básico e obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, orientando a organização do território urbano, o zoneamento, e a regularização fundiária.
- IPTU Progressivo no Tempo (art. 7º): Ferramenta para desestimular a especulação imobiliária, com alíquotas crescentes para propriedades subutilizadas ou não utilizadas.
- Operações Urbanas Consorciadas (art. 32): Ações coordenadas entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para intervenções urbanísticas em áreas específicas.
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) (art. 36): Avaliação de impactos ambientais, sociais e econômicos de empreendimentos urbanos.
- Usucapião Especial Urbana (arts. 9º a 14): Regulariza a posse de terrenos urbanos ocupados por cinco anos ininterruptos, desde que cumpram critérios específicos.

Entre os pilares mais significativos do Estatuto está a promoção da gestão democrática das cidades, assegurada por mecanismos participativos descritos no Capítulo IV. O art. 43 destaca instrumentos, como:

1. Órgãos Colegiados de Política Urbana: Estes órgãos operam nos níveis nacional, estadual e municipal, permitindo que representantes de diferentes segmentos sociais influenciem diretamente as decisões urbanísticas. Sua atuação visa promover um diálogo constante entre poder público, sociedade civil e especialistas, garantindo que os interesses coletivos sejam considerados.
2. Debates, Audiências e Consultas Públicas: As audiências públicas são obrigatórias para a aprovação de planos, programas e projetos urbanos. Elas criam um espaço aberto de diálogo, permitindo que a população expresse opiniões e preocupações sobre empreendimentos e ações que possam impactar o ambiente urbano. Este dispositivo visa aumentar a transparência e fortalecer o controle social.
3. Conferências sobre Temas de Interesse Urbano: As conferências possibilitam discussões aprofundadas sobre questões urbanísticas específicas, promovendo a articulação entre diferentes atores sociais. Elas incentivam a elaboração de políticas que atendam às demandas locais e regionais, com foco em sustentabilidade e inclusão.
4. Iniciativa Popular de Projetos de Lei: Este instrumento possibilita que os cidadãos apresentem propostas legislativas e planos urbanos, desde que cumpram os requisitos formais de representatividade e mobilização. Ele reforça o protagonismo da sociedade na construção de cidades mais justas e democráticas.

Além disso, o art. 44 destaca a necessidade de gestão orçamentária participativa, incluindo debates e consultas públicas durante a formulação do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual (Brasil, 2001). Esta abordagem visa assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de maneira transparente e alinhada às necessidades da população.

Em âmbito municipal, na capital baiana, os documentos disponibilizados pela prefeitura da cidade, “Salvador: Construindo Um Novo Futuro – 2013-2016” e “Salvador: Uma Nova Cidade Para Um Novo Tempo – 2017-2020” apresentam diretrizes estratégicas para o planejamento e a execução de projetos urbanos durante seus respectivos períodos. Ambos os documentos trazem um discurso voltado para a modernização da infraestrutura, a

promoção de investimentos e a busca por melhorias na qualidade de vida urbana, aspectos que, à primeira vista, indicam uma tentativa de alinhamento com os princípios do Estatuto da Cidade.

No entanto, ao analisar o conteúdo desses relatórios, surgem questões importantes relacionadas à forma como a participação popular é incorporada ao planejamento e à execução das ações propostas. Ainda que ambos os documentos abordem sobre a relevância de uma gestão democrática, os instrumentos efetivos de consulta e mobilização social nem sempre são explicitados ou operacionalizados de forma robusta. Esse aparente descompasso entre a narrativa oficial e a prática cotidiana emerge como uma das principais preocupações no contexto do Projeto Nova Orla Salvador.

O Plano Estratégico “Salvador: Construindo um Novo Futuro (2013–2016)”, apresentado como um marco na gestão municipal, buscou traçar diretrizes amplas para o desenvolvimento urbano e social da cidade. Contudo, ao analisar suas políticas relacionadas à participação comunitária, algumas lacunas emergem em relação à efetivação de uma gestão verdadeiramente democrática.

O documento enfatiza a importância da transparência e do diálogo com a comunidade como elementos centrais de sua abordagem. A metodologia de acompanhamento do plano, conforme apontado oficialmente

[...] se dará da forma mais inclusiva possível, em interação com as entidades representativas e setores envolvidos. A implementação das ações planejadas é um processo dinâmico, complexo e sujeito às influências de aspectos variáveis e determinantes econômicos, políticos e sociais. Por isso, está prevista uma atualização constante e inerente ao planejamento municipal, aprimorado na medida em que novas contingências se apresentem, sempre com foco nos melhores resultados (Planejamento Estratégico, 2013, p. 19).

No entanto, a ausência de detalhamentos específicos sobre o funcionamento desses espaços participativos, bem como de indicadores claros sobre a eficácia dessas práticas, levanta questionamentos sobre a profundidade de sua implementação. O planejamento estratégico apresenta metas e ações detalhadas (como as 56 metas e 53 iniciativas), mas não esclarece como a população foi ou seria diretamente envolvida na priorização e avaliação dessas ações. Entre as iniciativas descritas, destaca-se o esforço para descentralizar a gestão por meio das Prefeituras-Bairro e programas como o Fala Salvador (Planejamento Estratégico, 2013, p. 21). Estas medidas prometem ampliar o acesso à administração pública

e facilitar a resolução de demandas locais. Apesar disso, não há menção explícita de fóruns ou conselhos permanentes para garantir a continuidade e a representatividade das vozes comunitárias nos processos de tomada de decisão.

A análise do capítulo de Justiça Social aponta para a priorização de programas voltados à inclusão de grupos vulneráveis, como a ampliação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Convivência Socioassistencial (Planejamento Estratégico, 2013, p. 47-49). Embora essas ações sejam louváveis, é importante observar que tais iniciativas focam na execução de serviços e no atendimento à população, sem necessariamente integrar os cidadãos em processos participativos mais amplos e deliberativos.

Outro ponto relevante diz respeito à articulação do planejamento urbano com a participação popular no eixo de Ambiente Urbano. O plano cita intervenções urbanísticas significativas, como o programa Salvador 500 e a Requalificação Urbana (Planejamento Estratégico, 2013, p. 83). Contudo, falta um delineamento claro sobre como as comunidades locais foram ou seriam engajadas na concepção e implementação dessas ações. Tal lacuna é especialmente sensível em contextos de requalificação urbana, onde decisões podem gerar impactos diretos sobre o cotidiano das populações afetadas.

O envolvimento popular é mencionado, sim, mas de maneira aspiracional, sem mecanismos claros ou estruturados para assegurar uma participação popular efetiva e decisiva. Ainda que reconheça a importância de metas voltadas à inclusão social e à redução das desigualdades, a correlação com os princípios do Estatuto da Cidade é feita de maneira genérica, sem menção explícita à aplicação de diretrizes como “gestão democrática” ou “participação direta” na formulação do planejamento.

Já o Plano Estratégico “Salvador: Uma Nova Cidade Para Um Novo Tempo (2017–2020)” apresenta uma abordagem que aparenta consolidar as diretrizes do ciclo anterior, focando na modernização da gestão pública e na ampliação de serviços essenciais. Contudo, ao analisar os dispositivos relacionados à participação popular, nota-se uma manutenção de práticas já existentes, mas sem avanços significativos que ampliem ou aprofundem o envolvimento comunitário nos processos decisórios.

No Eixo Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão, a prefeitura destaca oficialmente que:

O relacionamento direto entre a Prefeitura e o cidadão e a melhoria da gestão municipal são os temas integrantes deste Eixo. O objetivo é promover uma maior efetividade dos diversos canais de comunicação e desenvolver novas estratégias para cada dia engajar mais o cidadão nas ações da Prefeitura. Também aborda questões necessárias ao bom funcionamento da administração municipal, como a melhoria dos processos de gestão e a capacitação de servidores (Planejamento Estratégico, 2017, p. 145).

Entretanto, a análise do documento revela uma ausência de novos mecanismos estruturados para garantir a participação deliberativa da sociedade civil, como a formação de conselhos ou fóruns permanentes de discussão. O plano também menciona o fortalecimento do modelo de gestão integrada entre secretarias e órgãos públicos, utilizando plataformas de monitoramento e avaliação das metas estabelecidas (Planejamento Estratégico, 2017, p. 18). Embora essas ações visem promover maior eficiência administrativa, elas não necessariamente asseguram um espaço participativo inclusivo, onde as comunidades possam influenciar as decisões que impactam diretamente suas vidas.

Em relação às iniciativas de mobilização social, destacam-se programas que visam engajar cidadãos em projetos culturais, esportivos e educacionais, como os Espaços Boca de Brasa e os editais de fomento cultural (Planejamento Estratégico, 2017, p. 37-39). Apesar de relevantes, essas ações têm um caráter mais consultivo ou expositivo, limitando o protagonismo comunitário em questões estratégicas de planejamento urbano.

Um aspecto positivo no plano diretor, porém, limitado, está no reconhecimento da importância de descentralizar ações culturais e educacionais para bairros periféricos. Essa abordagem, ainda que louvável, não se traduz diretamente em um avanço no campo da participação popular em decisões estruturantes, como intervenções urbanísticas ou políticas de desenvolvimento social.

A continuidade do foco em consultas públicas e programas de atendimento descentralizado, como o Fala Salvador, reflete uma tendência de manter a população informada, mas não garante um espaço efetivo para a construção coletiva de políticas públicas. Ademais, a inexistência de referências claras à criação de conselhos comunitários ou de um planejamento participativo nos grandes projetos urbanos levanta questionamentos sobre o alcance e a profundidade do engajamento comunitário promovido pelo plano.

De forma geral, o discurso apresentado em ambos carrega um caráter parcialmente propositivo ao apenas trazer a participação popular em uma linguagem aspiracional que inclui termos como “inclusão”, “transparência” e “engajamento cidadão”. Apesar de se alinhar teoricamente ao Estatuto da Cidade, a análise revela que essa narrativa frequentemente se baseia mais em intenções do que em ações concretas. Embora ambos os documentos mencionem ferramentas como audiências públicas e plataformas digitais, falta um detalhamento metodológico e indicadores de eficácia, resultando em um discurso genérico que não garante a inclusão efetiva das vozes locais nas decisões públicas.

No primeiro documento, observa-se uma tentativa de integrar a participação popular por meio de medidas tecnológicas, mas sem evidências de fóruns ou consultas públicas que assegurem essa inclusão. Já no segundo documento, apesar de avanços na abordagem tecnológica e propostas para maior interação com os cidadãos, ainda há uma carência de instâncias participativas estruturadas. O foco no eixo “Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão” se concentra na relação com servidores, em vez de construir canais efetivos para a participação decisória. Assim, a participação popular se mantém como um ideal normativo, mas raramente se traduz em práticas concretas, perpetuando um distanciamento entre a narrativa institucional e a realidade vivida pelas comunidades afetadas pelos projetos urbanos.

Sendo assim, a análise dos relatórios estratégicos de Salvador evidencia um descompasso entre as intenções declaradas de promover uma gestão democrática e a efetiva inclusão popular nas decisões que impactam diretamente os territórios urbanos. Para aprofundar essa discussão, este capítulo se volta às entrevistas realizadas com representantes locais, buscando entender como as percepções e vivências nos bairros de Amaralina, Nordeste de Amaralina e Pituba dialogam com as diretrizes oficiais. A partir dessas narrativas, pretende-se confrontar a narrativa oficial com as experiências concretas, analisando os limites e as potencialidades da participação popular no contexto do Projeto Nova Orla Salvador.

6.1 NARRATIVA DAS RUAS: A OBRA SOB OS OLHARES LOCAIS

Dando continuidade à investigação sobre os impactos do Projeto Nova Orla Salvador no trecho Amaralina–Pituba, esta etapa teve início com as entrevistas exploratórias. A escolha desta abordagem permitiu uma aproximação inicial com alguns atores sociais das comunidades locais, possibilitando uma compreensão de suas percepções, divergências e contraposições em relação às intervenções urbanísticas.

Segundo o relato de pescadores da colônia em Amaralina, as melhorias realizadas na infraestrutura local foram limitadas e incompletas, frustrando as expectativas da comunidade. Embora a construção de uma cabana tenha representado um avanço, a obra foi entregue inacabada, com a ausência de armários e outras melhorias previstas no projeto. Diante dessa lacuna, conforme relatado, os próprios pescadores improvisaram soluções para suprir a necessidade dos trabalhadores locais. Como observado em suas falas, as intervenções realizadas frequentemente desconsideram as reais necessidades da comunidade, reforçando a sensação de que *“nunca é como a gente quer, é sempre como eles querem”*. Tal cenário exemplifica a vulnerabilidade estrutural enfrentada pelos pescadores, marcada pela negligência e pelo sofrimento cotidiano em suas condições de trabalho.

Segundo Seu Néviton, pescador há mais de 40 anos e representante da Associação de Pescadores do bairro de Amaralina, as intervenções estruturais realizadas na área apresentaram falhas que comprometeram sua funcionalidade diante das condições naturais da localidade. Conforme observado no depoimento abaixo:

Na primeira maré que teve aí, deu um tangolomango, uma reviravolta, o vento entrou... a maré derrubou tudo. Tudo derrubado. A maré pegou tudo e jogou no chão. Se o engenheiro passasse aqui, ia ver a merda que ele fez. O engenheiro da prefeitura, sim. Chegou, e nós conversamos com ele. Chegou e eu disse: “Irmão, tudo bem? Aqui, e tal... por causa da maré, essa alvenaria...”, não é dizer que não foi conversado. Falamos! E eu ainda disse: “No primeiro tombar de maré, o senhor venha andando, pela orla, para ver o que o senhor fez. Sabe o que ele me disse? “Eu faço aquilo que me mandam fazer”. Quer dizer... complica nossa vida, né? (Seu Néviton, 63 anos).

Outros antigos pescadores da região, como Hildir, conhecido pelos colegas de ofício por codinome Dico, articulam sobre o impacto das obras e as mudanças percebidas na localidade.

E você veja que lá no Rio Vermelho, lá na Mariquita, ficou bom. Lá não caíram. Perto da Igreja de Santana, né? Teve lá também. Foi primeiro. Lá fizeram bem feito. Aqui tinham feito a encosta há muito tempo. Desabou. Não é a primeira vez que teve negócio de política por aqui. Vira-e-mexe tem algum que diz que faz e vai fazer. Dessa vez... é, não fizeram bem feito, mas deu pro gasto. Melhor do que das outra vez, porque os outros não fizeram. A única coisa que nós aqui, a gente não pode reclamar, foi a base; o barracão. Hoje a gente tem um lugar pra poder colocar nosso material. Mas dizer que ficou 100%? Não ficou (Dico, 63 anos).

A discrepância na qualidade das obras de requalificação entre diferentes bairros de Salvador reflete não apenas uma questão técnica, mas também um panorama mais amplo das prioridades do poder público e da forma como determinados territórios são concebidos dentro da lógica urbana. O Rio Vermelho, historicamente associado à boemia e ao turismo, recebe investimentos que visam preservar e potencializar sua imagem enquanto atrativo econômico e cultural da cidade. A Festa de Iemanjá, por exemplo, projeta o bairro internacionalmente, tornando a infraestrutura local uma vitrine para visitantes e investidores. Dessa forma, as obras ali realizadas são conduzidas com maior atenção e esmero, garantindo um resultado duradouro e esteticamente adequado às exigências da região.

Em contrapartida, Amaralina enfrenta um cenário distinto. Apesar de sua importância histórica e cultural, o bairro não se encaixa na mesma lógica mercadológica que impulsiona melhorias no Rio Vermelho. O relato de Dico denuncia um padrão de obras executadas sem o devido cuidado, muitas vezes marcadas por promessas políticas e por intervenções que, embora melhorem certas condições, não garantem segurança e durabilidade à comunidade local. Essa negligência reforça uma hierarquização urbana em que bairros sem forte apelo turístico são constantemente relegados a segundo plano.

A Pituba, por sua vez, apresenta um caso intermediário. Embora seja um bairro nobre e planejado para atender à elite soteropolitana, o apagamento de sua memória pesqueira e sua transformação em um espaço essencialmente residencial e comercial resultaram em obras que, apesar de superiores às de Amaralina, ainda não atingem o padrão visto no Rio Vermelho. Isso demonstra que, mesmo dentro de uma lógica de valorização econômica, há distinções no nível de prioridade conferido pelo poder público conforme a simbologia

atribuída a cada localidade. Tal lógica foi observada na colônia de pescadores da Pituba, onde o representante Durval, conhecido como Xabau, destacou que, embora grande parte das solicitações da comunidade tenha sido atendida, os agentes naturais evidenciaram que as obras não foram executadas com a qualidade necessária.

A gente precisa ter muito respeito no mar. Respeito, cautela... mar é coisa séria! Com as obra aí, destruíram a encosta. Não tinha essa quantidade de pedra assim antes. Aqui na ponta!? Não tinha não. Fizeram, sim, muita coisa. A gente reconhece. Mas dizer que ficou tudo lindo? Não. E vai mentir? 90% do que foi pedido, foi entregue. É aquela coisa: bem feito é outra história. Aí mermo é um risco, hoje, pra quem vai pescar. As pedra ficaram tudo aí. E de noite? Porque pescador sai à noite, de madrugada. Não foi pensada muita coisa. A percepção que se tem é essa (Xabau, 59 anos).

O relato de Rita Maria Ventura dos Santos, presidente da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivos da Bahia (ABAM), segue o mesmo tom do que foi ouvido nas colônias de pescadores. Conforme Rita, a implementação de estruturas no âmbito do projeto em Amaralina não atendeu plenamente às demandas da comunidade local. Ela relata que, embora as baianas tenham solicitado modificações no quiosque instalado pela prefeitura, o espaço encontra-se atualmente em situação de abandono, demonstrando a ausência de manutenção adequada.

O quiosque de Amaralina, as meninas pediram e a prefeitura fez de uma maneira, né? Aí as meninas pediram pra botar da maneira que tá hoje. Eu acho que hoje tá praticamente abandonado, viu? Porque elas mesmas pediram pra fazer as modificações. Mas é muito triste porque o que foi reformado já está se acabando. É vazio! A gente tem uma importância histórica tão grande. É triste! Fizemos, por exemplo... solicitamos, no caso, alguns quiosques na Praça do Budião, ali em Amaralina. Eram três baianas, e acabou não saindo os quiosques. Na hora, resolveram dar um quiosque para o pessoal do surf (Rita Maria, 68 anos).

Acerca da participação popular, destaca-se sua importância enquanto princípio fundamental de um planejamento urbano inclusivo, sendo amplamente reconhecida como essencial para incorporar as demandas e expectativas das comunidades diretamente impactadas nas decisões públicas. A participação efetiva não apenas fortalece o diálogo entre poder público e sociedade civil, mas também assegura que as intervenções urbanas reflitam as necessidades reais dos moradores locais.

Nesse sentido, as entrevistas foram pensadas para se aproximar do impacto das transformações no cotidiano dos moradores e representantes das comunidades. Com foco na

maneira como eles percebem o espaço dado à população para contribuir com o projeto, avaliando tanto as experiências daqueles que participaram de oficinas, reuniões ou consultas quanto a qualidade desse engajamento. A partir desses diálogos, buscou-se compreender em que medida a participação foi efetiva ou apenas simbólica, refletindo as diferentes percepções sobre os canais de escuta disponibilizados durante o planejamento e execução das intervenções.

Conforme o relato, os pescadores da colônia de Amaralina apontaram a ausência de uma aproximação efetiva entre o poder público e a comunidade local, sugerindo que as decisões foram tomadas de forma centralizada e tecnocrática, sem considerar adequadamente os conhecimentos e demandas dos moradores. Essa percepção é reforçada pelo relato de Seu Néviton, que destaca as dificuldades enfrentadas pela comunidade para participar efetivamente das reuniões promovidas pela prefeitura. Segundo ele, os encontros eram frequentemente marcados em horários incompatíveis com a rotina dos pescadores, que trabalham durante a noite, resultando em uma baixa participação da comunidade. Além disso, a comunicação sobre as reuniões era feita de forma tardia, muitas vezes inviabilizando a presença dos envolvidos. Seu Néviton também menciona que, apesar de alguns esforços por parte da equipe técnica envolvida, o diálogo permaneceu restrito e pouco transparente, limitando-se a momentos pontuais e cerimoniais, sem garantir uma escuta efetiva das demandas locais.

Eu digo a você que teve reunião que muitos de nós não foi, porque pescador trabalha à noite. Alicate, Cundum, que pesca aqui e no Rio Vermelho, Dico, o... os menino tudo daqui, né? Teve reunião que muita gente não tava, só soube depois. Avisava mais em cima da hora mesmo. Tudo no mesmo lugar, lá na Pituba. Não me lembro quantas foram. Tinha um negócio, uma cerimônia, um come-come com uns negócios, a lambança daquela criatura da prefeitura e ficava nisso. A técnica deles, como é o nome? Arquiteta! Mas assim... tinha a boa vontade. Se for colocar no saco os que tava antes, pelo menos, tiveram boa vontade de criar um negócio. Como representante, era muito comigo. Lhe digo que foi comigo. Não vi uma coisa... aberta, cê me entende? Que fosse conversado com cada um, direitinho, pá! Eu, de cá, não vi isso (Seu Néviton, 63 anos).

Essa situação, no entanto, apresenta nuances quando observada a partir da experiência dos pescadores da colônia de Pituba. Conforme relatado por seu representante, Xabau (59 anos), a participação nas reuniões também foi marcada por desafios, mas, diferentemente de Amaralina, alguns avanços puderam ser percebidos no decorrer do processo. A seguir, apresenta-se o relato do representante da colônia de pescadores da Pituba, que oferece uma

perspectiva complementar sobre os encontros promovidos no âmbito do Projeto Nova Orla Salvador.

Me lembro, sim. Me lembro. Era muito com Samuel esse negócio todo aí deles. Porque eu sou o representante, mas não o presidente. No cartório, quem tá é Samuel, meu irmão. Eu assumi aqui como representante porque a vivência do mar faz a gente se aproximar mais com as coisa que é daqui, do dia, do cotidiano do pessoal. Porque tudo de errado que acontece com o pescador é culpa do próprio pescador, né? O tempo ruim, o barco que não presta... a gente tem que saber e sabe. O pescador sabe! Mas sobre as reunião deles, chamaram. E é como eu disse a você: 90% das coisa que a gente botou, foram feitas. E eles melhoraram, porque na primeira que teve, eu mesmo não fui. Muita gente não foi. Se Samuel tivesse aqui, lhe contava melhor. Na segunda foi melhor porque eles se preocuparam, acho eu, com a repercussão. Foi vazia a primeira (Xabau, 59 anos).

Aprofundando a discussão com o representante da colônia de pescadores da Pituba, buscou-se compreender não apenas sua percepção sobre a participação nas reuniões, mas também suas impressões acerca do tratamento dado aos pescadores ao longo do processo de planejamento e execução das obras. Nesse diálogo mais direcionado, emergem aspectos importantes relacionados à qualidade do diálogo estabelecido com a prefeitura, bem como à continuidade das ações após a conclusão das intervenções.

O relato revela que, embora tenha havido uma tentativa inicial de escuta e diálogo, o tratamento dispensado aos pescadores foi marcado por uma relação desigual, mediada por figuras específicas, como Samuel, presidente registrado em cartório da Associação, e que desempenhava um papel central na comunicação com a prefeitura. Além disso, Durval expõe uma fragilidade estrutural no acompanhamento pós-obra, destacando que as demandas não resolvidas precisaram ser judicializadas, em um processo que se arrasta sem uma resolução definitiva.

Esses elementos trazidos por Xabau mostram não apenas as falhas no processo participativo, mas também as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para acessar mecanismos efetivos de resolução de problemas, mesmo após a entrega das obras. A seguir, apresenta-se outro relato de Durval (Xabau), que aprofunda essas questões e traz novos elementos para refletir sobre a relação entre participação popular, tratamento dado às comunidades e a responsabilidade do poder público na garantia de resultados efetivos e sustentáveis.

Bem tratado, sim. Acho que teve um interesse em buscar ouvir o que se tinha, as queixa, as causa que tinha de fazer e não tinha sido feito. Conversava mais com Samuel mesmo. É porque ele é mais educado, polido... comigo é outra história. A gente colocou, inclusive, a prefeitura na justiça. Não teve suporte nenhum depois das obra que fizeram. Está rolando a causa – e parece que não acaba nunca essa causa, porque toda hora surge um advogado deles. Só tem um que parece tá do nosso lado. A gente quer resolver o negócio das pedras, né? Não pode ficar assim (Xabau, 59 anos).

A análise das percepções dos pescadores das colônias de Amaralina e Pituba sobre a participação popular no Projeto Nova Orla Salvador, de forma geral, evidencia um cenário marcado por limitações estruturais e práticas que, à luz da teoria da “Escada da Participação Popular”, proposta por Arnstein (1969), situam-se majoritariamente nos níveis mais baixos do modelo. Na colônia de Amaralina, conforme relatado por Seu Néviton e outros profissionais pertencentes à colônia, a participação dos pescadores foi dificultada por uma série de barreiras práticas e estruturais, como a incompatibilidade dos horários das reuniões com a rotina noturna de trabalho dos pescadores e a comunicação tardia sobre os encontros. Esses fatores configuram um processo de “Tokenismo”, em que a comunidade é formalmente chamada a participar, mas sem garantias de que suas contribuições influenciarão de maneira significativa as decisões finais. O caráter cerimonial e superficial das reuniões, descrito como um *“come-come com uns negócios”*, revela que os momentos de escuta eram mais simbólicos do que efetivos, restringindo-se ao nível de “Consulta”, onde as opiniões são coletadas, mas raramente traduzidas em ações concretas.

Por outro lado, na colônia da Pituba, apesar de um avanço relativo percebido por Xabau, também evidenciam-se fragilidades no processo participativo. O envolvimento inicial com Samuel, figura central na representação da comunidade, demonstra como o diálogo foi mediado por intermediários, limitando o alcance de uma participação verdadeiramente horizontal. Além disso, os relatos sugerem que, embora algumas demandas tenham sido atendidas após uma repercussão negativa inicial, as questões não resolvidas precisaram ser judicializadas, prolongando a busca por soluções concretas. Tal cenário aproxima-se mais uma vez do nível de “Tokenismo”, com elementos de “Consulta” e, em menor grau, “Parceria”, mas sem alcançar os estágios mais elevados da participação popular.

Em contrapartida, Rita Maria Ventura dos Santos, representante da ABAM (Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivos da Bahia), apresenta uma perspectiva distinta sobre as oficinas e a oportunidade de integração entre poder público

e comunidade. Sua fala revela uma experiência mais estruturada e inclusiva durante os encontros realizados no âmbito do projeto, no trecho Amaralina–Pituba.

De acordo com sua fala, foram realizadas pelo menos três reuniões, todas no período noturno, facilitando a participação de diferentes grupos sociais, incluindo baianas de acarajé, capoeiristas, surfistas e moradores locais. Esses encontros, conduzidos com a presença de representantes da Fundação Mário Leal Ferreira, permitiram um espaço mais aberto para diálogo e construção coletiva. Conforme o relato:

Nós participamos de várias reuniões. Acho que foram três, todas à noite, ali na associação... uma associação na Pituba. Então, eram normalmente à noite, com o pessoal da Fundação Mário Leal e os moradores. Na época da reunião, participava a ABAM, e eu levava as baianas que trabalhavam na Amaralina. Participavam capoeiristas, gente do surf... tinha uma quantidade considerável de pessoas. E nós fazíamos o projeto no papel. A gente colocava no papel o que a gente queria, o que podia... tudo isso foi feito nas reuniões (Rita Maria, 68 anos).

Rita amplia ao mencionar sobre a organização das oficinas de participação popular organizadas pela prefeitura. Como dito:

Era dividido em grupo, as pessoas. Era dividido em grupo e tinha que botar tudo na cartolina. É... os desafios, pós e contras. Em outros trechos que foram reformados mesmo, a gente faz do mesmo jeito. No caso, a Fundação Mário Leal faz do mesmo jeito. Na orla de Stella Maris até Praia do Flamengo, nós também participamos de todas as reuniões. Agora, esse trecho novo que vem ali até Pituvaçu... não, até Jaguaribe, não participei de nenhuma reunião e nem fui chamada pra nenhuma reunião. Fui chamada agora pra participar de um projeto que é de Pituvaçu, exclusivamente, porque ele querem fazer... como eu posso dizer... uma praia de primeiro mundo em Pituvaçu. Veio uma empresa do Rio de Janeiro e fez uma apresentação pra nós. Foi isso que aconteceu (Rita Maria, 68 anos).

O relato de Rita Maria guarda coerência com os registros oficiais apresentados nos relatórios de participação popular da prefeitura. A metodologia adotada durante as oficinas, conforme seu relato e nos documentos disponibilizados no acervo da FMLF, incluía a divisão dos participantes em grupos, a elaboração de propostas concretas registradas em cartolinas e a sistematização dos desafios, pontos positivos e negativos relacionados ao projeto. Esse formato sugere uma aproximação com os níveis intermediários da “Escada da Participação Popular” Arnstein (1969), situando-se entre os degraus de “Consulta” e “Parceria”. O registro tangível das propostas no papel representa uma tentativa de garantir que as demandas fossem documentadas e, potencialmente, consideradas no processo decisório.

À luz de seu relato, é possível deduzir que as oficinas foram um esforço para ouvir e registrar as demandas da população local. Contudo, na prática, é possível observar que tais oficinas não estabeleceram mecanismos claros de continuidade e prestação de contas sobre como essas demandas seriam incorporadas nas intervenções subsequentes. Além disso, a experiência de Rita Maria, embora mais positiva em comparação com os relatos das colônias de pescadores de Amaralina e Pituba, ainda carrega elementos de uma participação restrita, marcada por avanços pontuais, mas limitada pela falta de continuidade e articulação entre as diferentes fases do projeto.

Tomando como base o seu olhar sobre a articulação feita pela prefeitura com a localidade, emergiu o interesse em ouvi-la sobre o monumento da “Baiana Azul” de Amaralina, tão polêmico à época de sua inauguração. Seu olhar surge como uma extensão natural da análise aqui apresentada.

A questão da baiana... bom, a gente não foi consultada quando fizeram aquela baiana. Tem isso, né? Conversaram com a menina que é baiana de acarajé lá do Terreiro de Mãe Stella, que, inclusive, ela que foi a modelo para fazer aquela baiana ali. Eu não participei de nada referente à baiana e nenhuma outra profissional de Amaralina foi consultada. Sem nenhuma conversa sobre. A gente não soube que tinha o plano do monumento. É isso. Tem uma baiana de acarajé, a mesma que vendia ali no Canela, onde tem a reitoria da UFBA, né? Ali tem um triângulo no meio, e tinha uma baiana de acarajé. Foi ela a modelo pra fazer aquela baiana, entendeu? Mas dizer que a gente gostou... aí é uma outra história. Eu não comento muito, mas não acho muito bonita não. É diferente! Falta a baiana na baiana. Não por conta da menina. Acho que... é algo de assinatura mesmo. Falta baiana ali (Rita Maria, 68 anos).

É válido ressaltar que roteiros diferenciados foram elaborados conforme o perfil e o contexto dos entrevistados. Por exemplo, no caso de Anderson Mamede, representante da Associação Cultural do Nordeste de Amaralina (ACNA) e também fundador do time “Bola 7” (time que disputa torneios de futebol no espaço conhecido como Areal, no Nordeste de Amaralina), foi necessário um roteiro distinto. Durante o primeiro contato online em caráter exploratório, Anderson destacou que a associação não foi consultada ou envolvida nas oficinas de participação popular para o projeto. O que impôs a necessidade de direcionar a entrevista para compreender não apenas suas percepções sobre as obras, mas também as razões que levaram à ausência da ACNA ou da localidade nos processos participativos. Esse aspecto revelou um importante contraponto ao discurso institucional sobre a inclusão comunitária no planejamento e execução das intervenções.

O roteiro elaborado para a entrevista procurou explorar de forma apurada as percepções de Anderson sobre o impacto do projeto na área, mesmo sendo um espaço adjacente ao trecho diretamente requalificado. As perguntas norteadoras buscaram entender se houve alguma oportunidade de diálogo com a prefeitura, se a associação tentou estabelecer canais de comunicação e, caso sim, como essas tentativas foram recebidas ou respondidas. Além disso, a entrevista buscou identificar quais foram os principais impactos sentidos pela comunidade do Nordeste de Amaralina diante das intervenções realizadas nas áreas vizinhas, especialmente no que se refere à ausência de diálogo e representatividade. Conforme relatado:

Não teve não, irmão. Não teve não. Não sei lhe dizer se somente essa associação como outras associações do bairro também. Em nenhum momento houve uma conversa comigo ou, que eu tenha sabido, com os moradores do entorno. Eu sou nascido e criado na comunidade, no complexo do Nordeste de Amaralina. A galerinha me conhece como “dacola” ou “dacolinha”. Qualquer um passa aqui e fala “ô Rasta!”. Mas a associação é nova aqui, se ligou? Mas a gente vem de outros processos na comunidade. Tenho trabalho social aqui na fundação, sou um dos fundadores do Bola 7, que é do Areal, se ligou? A gente já está por dentro da comunidade há muitos anos. E sobre essa ideia aí das obras, o correto, o proceder, seria consultar a comunidade: os moradores, as lideranças comunitárias, os comércios locais... se ligou? E não teve nada (Anderson, 32 anos).

Segundo Anderson, a comunicação entre o poder público e a comunidade local foi marcada por falhas estruturais e pela ausência de iniciativas proativas por parte das autoridades responsáveis pelo projeto. Anderson ressalta que não buscou diretamente a prefeitura para obter informações sobre as intervenções, pois acredita que esse movimento deveria ter partido dos próprios gestores públicos, considerando a responsabilidade institucional na promoção de um diálogo transparente e acessível. Sua fala evidencia um padrão recorrente de abandono institucional, em que ações pontuais e superficiais são implementadas sem acompanhamento ou diálogo permanente com as lideranças locais. Além disso, ele aponta como a cobertura midiática sobre a localidade tende a se concentrar apenas em narrativas de violência e operações policiais, negligenciando os aspectos sociais, culturais e econômicos que definem o território e sua potência comunitária.

Eu, de verdade, não busquei a prefeitura pra saber da qual foi sobre as obras. Porque deveria ter partido dos poderes públicos, cê me entende? A gente sabe como funciona. Chega um, injeta e injeta, depois cai fora e ninguém vê mais. Somos uma região potência, muito grande; muita gente. A questão é que você só vê mídia, no caso, procura saber, quando é parte policial. Aí tem helicóptero, tem manchete em num sei aonde, cobertura... aí você sabe como

é, pegou a visão? Eu mesmo fui vítima de *fake news* envolvendo meu nome, com mídia dizendo que eu era o cabeça-cara do crime organizado aqui. Você veja, tá ligado!? Nós aqui, enquanto comunidade, é que mantém a existência da comunidade. Me candidatei pra vereador, inclusive, na última eleição, porque ouço há 29 anos que só conseguimos eleger Davi Ornelas. 29 anos que só elegemos um representante. Eu e muitos outros ouvimos isso. Ou seja: um bairro com seus 100 mil habitantes. A mudança parte da gente porque, dificilmente, quem devia olhar por nós faz isso. E tem muita gente boa. Aliás, é o que mais tem aqui (Anderson, 32 anos).

Para compreender os possíveis impactos dessa exclusão, o roteiro elaborado direcionou-se para aprofundar não apenas as possíveis consequências práticas para a associação, mas também os reflexos mais amplos dessa ausência no cotidiano dos moradores do Nordeste de Amaralina. A partir das perguntas orientadoras, buscou-se identificar de que maneira a falta de diálogo influenciou negativamente a comunidade, se existiram demandas ou interesses locais que poderiam ter sido levados em consideração durante o planejamento e execução das obras, mas que acabaram negligenciados.

Essa abordagem também visou ampliar a reflexão sobre o próprio processo de participação popular conduzido pela prefeitura. Questionamentos adicionais foram levantados para entender a percepção de Anderson sobre o formato adotado pela gestão pública, suas principais falhas e possíveis soluções para evitar exclusões semelhantes em futuros projetos. A comparação com experiências anteriores de participação em outros projetos urbanos também foi considerada, buscando identificar boas práticas que pudessem servir de referência para aperfeiçoar processos futuros.

Ao direcionar a entrevista para essas questões, buscou-se capturar não apenas os impactos imediatos da ausência de diálogo entre poder público e ACNA, mas também as implicações mais profundas desse afastamento para o tecido social do Nordeste de Amaralina. A exclusão de uma associação representativa não apenas compromete a legitimidade do processo participativo, mas também perpetua a sensação de invisibilidade e marginalização sentida pelos moradores, que já enfrentam históricos desafios de representação política e social.

Como apontado:

Pra mim, não penso em participação onde não abraça o coletivo, tá ligado? Não tem como ser participação popular se o popular não está envolvido. A região mais popular, vamos dizer assim, desse trecho todo aí, é o Nordeste; é o complexo todo do Nordeste. Com certeza, se houvesse um diálogo com o

pessoal, muita coisa seria diferente. Tem o campinho ali, fizeram... bacana! Os meninos bate um baba, às vezes. Mas o lugar que a gente sempre utilizou é a praia. A praia é do povo, irmão. Sempre foi assim, com ou sem obra. Antes estava horrível, é verdade. Mas a gente se apropriou do recurso que estava no nosso alcance. Se tivessem sentado com a gente, como até aconteceu na obra que foi ali no Vale das Pedrinhas, perto da pandemia, ali na praça... apesar de ser jogada, por causa do BRT que eu tô ligado, mas teve uma coisa mais conjunta, se ligou? Eles vendem a boniteza da coisa, fala que investiu mi, bilhão aí, e a gente vê uma outra coisa quando confere a casca. No nosso bairro, quem vive aqui e sabe, tem lugar que não tem um ponto de descarte do lixo. Tem lugar que não é bem asfaltado. Essa forma de ignorar o Nordeste é continuar apagando mesmo, mano. Veja que, Chapada do Rio Vermelho, os cara chamam de Chapada. Por que? Porque não quer ligação com o Rio Vermelho. É assim! O importante é fazer nossa parte, se infiltrar o nosso e continuar lutando. Sem a luta, a gente não estava nem aqui agora conversando (Anderson, 32 anos).

É válido o destaque para a afirmação de Anderson, “*A praia é do povo, irmão. Sempre foi assim, com ou sem obra*”, que ressoa com a ideia de que o espaço público da praia, historicamente, é um lugar de lazer acessível a todos, independentemente das condições estruturais ou das políticas urbanas que o cercam. No entanto, a ocupação desse espaço está longe de ser neutra. Há uma hierarquização das praias e uma diferenciação dos seus frequentadores baseada em classe social e interesses econômicos. Como observado na própria dinâmica das obras de requalificação nos trechos do litoral soteropolitano, determinadas praias são reservadas para turistas de maior poder aquisitivo e valorizadas pela especulação imobiliária, enquanto outras, mais afastadas ou com menos infraestrutura, são destinadas a populações de baixa renda e excursionistas, muitas vezes vistos como “farofeiros”.

A frase de Anderson Mamede, representante da Associação Cultural do Nordeste de Amaralina (ACNA), carrega uma reivindicação de pertencimento e direito ao espaço público, mas também suscita a reflexão de que esse direito é constantemente tensionado por fatores estruturais e sociais. O que se percebe é que, mesmo sendo um espaço acessível em teoria, há mecanismos que dificultam a permanência e a apropriação equitativa desse território pelo povo. Obras de requalificação, como discutido anteriormente no caso do Rio Vermelho em comparativo com o trecho Amaralina–Pituba, revelam como certas áreas recebem maior investimento e cuidado dependendo de sua importância turística e econômica, refletindo uma lógica de exclusão.

Baseando-se na teoria, é possível observar que a experiência descrita se encontra nos níveis mais baixos da escala, caracterizando uma “Não-Participação”. Em algumas situações específicas, ao se referir a outras intervenções na área, é possível notar a presença do “Tokenismo”. Essa realidade não apenas evidencia a falta de um diálogo efetivo entre o poder público e a comunidade do Nordeste de Amaralina, mas também reforça dinâmicas de invisibilidade que são historicamente impostas à localidade.

No nível de “Não-Participação”, que inclui os degraus de “Manipulação” e “Terapia”, as práticas participativas têm um caráter simbólico e superficial, funcionando mais como estratégias para legitimar decisões já tomadas do que como ferramentas reais de integração comunitária. Anderson destaca que não houve nenhuma consulta ou diálogo prévio com a associação ou com os moradores do Nordeste de Amaralina. Sua percepção revela que as decisões foram centralizadas, sem qualquer esforço para ouvir ou considerar as demandas locais. A falta de uma aproximação proativa por parte da prefeitura, mencionada repetidamente em seu relato, reforça essa percepção: “*Porque deveria ter partido dos poderes públicos, cê me entende?*”. Essa ausência de iniciativa representa um dos aspectos mais críticos da exclusão da ACNA, evidenciando que a participação não foi pensada de forma inclusiva ou equitativa.

Ao mesmo tempo, elementos de “Tokenismo” podem ser observados nas referências às práticas simbólicas do poder público, como ações esporádicas e fragmentadas que não resultaram em uma participação efetiva. Anderson menciona que, em outros contextos, como no caso do Vale das Pedrinhas, houve uma tentativa mais estruturada de diálogo, ainda que limitada, mas que essa prática não se repetiu no Nordeste de Amaralina no contexto das obras para o Projeto Nova Orla. A metáfora utilizada por ele – “*Eles vendem a boniteza da coisa, fala que investiu mi, bilhão aí, e a gente vê uma outra coisa quando confere a casca.*” – revela como a imagem pública das intervenções frequentemente se distancia da realidade vivenciada pelas comunidades locais. Isso reforça a percepção de que o processo participativo esteve mais próximo de um “Tokenismo” do que de uma prática genuína de “Parceria” ou “Poder Delegado”.

A propósito, a crítica de Anderson à distância entre os investimentos anunciados e os resultados visíveis à comunidade reflete uma percepção compartilhada entre os entrevistados deste eixo de análise. Todos os entrevistados foram questionados sobre a prestação de contas

dos altos orçamentos divulgados para o projeto. Conforme a Fundação Mário Leal Ferreira, nos relatórios gerais sobre as obras no trecho da requalificação, houve um investimento final de R\$ 29.077.258,08, abrangendo a orla de Amaralina e Pituba. No entanto, tal informação aparece de maneira divergente quando veiculada às outras mídias informativas. Como aponta o jornal Correio (2020) e Jornal da Mídia (2020), foram investidos mais de R\$ 45 milhões nas obras de requalificação, sendo R\$ 17,6 milhões apenas na primeira etapa (do Quartel de Amaralina ao Largo das Baianas, com 1,1 km de extensão) e R\$ 27,8 milhões na segunda (do Largo das Baianas à Vila Jardim dos Namorados, com 2,2 km de extensão).

De forma unânime, todos afirmaram que não houve qualquer prestação de contas clara ou comprovação dos valores anunciados pela prefeitura em relação às supostas melhorias visíveis para a população. Essa percepção revela não apenas uma lacuna na transparência da gestão pública, mas também uma desconexão entre os recursos alocados e os impactos concretos das intervenções no cotidiano das comunidades. Esse sentimento de opacidade e falta de prestação de contas também é capturado na fala de Xabau, representante da colônia de pescadores da Pituba, que, a partir de sua experiência, traz novos elementos para aprofundar essa reflexão sobre a transparência e a efetividade dos investimentos no projeto.

Ah, mas aí não disse. Não disse e nem diria. A gente é pescador. Pra eles, é só isso. Não tem ninguém de muita instrução que entenda, que saiba o que se passa ou não se passa, onde vai o quê. E eles podiam inventar, mas nada. Se aproveitam! Quando teve o negócio com as pedra e a gente teve que meter na justiça, eu ouvi de um deles que o serviço era assim; que era melhor por isso, disse e aquilo outro. Eu pesco desde meus 14 ano. Subi em barco criança com meu pai e tive que ouvir de um sujeito novo, longe da vivência do mar, que eu não sabia o que eu, pescador, tava dizendo. Quer dizer... dói, né? A gente sente. Se sabe que foi muito dinheiro. Pr'onde ? Só eles que sabe (Xabau, 59 anos).

As percepções levantadas até aqui, a partir das falas de representantes de associações comunitárias e colônias de pescadores, revelam falhas significativas no diálogo entre o poder público e as comunidades diretamente impactadas pelo Projeto Nova Orla Salvador. Questões como a exclusão de importantes agentes sociais dos processos participativos, a ausência de prestação de contas sobre os investimentos realizados e a desconexão entre os valores anunciados e os resultados visíveis no território evidenciam fragilidades estruturais no planejamento e na execução das intervenções.

No entanto, para obter uma visão mais abrangente sobre os impactos do projeto, tornou-se essencial escutar também aqueles que frequentam e utilizam o espaço requalificado no dia a dia. Os consumidores da orla, sejam moradores das proximidades, visitantes recorrentes ou usuários esporádicos, oferecem percepções complementares que permitem avaliar não apenas a eficácia das melhorias físicas realizadas, mas também como essas intervenções influenciam a experiência e a apropriação do espaço público.

Alan Nunes, de 42 anos, morador do Nordeste de Amaralina, compartilha sua experiência sobre o trecho da requalificação na orla de Amaralina. Criador do “Salvador que Corre”, grupo que reúne cerca de 36 mil pessoas em sua página no Instagram, ao afirmar que:

Eu treinava sozinho aqui na orla. Amaralina é minha casa. Sou filho disso aqui; do nascer do sol que surge aqui. Posso lhe dizer que melhorou muito. Pra quem faz corrida de rua como eu, ou pratica ciclismo, ou simplesmente caminha ou passeia por aqui, muito provavelmente vai dizer que mudou demais. Nosso cantinho tava acabado, viu? Mas tá voltando a cair. [...] Cê viu as grades que estão soltando ali na Pituba? É isso! A gente sabe que melhorou. Teve ação aí. A questão é a manutenção. Já faço corrida aqui desde 2015, quando a gente nem esperava a obra aqui. Se olhar o antes e o depois, está bem melhor (Alan, 42 anos).

O depoimento trazido por Alan equilibra reconhecimento pelas melhorias implementadas com uma crítica pontual sobre a falta de acompanhamento adequado após a conclusão das obras. Sua experiência ilustra uma percepção comum entre usuários frequentes da orla: o impacto positivo inicial das intervenções, contrastado com a insegurança sobre a capacidade de garantir a manutenção a longo prazo.

Já a percepção de Elza Maria (54 anos), moradora da Rua Amazonas, na Pituba, e que utiliza do trecho para caminhadas matinais, apresenta um contraponto importante às impressões positivas de outros usuários da orla requalificada de Amaralina. Segundo ela, as intervenções realizadas não representaram uma verdadeira requalificação, permanecendo muito aquém do potencial que o litoral baiano oferece. Sua fala revela uma insatisfação que transcende aspectos pontuais, sugerindo que as melhorias foram superficiais e não resolveram problemas estruturais que afetam tanto a funcionalidade quanto a estética do espaço público.

As falas de Elza são sustentadas através das evidências. De acordo com o portal online do jornal Tribuna da Bahia (2024), parte do calçadão na orla da Pituba cedeu devido ao avanço da maré, como apontou a Defesa Civil. Em reportagem, o engenheiro da Seman

(Secretaria de Manutenção da Cidade), Paulo Argolo, o mar bate na alvenaria e vai puxando o material da base. Esta ação contribui para o rompimento. Em sua fala, o profissional destaca que no trecho marítimo do incidente o avanço do mar é maior e não tem o muro protegendo da força das águas.

Percebe-se, então, que a ação da natureza não foi cogitada pela Fundação Mário Leal Ferreira, visto ser algo obvio em uma área costeira. Em soma, causa estranhamento a ausência de um simples muro de proteção, quando foram de investidos milhões nas obras, dando a entender que cada detalhe pensado seria perfeitamente executado.

Em relação ao trecho, para Elza, Amaralina ainda figura como um dos pontos mais fragilizados da orla, carecendo de investimentos mais robustos e planejados, capazes de transformar efetivamente a relação da comunidade e dos visitantes com aquele espaço. Sua crítica aponta para um problema recorrente em intervenções urbanas: a discrepância entre os discursos oficiais, que enfatizam valores milionários e resultados expressivos, e a percepção cotidiana dos moradores, que continuam a identificar fragilidades e demandas não atendidas. Conforme apontado:

Aqui é muito caidinho. Amaralina... aliás, Salvador, é linda. A questão é que a gente percebe que faltou investimento. Faltou o planejamento, faltou empenho dos poderes públicos, me entende? Casas abandonadas, um monte de sargaco na praia... não cativa. Pituba é outro ponto que não tem nada ali, em sentido de praia, né? Aí você tem a Barra inflada de gente, o Rio Vermelho com uma praia inutilizada com as águas pluviais e esse pedaço cinza que é Amaralina. Foi uma maquiagem muito fraca as obras que aconteceram. A orla de Salvador não cativa. Cativa, sim, quando olhamos o natural. Aí sim, Salvador vive (Elza, 54 anos).

Jorge Alves (36 anos), ciclista e morador da Rua Maragojipe, no bairro do Rio Vermelho, traz uma percepção ambígua sobre a requalificação da orla de Amaralina e Pituba, equilibrando um senso de apropriação comunitária com críticas às limitações das intervenções realizadas. Segundo ele, as melhorias implementadas eram necessárias e, quando entregues, causaram um impacto inicial positivo, parecendo algo extraordinário devido ao estado de abandono anterior. No entanto, com o passar do tempo, tornou-se evidente que o que foi feito representa apenas o básico esperado de uma gestão pública responsável: infraestrutura mínima, como ciclovias adequadas, e condições básicas para o uso cotidiano do espaço.

Jorge destaca que o verdadeiro potencial do espaço não foi plenamente explorado, e que a percepção de algo grandioso rapidamente se dissolveu frente à realidade de que o investimento entregou apenas o essencial. Sua crítica revela uma compreensão clara sobre os direitos dos cidadãos e o papel do poder público, ao afirmar: “*É o mínimo pelo imposto, pelo voto... o cidadão merece mais e teria mais se soubesse se botar diante de seus direitos.*””. Ao mesmo tempo, ele reforça um aspecto importante que transcende a responsabilidade do poder público: a capacidade de apropriação e transformação do espaço pela própria comunidade. De acordo com sua fala:

Eu acho que fizeram algo porque precisava ser feito. Não tem segredo. Quando entregou, tava massa! Parecia um negócio de outro mundo porque tava tudo muito ruim. Mas aí a galera percebeu que é o comum, e que não teve nada demais. Tem ciclovia, como deve ser. Não tem nada demais. É o mínimo pelo imposto, pelo voto... o cidadão merece mais e teria mais se soubesse se botar diante de seus direitos. Mesmo assim, o pessoal vem na praia se divertir. Aqui na Pituba eu não sei, mas Amaralina está mais perto do Nordeste, tem uma coisa diferenciada, então o povo cola. Eu sempre passo nesse trecho aqui. Cê chega aí segunda de noite, em Amaralina, e tá lotado de gente. Tenho um brother, Sandro, vem comer água direto na praça com uma nêga dele do Nordeste. Tendo praia, cerveja gelada e a vontade, o pessoal cola. A gente não diz que está perfeito, mas tem quem viva e transforme o lugar. A gente também faz a rua (Jorge, 36 anos).

Para Jorge, Amaralina, principalmente, mantém sua vitalidade justamente porque a população continua a ocupar e ressignificar o espaço, seja para atividades cotidianas, lazer ou convívio social. Ele ressalta que, mesmo com suas limitações, a orla da localidade se mantém viva e movimentada, especialmente por estar próxima ao Nordeste de Amaralina, uma região que ele identifica como fonte de dinamismo social e cultural. Seu relato é permeado por uma visão pragmática, reconhecendo que o espaço não é perfeito, mas que a população, por meio de suas práticas e presenças constantes, contribui para mantê-lo ativo: “*A gente não diz que está perfeito, mas tem quem viva e transforme o lugar. A gente também faz a rua.*”

Tal menção dialoga com o pensamento de Lefebvre, em sua obra “*O Direito à Cidade*” (1968) e “*A Produção do Espaço*” (1974), que articula sobre a apropriação como uma ação central na experiência urbana. Para o filósofo francês, a cidade não deve ser apenas um espaço de circulação ou consumo, mas um lugar de vivência e prática social, onde a apropriação do espaço ocorre por meio do uso cotidiano e da ressignificação pelos habitantes. Esse processo envolve não apenas a ocupação física, mas também a atribuição de novos significados simbólicos e afetivos ao espaço urbano, tornando-o parte ativa da vida cotidiana.

Lefebvre destaca que a produção do espaço urbano é um movimento dialético, onde criação e destruição coexistem, mediadas pelo uso social do espaço. A apropriação, nesse sentido, ocorre quando os moradores rompem com a passividade imposta pelos planejadores urbanos e tornam-se protagonistas na definição das funções e significados do espaço público (Lefebvre, 1968). Para Lefebvre, o espaço não pode ser visto como algo estático ou neutro, mas como um produto social, resultado das interações entre os ritmos da vida cotidiana e as estruturas urbanas. A apropriação transforma o espaço ao mesmo tempo em que transforma aqueles que o habitam (Lefebvre, 1974).

Essa apropriação não é apenas um ato físico, mas também um processo simbólico e temporal. O tempo vivido se entrelaça com o espaço apropriado, criando uma dinâmica em que cada gesto cotidiano contribui para a ressignificação do ambiente urbano. O ato de ocupar um espaço — seja caminhando, correndo, convivendo ou simplesmente estando presente — é, para Lefebvre, uma forma de resistência ativa contra a alienação imposta pelo planejamento urbano tecnocrático. A apropriação é, portanto, um ato político, pois desafia as estruturas de poder que fragmentam e limitam o uso dos espaços urbanos.

Em síntese, neste capítulo foi possível observar que as entrevistas realizadas com agentes locais e líderes de associações em Amaralina, Pituba e Nordeste revelam um cenário preocupante. Apesar das iniciativas promovidas pela Fundação Mário Leal Ferreira, que incluíram as oficinas, e a divulgação de vários planos arquitetônicos, paisagísticos e ambientais, a falta de um diálogo genuíno com a população local se tornou evidente. As vozes dos entrevistados convergem para uma crítica contundente à superficialidade da inclusão, onde as necessidades e interesses da comunidade são frequentemente ignorados. Embora se reconheçam algumas melhorias pontuais, é inegável que a população continua à margem de um processo de desenvolvimento que deveria ser coletivo. Assim, o abandono histórico que assola essas áreas persiste, revelando a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e participativa na construção do futuro da cidade de Salvador.

Contudo, a fala de usuários do trecho requalificado revelam a dimensão prática da apropriação. As críticas às falhas no planejamento, à superficialidade das intervenções e à falta de diálogo com a comunidade, felizmente, não anulam o fato de que a população segue ocupando, ressignificando e mantendo viva a orla por meio de suas práticas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre participação popular e grandes projetos urbanos, com foco na execução do Projeto Nova Orla Salvador, especificamente na requalificação do eixo Amaralina–Pituba. Pretendeu-se caracterizar os impactos sociais, as estratégias e os instrumentos de participação popular mobilizados ao longo desse processo. O projeto foi abordado como um estudo de caso, permitindo compreender as dinâmicas de participação social e suas consequências para o uso do espaço público. A abordagem serviu para uma reflexão crítica sobre os mecanismos de participação implementados nesse contexto, analisando como esses instrumentos foram aplicados e percebidos ao longo da execução do projeto.

A partir de uma metodologia baseada na análise de documentos, listagem das associações articuladas no projeto e entrevistas com líderes comunitários e agentes sociais vinculados às associações, buscou-se compreender como o envolvimento da população poderia legitimar decisões, promover pertencimento e fortalecer a coesão social. Essa perspectiva partiu da premissa de que o espaço urbano, para ser compreendido e transformado, deve considerar aqueles que o habitam.

Ao reingressar à problemática que motivou este trabalho — De que forma a participação popular influencia a execução de grandes projetos urbanos, como o Projeto Nova Orla Salvador, na requalificação dos bairros de Amaralina e Pituba, e quais os impactos sociais, estratégias e instrumentos mobilizados nesse processo de intervenção? —, é possível afirmar que os resultados obtidos permitiram concretizar os objetivos propostos, caracterizando os impactos sociais e identificando as estratégias e instrumentos de participação popular mobilizados durante o processo de requalificação urbana.

É imprescindível destacar que esta pesquisa não se isenta de limitações, desafios metodológicos e possíveis lacunas interpretativas. Embora a metodologia delineada se mostre promissora e adequada para abarcar as múltiplas demandas emergentes acerca do tema, sua aplicação não atingiu a plenitude desejada. O eixo da cartografia sociopolítica, por exemplo, demanda maiores pesquisas, tendo em vista as dificuldades de acesso aos dados nos relatórios.

Diante das lacunas e desafios identificados ao longo desta investigação, abrem-se horizontes promissores para futuras pesquisas que aprofundem as dinâmicas de participação popular em projetos urbanos. Em especial, recomenda-se a realização de estudos comparativos que incluam experiências em outras regiões de Salvador, a fim de avaliar padrões e variabilidades no engajamento comunitário. Ademais, pesquisas voltadas à aplicação de metodologias participativas mais inclusivas e inovadoras, como oficinas itinerantes ou plataformas digitais de consulta pública, podem contribuir para o fortalecimento de práticas efetivas de participação. Outro eixo relevante seria a análise longitudinal do impacto dessas intervenções urbanísticas sobre o cotidiano das comunidades locais, considerando tanto as percepções subjetivas quanto os indicadores objetivos de qualidade de vida. Por fim, o diálogo aprofundado com grupos até então subrepresentados, como algumas associações culturais e ciclistas, poderia oferecer novas perspectivas sobre as demandas comunitárias, tornando mais robusto o entendimento acerca da diversidade de vozes que constituem o espaço urbano.

Dentro do que foi realizado, observou-se que a Fundação Mário Leal Ferreira, responsável pela execução do projeto, realizou oficinas de participação popular com a finalidade de articular as comunidades diretamente envolvidas nas intervenções urbanas. No entanto, ficou evidente que o diálogo estabelecido não foi suficientemente sólido, apresentando lacunas importantes. A adesão às oficinas foi extremamente baixa, não chegando a representar sequer 2% da população nas áreas impactadas pelas obras. E as comunidades mais populares, como o Nordeste de Amaralina e seu entorno, não tiveram suas demandas sequer ouvidas, em contraste com a maior atenção dispensada ao bairro da Pituba, tradicionalmente uma área nobre de Salvador.

Ainda sob a luz dos relatórios disponibilizados pela FMLF acerca das oficinas de participação popular, constatou-se a articulação direta com apenas quatro associações, e, mesmo entre elas, o envolvimento foi limitado. Ademais, faltou transparência nas informações trazidas e até incoerências, com listas de presença nas oficinas sendo divulgadas completamente em branco. A falta de logística nas oficinas demonstra que a organização frente do projeto e o poder municipal priorizam legitimar processos, e não incluir efetivamente a comunidade. A cidade permanece sendo feita por uns e para alguns, onde vender discursos de inclusão e representatividade parece ser o mais importante.

Este entendimento foi visto e reforçado a partir das entrevistas realizadas onde a participação comunitária, em muitos momentos, ficou restrita a mecanismos superficiais, configurando-se mais como um processo de *tokenismo*, conforme ilustrado pela “Escada da Participação Popular” proposta por Arnstein (1969). Os depoimentos dos pescadores das colônias de Amaralina e Pituba demonstram a existência de barreiras estruturais e práticas que limitaram a efetiva participação das comunidades. Seja pela incompatibilidade de horários, comunicação tardia ou ausência de mecanismos claros para o acompanhamento das demandas, a participação permaneceu, em grande medida, cerimonial e restrita. Enquanto na colônia de Amaralina predominou uma percepção de exclusão e frustração, com falhas estruturais graves no processo participativo, na colônia de Pituba houve um avanço pontual, ainda que limitado por relações mediadas e pela falta de continuidade no diálogo.

Por outro lado, a experiência relatada por Rita Maria Ventura, representante da ABAM (Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivos da Bahia), revela uma tentativa mais estruturada de participação por meio de oficinas e grupos de trabalho. No entanto, essa prática também careceu de continuidade e mecanismos de prestação de contas. Um detalhe interessante a ser mencionado foi o desconhecimento do planejamento acerca do monumento da baiana, no Largo de Amaralina, pelas próprias “homenageadas”. A liberdade artística mencionada com a escolha da tonalidade azul de baiana pode ser analisada através de um racismo estrutural presente, onde a representação é apenas uma apropriação ou mera citação, não um processo de desconstrução e abertura às tradicionalidades.

Quando voltamos o olhar para a localidade do Nordeste de Amaralina, área adjacente do trecho urbano requalificado, a ausência completa de diálogo e a falta de qualquer tipo de consulta revelam um nível ainda mais baixo na “escada” proposta por Arnstein, situando-se na categoria de “Não-Participação”. As falas de Anderson Mamede, representante da Associação Cultural do Nordeste de Amaralina (ACNA), evidenciam não apenas o abandono institucional, mas também a perpetuação histórica de um padrão de invisibilidade e marginalização no território.

As vozes da comunidade apontaram para o não-acompanhamento pós entrega das obras e também para a falta de transparência quanto aos gastos realizados em um orçamento que parece superfaturado. Mesmo em um espaço que se mostra aquém do prometido, das fragilidades no processo participativo e das falhas evidentes na execução das obras, o espaço requalificado continua a ser apropriado e ressignificado pela população local. Os

depoimentos ouvidos de alguns usuários da orla revelam uma dualidade nas percepções: enquanto alguns usuários reconhecem melhorias significativas, outros percebem que as intervenções foram superficiais e não resolveram problemas estruturais históricos. Esse fenômeno dialoga diretamente com as ideias de Lefebvre (1968, 1974) sobre a apropriação do espaço urbano. Para Lefebvre, o espaço não é estático, mas um produto social que se transforma continuamente através do uso e da vivência cotidiana. Mesmo em face das limitações, a população ocupa, utiliza e ressignifica a orla, desafiando as estruturas de poder que frequentemente marginalizam suas vozes.

As falas colhidas ao longo da pesquisa deixam evidente que a participação popular, quando estruturada de forma clara e integrada, tem o potencial de ser uma poderosa ferramenta de transformação urbana. Para que isso aconteça, é essencial que haja um diálogo transparente e inclusivo, no qual a comunicação entre poder público e comunidade seja contínua, proativa e acessível. Além disso, é fundamental garantir a continuidade das ações, com oficinas e consultas públicas seguidas por mecanismos robustos de monitoramento e prestação de contas — algo que deve ser mais do que um compromisso retórico, mas sim um pilar central para a transparência no uso dos recursos públicos. Em soma, a descentralização também se torna indispensável, assegurando que os processos participativos considerem a diversidade de horários, perfis e contextos dos moradores, facilitando uma participação ampla e representativa.

O Projeto Nova Orla Salvador, apesar de, em teoria, visar trazer melhorias perceptíveis para parte da população, reflete os desafios estruturais enfrentados pela gestão pública na efetivação de processos verdadeiramente participativos. As falhas observadas aqui não invalidam os esforços realizados, mas sinalizam a necessidade urgente de aprimoramento nas políticas de participação popular.

O espaço urbano não é apenas um território físico, mas também um espaço de relações sociais, disputas simbólicas e construção coletiva. A experiência de Amaralina, Pituba e Nordeste de Amaralina – regiões que, como analisado, sofreram e sofrem com processo de degradação material ou simbólico –, nos lembra que, enquanto as intervenções urbanísticas não forem acompanhadas de processos genuínos de participação popular, suas promessas de transformação continuarão a se chocar com as realidades cotidianas das comunidades que deveriam ser protagonistas desse processo.

Assim, a construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas exige mais do que planos bem-intencionados ou discursos bem elaborados; demanda, sobretudo, o fortalecimento das estruturas participativas, onde cada voz local não apenas seja ouvida, mas respeitada e integrada como parte essencial do processo decisório. É um compromisso que ultrapassa a esfera técnica e adentra o território do ético e do político, reconhecendo que a cidade, como espaço vivo e dinâmico, pertence a quem a habita, a quem a percorre diariamente, a quem imprime nela suas histórias e afetos. Como defendem Lefebvre, Harvey e outros pensadores urbanos, o direito à cidade não é um luxo ou um benefício concedido, mas um princípio fundamental, uma promessa que deve ser materializada em cada calçada bem construída, em cada praça viva, em cada decisão tomada com e para as pessoas. Só assim será possível romper com os ciclos históricos de exclusão e desigualdade e inaugurar um horizonte onde as cidades sejam, de fato, territórios de encontros, possibilidades e justiça social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografia Social E Dinâmicas Territoriais: Marcos Para O Debate**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

ACSELRAD, Henri (org.); NUÑES, Rodrigo Viégas *et al.* **Cartografia Social, Terra E Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318 p. il. color. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais; n. 3.

ALTSHULER, A.; LUBEROFF, D. **The changing politics of Urban Mega Projects**. Land Lines, Boston, v. 15, n. 4, p. 45-75, Oct. 2003.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O Espaço Em Movimento: A Dinâmica Da Pituba No Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2005. 180 p. ISBN 85-232-0363-X.

ARNSTEIN, Sherry R. **A Ladder Of Citizen Participation**. Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

A TARDE. **A difícil rotina do Nordeste de Amaralina**. Salvador, 1 dez. 1992. Disponível em acervo físico.

_____. **A Fazenda que virou bairro**. Salvador, 20 set. 1987. Disponível em acervo físico.

_____. **A História da Fazenda que virou bairro**. Salvador, 15 dez. 1987. Disponível em acervo físico.

_____. **A Nova Cara da Pituba**. Salvador, 8 mar. 2004. Disponível em acervo físico.

_____. **A nova Amaralina cresce sem perder suas raízes**. Salvador, 25 dez. 1978. Disponível em acervo físico.

_____. **Amaralina à espera de uma nova orla**. Salvador, 15 jul. 1986. Disponível em acervo físico.

_____. **Capela da Luz: resistência e preservação no coração da Pituba.** Salvador, 2 mar. 2012. Disponível em acervo físico.

_____. **Direitos Humanos e Segurança Pública no Nordeste de Amaralina.** Salvador, 12 jul. 2015. Disponível em acervo físico.

_____. **Educação comunitária transforma vidas no Nordeste.** Salvador, 15 nov. 2012. Disponível em acervo físico.

_____. **Feira de Amaralina resiste às adversidades.** Salvador, 25 jun. 2012. Disponível em acervo físico.

_____. **Infraestrutura precária no Nordeste desafia moradores.** Salvador, 15 ago. 1996. Disponível em acervo físico.

_____. **Isto é Amaralina.** Salvador, 22 fev. 2004. Disponível em acervo físico.

_____. **Manoel Dias: uma avenida para todos.** Salvador, 6 ago. 2010. Disponível em acervo físico.

_____. **Movimento popular no Nordeste de Amaralina luta por melhores condições.** Salvador, 5 ago. 2008. Disponível em acervo físico.

_____. **Nordeste de Amaralina pede socorro.** Salvador, 21 mar. 2004. Disponível em acervo físico.

_____. **Nordeste quer mudar a imagem de local violento.** Salvador, 12 jun. 1999. Disponível em acervo físico.

_____. **Ocupações irregulares aumentam a vulnerabilidade no Nordeste.** Salvador, 10 dez. 2001. Disponível em acervo físico.

_____. **O novo eixo de Salvador: Amaralina.** Salvador, 25 dez. 1958. Disponível em acervo físico.

_____. **Operações policiais e os direitos dos moradores do Nordeste.** Salvador, 18 jun. 2010. Disponível em acervo físico.

_____. **Periferias conectadas em Salvador.** Salvador, 17 set. 2010. Disponível em acervo físico.

_____. **Pescadores de Amaralina: tradição e sobrevivência.** Salvador, 10 fev. 2008. Disponível em acervo físico.

_____. **Praia de Amaralina o refúgio da elite.** Salvador, 10 nov. 1991. Disponível em acervo físico.

_____. **Resistência comunitária e pequenas conquistas no Nordeste.** Salvador, 12 jun. 2012. Disponível em acervo físico.

_____. **Revitalização da orla: uma promessa eterna.** Salvador, 10 mar. 1998. Disponível em acervo físico.

_____. **Revitalização para turistas não para moradores.** Salvador, 15 ago. 2004. Disponível em acervo físico.

_____. **Segurança em dois extremos: Nordeste e Pituba.** Salvador, 14 maio 2013. Disponível em acervo físico.

_____. **Segurança Privada e Policiamento Intensivo na Pituba.** Salvador, 14 maio 2013. Disponível em acervo físico.

_____. **Transporte precário afeta o Nordeste de Amaralina.** Salvador, 23 jun. 2007. Disponível em acervo físico.

_____. **Um bairro que cresce ao lado da desigualdade.** Salvador, 22 ago. 2009. Disponível em acervo físico.

_____. **Um ciclo de promessas e abandono na orla de Amaralina.** Salvador, 14 set. 2007.

BAGLI, Charles V. **BlackRock Reaches a Deal for a Move to Hudson Yards.** The New York Times, 8 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/12/08/nyregion/blackrock-reaches-a-deal-for-a-move-to-hudson-yards.html>>. Acesso em: 05 Set. 2024

BECK, U. **Risk Society – Towards A New Modernity.** London: Sage, 1992.

BENJAMIN, Walter. **O Autor Como Produtor**. In: Textos Escolhidos. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOMFIM, Helder. **A Requalificação Urbana Na Barra E O Papel Do Marketing Urbano: O Projeto Nova Orla Salvador**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local Y Global: La Gestión De Las Ciudades En La Era Información**. México, D. E.: Santillana; United Nations for Human Settlements; Taurus, 2000. (inicialmente publicado em Madrid, 1997).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001**. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; CORSO-PEREIRA, Gilberto. **A Cidade Como Negócio**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

CORREIO. **A Praça como espaço de cultura e convivência na Pituba**. Salvador, 2 mar. 2014. Disponível em acervo físico.

_____. **Amaralina e o sonho da revitalização**. Salvador, 17 nov. 2020. Disponível em acervo físico.

_____. **Associações de Moradores mobilizam o Nordeste**. Salvador, 7 out. 2006. Disponível em acervo físico.

_____. **Capoeira e cultura popular fortalecem o Nordeste de Amaralina**. Salvador, 22 ago. 2009. Disponível em acervo físico.

_____. **Do Exército às casas de veraneio: a nova Amaralina**. Salvador, 10 jul. 1992. Disponível em acervo físico.

_____. **Festa da Pituba celebra identidade cultural e diversidade**. Salvador, 21 nov. 2019. Disponível em acervo físico.

_____. **Infraestrutura precária no Nordeste desafia moradores.** Salvador, 10 dez. 2001. Disponível em acervo físico.

_____. **Manoel Dias é uma avenida modelo.** Salvador, 6 ago. 2004. Disponível em acervo físico.

_____. **Moradores comemoram conquistas no Nordeste.** Salvador, 2 abr. 2015. Disponível em acervo físico.

_____. **Operações policiais e os direitos dos moradores do Nordeste.** Salvador, 18 jun. 2010. Disponível em acervo físico.

_____. **Orla de Amaralina continua abandonada.** Salvador, 20 jun. 1996. Disponível em acervo físico.

_____. **Pescadores de Amaralina: tradição e sobrevivência.** Salvador, 10 fev. 2008. Disponível em acervo físico.

_____. **Pituba: o novo polo de Salvador.** Salvador, 12 out. 1974. Disponível em acervo físico.

_____. **Pituba e Itaigara continuam a atrair moradores.** Salvador, 23 out. 2005. Disponível em acervo físico.

_____. **Pituba: segurança de primeira classe.** Salvador, 22 ago. 2009. Disponível em acervo físico.

_____. **Promessas para a orla de Amaralina caem por terra.** Salvador, 10 ago. 1974. Disponível em acervo físico.

_____. **Resistência comunitária e pequenas conquistas no Nordeste.** Salvador, 12 jun. 2012. Disponível em acervo físico.

_____. **Segurança Privada e Policiamento Intensivo na Pituba.** Salvador, 14 maio 2013. Disponível em acervo físico.

_____. **Um ciclo de promessas e abandono na orla de Amaralina.** Salvador, 14 set. 2007. Disponível em acervo físico.

DEL RIO, V. **Em Busca Do Tempo Perdido. O Renascimento Dos Centros Urbanos.** Arquitectos 006, São Paulo, Texto Especial 028, nov. 2000.

EVANS, Peter B. **Dependent Development: The Alliance of Multinational, State, and Local Capital in Brazil.** Princeton: Princeton University Press, 1979.

FURQUIM, Maria Aparecida. **Planejamento Urbano E Políticas Públicas No Brasil: Uma Análise Histórica.** São Paulo: Editora XYZ, 2012.

GLUCKMAN, Max. **Análise De Uma Situação Social Na Zululândia Moderna. In: Antropologia Das Sociedades Contemporâneas.** São Paulo: Editora ABC, 1958.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites Do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Cidade Seletiva E Exclusividade Urbana. Megaeventos, Grandes Projetos E Copa 2014 Em Salvador.** In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; PEREIRA, Gilberto Corso; GORDILHO SOUZA, Ângela. **Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2015.

HARVEY, David. **A Geografia Da Acumulação Capitalista: Uma Reconstrução Da Teoria Marxista.** In. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. pp. 41-74

_____. **A Produção Capitalista do Espaço Urbano.** São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Cidades Rebeldes: Do Direito À Cidade À Revolução Urbana.** Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O Neoliberalismo E As Cidades.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O “Novo” Imperialismo: Acumulação Por Espoliação.** In: *Socialist Register*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 95-119.

_____. **Spaces Of Hope.** Berkeley: University of California Press, 2000.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent: The Political Economy Of The Mass Media.** New York: Pantheon Books, 1988.

IBGE. **Teste do Censo Demográfico 2022 – Amaralina/Nordeste.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>>. Acesso em: 02 Set. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte E Vida De Grandes Cidades.** Tradução de Jorge Czajkowski. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOLLEWE, Julia. **Citigroup plans £100m revamp of Canary Wharf Tower.** The Guardian, 26 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2022/jan/26/citigroup-plans-100m-revamp-of-canary-wharf-tower>>. Acesso em: 05 Set. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção Do Espaço.** São Paulo: Editora XYZ, 1991.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Le Droit À La Ville.** Paris: Anthropos, 1968.

LYNCH, Kevin. **A Imagem Da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas Para A Crise Urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O Impasse Da Política Urbana No Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2011.

MARQUES, Guida. **Por ser cabeça do Estado do Brasil: as representações da cidade da Bahia no século XVII.** In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (Org.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016. p. 17-46.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica Da Economia Política.** Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Marcos Siqueira; REYES-TAGLE, Gerardo. **Os Impactos Fiscais Dos Contratos De Parceria Público-privada.** Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/os-impactos-fiscais-dos-contratos-de-parceria-publico-privada-estudo-de-caso-do-ambiente>>. Acesso em: 08 Set. 2024.

MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A.; SWYNGEDOUW, E. **The Globalized City: Economic Restructuring And Social Polarization In European Cities.** Oxford: Oxford University Press, Oxford Geographical and Environmental Studies, 2003.

OLIVEIRA, Fabricio Leal de; CARDOSO, Adauto Lucio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo (Orgs.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio De Janeiro E Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 362 p.

PASQUOTTO, Geise. **Renovação, Revitalização E Reabilitação: Reflexões Sobre As Terminologias Nas Intervenções Urbanas.** Revista Complexus Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design – Ceunsp, Salto-SP, Ano 01, N. 02, p. 143-149, Setembro 2010.

PECK, Jamie. **Political economies of scale: fast policy, interscalar relations, and neoliberal workfare.** *Economic Geography*, v. 78, n. 3, p. 331-360, 2002.

PEREIRA, Adriana. **Transformações urbanas em Salvador e suas consequências sociais.** Salvador: UFBA, 2019.

PIOVESAN, Flávia; TEMPORINI, Helena. **Entrevistas Exploratórias Na Pesquisa: Fundamentos E Aplicações.** São Paulo, 1995.

POUPART, J. A Entrevista De Tipo Qualitativo. In: POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos E Metodológicos.** Petrópolis: Vozes, p. 215-253. 2008.

ROLNIK, Raquel. **Guerra Dos Lugares: A Colonização Da Terra E Da Moradia Na Era Das Finanças.** São Paulo: Boitempo, 2011-2015.

_____. ROLNIK, Raquel. **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social.** *Publicações Pólis*, n. 29, São Paulo: Pólis, 1997.

SALOMÃO, Thaís Mariano Nassif. **Parcerias Público-privadas: A Produção Capitalista De Infraestruturas Urbanas Na Periferia Da MetrÓpole Brasileira / Thaís Mariano Nassif Salomão.** – 2023

SANCHEZ, F. *et al.* **Notas Para Recuperar A Emergência HistÓrica Dos Grandes Projetos Urbanos.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul./dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **De Las Dualidades A Las Ecologías.** La Paz: REMTE-Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía, 2012.

_____. **O Fim Do Império Cognitivo: A Afirmação Das Epistemologias Do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, J. C. **Reflexões Por Um Conceito Contemporâneo De Urbanismo.** Revista Lusófona de Urbanismo, Lisboa, n.3, 2006.

SANTOS, Lícia Maria Souza dos. **As Fronteiras Do Lugar Na Vida Dos Jovens: Um Estudo Nos Bairros De Nordeste De Amaralina E Nova Brasília De Itapuã Em Salvador-bahia** / Lícia Maria Souza dos Santos. -- Salvador, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza Do Espaço: Técnica E Tempo, Razão E Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Da Totalidade Ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2006

_____. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 1996.

SASSEN, Saskia. **Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization**. New York: Columbia University Press, 1996.

_____. **Guests and Aliens**. New York: New Press, 1999.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: Gentrification And The Revanchist City**. London: Routledge, 1996.

SOMECK, N.; CAMPOS NETO, C. M. **Desenvolvimento Local E Projetos Urbanos**. Arquitectos 059, Texto Especial 059, abr. 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar A Cidade: Uma Introdução Crítica Ao Planejamento E À Gestão Urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TRIBUNA DA BAHIA. **A Praça como espaço de cultura e convivência na Pituba**. Salvador, 2 mar. 2014. Disponível em acervo físico.

_____. **Arte e cidadania: a fórmula do Nordeste para a paz**. Salvador, 8 set. 2018. Disponível em acervo físico.

_____. **Capoeira e cultura popular fortalecem o Nordeste de Amaralina**. Salvador, 22 ago. 2009. Disponível em acervo físico.

_____. **Direitos Humanos e Segurança Pública no Nordeste de Amaralina.** Salvador, 12 jul. 2015. Disponível em acervo físico.

_____. **Operações policiais e os direitos dos moradores do Nordeste.** Salvador, 18 jun. 2010. Disponível em acervo físico.

_____. **Orla de Amaralina continua abandonada.** Salvador, 20 jun. 1996. Disponível em acervo físico.

_____. **Vizinho Do Cão.** Salvador, 10 set. 1992. Disponível em acervo físico.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. A. **Grandes Projetos Urbanos: Conceitos E Referenciais.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, p. 1-15, 2007.

VAINER, Carlos. **Cidades Sob Controle: Planejamento Urbano E Os Desafios Da Democracia.** São Paulo: Editora XYZ, 2014.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. **Re: atrás de, depois de...** In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (orgs.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.* Barueri: Manole, 2006. p. 53-65.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5. ed.** Porto Alegre: Bookman, 2015.